

Leomar Rippel

A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social
de 1957 no Sudoeste do Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Passo Fundo como requisito final para
obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do
Prof. Dr. João Carlos Tedesco

Passo Fundo

2012



R483a

Rippel, Leomar

A mobilização política do discurso do “herói” pioneiro da luta social de 1957 no Sudoeste do Paraná/ Leomar Rippel. – Passo Fundo, 2012.

Orientador: Dr. João Carlos Tedesco

Dissertação (Mestrado) – UPF/ Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade de Passo Fundo. 2012.

1. Sudoeste do Paraná. 2. Pioneiro. 3. Memória
4. Imaginário Social. I. Leomar Rippel
II. Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD 305.5

Bibliotecária: Elisandra Artus Berté CRB- 9/1675

A minha companheira, Sandra Aparecida Rippel,
pela afetividade e compreensão nas inúmeras vezes em
que minha atenção voltou-se aos estudos em detrimento
dela.

Ao Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado em História – UPF, que me proporcionou, nestes dois anos, um grande amadurecimento intelectual. Aos professores, funcionários e companheiros mestrados, o meu agradecimento.

Aos meus pais, Elmo Francisco Rippel e Lúcia Serenir Rippel, que não tiveram oportunidade de frequentar os bancos escolares, mas sempre apoiaram todos os filhos neste caminho.

À banca examinadora Dr(a) Gizele Zanotto (UPF), Dr. Carlos Antonio Bonamigo (UNIPAR), pela leitura crítica e o diálogo enriquecedor desta pesquisa.

A Faculdade de Ampère – FAMPER, pelo apoio na realização deste trabalho.

Meus agradecimentos aos professores do curso de História da UNIPAR – *Campus* de Francisco Beltrão, Prof. Ismael Antônio Vannini, Carlos Antonio Bonamigo, Carlos Dias, Cláides Rejane Schnaider, Paulo Cezar Duarte e Vera Lucia Fregonese, que lecionaram em minha graduação, orientando-me nos primeiros trabalhos acadêmicos.

A CAPES que, no último ano, me concedeu a bolsa de estudos, auxílio indispensável para a conclusão do mestrado.

À direção e funcionários do CPERS de Passo Fundo, pela hospedagem durante dois anos de viagens regulares a UPF.

Ao amigo Denilson Sumocoski, companheiro de todas as viagens realizadas a UPF, pela colaboração feita nessa dissertação.

Ao amigo Ronaldo Zatta, pelas sugestões feitas durante a construção desta pesquisa.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao meu orientador, Prof.(o) Dr.(o) João Carlos Tedesco, que, com sua humildade e rigor intelectual, contribuiu significativamente na realização deste trabalho.

Enfim, todos os que, de forma direta ou indireta, contribuíram nesta pesquisa, o meu agradecimento.

“A memória coletiva é o que resta do passado no vivido dos grupos, ou, então, o que estes grupos fazem do passado.” - Pierre Nora

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as políticas de memória voltadas à exaltação e à institucionalização do pioneiro como herói regional no Sudoeste do Paraná. O poder público instituído esforçou-se ao máximo em constituir um imaginário social do migrante proveniente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como símbolo do labor, do progresso e da prosperidade. Para tanto, as representações de um passado laborioso e heróico estão influenciando na naturalização dos discursos, em que a noção de sociedade não é sempre considerada como produção humana, fazendo com que haja um processo de afastamento dessa percepção pelos sujeitos que a vêem como realidade exterior ao indivíduo, onde o sujeito e sociedade são vistos de forma dicotômica. Através das fontes analisadas nessa pesquisa como jornais, revistas, peça teatral, obras literárias, monumentos e discursos políticos, possibilitaram compreender as diversas formas utilizadas para criar e galvanizar uma representação coletiva do migrante sulista como sendo o único capaz de conduzir o Sudoeste do Paraná rumo ao progresso. Percebeu-se dessa forma, que para constituir tais representações, houve a necessidade de silenciar a memória dos grupos indígenas e caboclos, primeiros habitantes da Região Sudoeste. Sendo assim, os discursos enaltecendo as conquistas do Sudoeste paranaense, principalmente, a partir de 1970, contribuíram, sobremaneira, para a constituição desta representação coletiva, forjando referências identitárias na tentativa de produzir um conjunto de valores e comportamentos homogêneos, e no controle tempo coletivo. A partir das categorias de análise como memória coletiva, imaginário social, representações sociais, capital simbólico e análise do discurso, o presente trabalho procura compreender essa discursividade, que serviu como forma de utilizar e representar o passado em função de um presente e de um futuro, todavia, percebeu-se que quem melhor mobilizou os recursos simbólicos pioneirista foram os que mais se projetaram e perpetuaram-se na cena política regional, estadual e federal.

Palavras Chaves: Sudoeste do Paraná, pioneiro, memória e imaginário social.

ABSTRACT

This research aims to analyze policies aimed at exalting memory and the institutionalization of regional pioneer as a hero in Paraná. The government instituted struggled the most in the social imaginary constitute a migrant from Santa Catarina and Rio Grande do Sul as a symbol of labor, progress and prosperity. Therefore, the representations of an arduous and heroic past are influencing the naturalization of discourse, in which the notion of society is not always considered as human production, so that there is a process of removal of this perception by subjects who see it as a reality outside the individual, where the individual and society are seen dichotomously. Through this research analyzed the sources such as newspapers, magazines, drama, literary, political speeches and monuments, possible to understand the various forms used to create and galvanize a collective representation of migrant Southerner as the only one capable of leading the southwestern Paraná direction progress. It was felt that way, that to constitute such representations, there was a need to silence the memory of indigenous groups and Caboclos, the first inhabitants of the Southwest Region. So, speeches extolling the achievements of the Southwest Parana, especially after 1970, contributed greatly to the creation of this collective representation, forging identity references in an attempt to produce a set of values and behaviors homogeneous, and control collective time . From the analysis categories as collective memory, social imaginary, social representations, symbolic capital and discourse analysis, this paper seeks to understand this discourse, which served as a way to utilize and represent the past in terms of a present and a future However, it was realized that who better mobilized symbolic resources pioneirista were the ones that designed and perpetuated the political scene regional, state and federal.

Keywords: Southwest of Paraná, pioneer, memory and social imaginary.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Sudoeste do Paraná.....	18
Figura 2 – Inauguração da ponte sobre o Rio Marrecas.....	20
Figura 3 – Sr. Abílio Carneiro.....	23
Figura 4 – Disputa territorial entre Brasil e Argentina.....	28
Figura 5 – Região do Contestado.....	31
Figura 6 – Mapa da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim.....	34
Figura 7 – Certificado de Reservista de 1ª Categoria do Sr. Oreste Barbieri.....	38
Figura 8 – Migrante sulista chegando ao Sudoeste do Paraná.....	39
Figura 9 – Ataque dos colonos aos homens da Companhia Imobiliária Apucarana.....	50
Figura 10 – Escolta do preso Antônio Borges.....	52
Figura 11 – Militares e civis guarnecendo a sede da Rádio Colméia.....	56
Figura 12 – Depredação dos escritórios das companhias imobiliárias na cidade de Francisco Beltrão – PR.....	57
Figura 13 – Monumento ao “Pioneiro”, jubileu de ouro de Francisco Beltrão 1952/2002.....	74
Figura 14 – Monumento à Revolta dos Posseiros – 50 anos 1957 – 2007.....	78
Figura 15 – Revolta dos Posseiros de 1957.....	79
Figura 16 – Revolta de 1957.....	83
Figura 17 – Vista parcial da cidade de Dois Vizinhos – PR, 2007.....	85

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná

5ª RM/DI - 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria

BC - Batalhão de Caçadores

BE - Batalhão de Engenharia

BTL - Batalhão.

CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

CEFSPRG - Companhia de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande

CIA - Companhia

CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

FAMPER - Faculdade de Ampére

GETSOP - Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

OM - Organização Militar

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RI-Regimento de Infantaria

SEIPN - Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional -

UDN- União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. DE QUEM É A “TERRA DE NINGUÉM”? OCUPAÇÃO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO SUDOESTE DO PARANÁ (1895 – 1945).....	17
1.1 Ocupação territorial oficial: “os primeiros serão os últimos e os últimos serão os primeiros”.....	19
1.2 Economia cabocla: transitoriedade e racionalidade.....	24
1.3 As disputas internacionais pelo Sudoeste do Paraná: Brasil x Argentina.....	27
1.4 As disputas internas pelo Sudoeste do Paraná.....	30
1.5 Glebas Missões e Chopim: interesses estrangeiros e nacionais.....	32
1.6 A fixação sulista na faixa de fronteira como estratégia política.....	35
2. OS DONOS DA “TERRA DE NINGUÉM”: O CONFRONTO ENTRE OS INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS (1900 – 1957).....	41
2.1 CITLA: companhia de colonização ou grileira?.....	41
2.2 Resistência na fronteira e a tomada de Capanema.....	47
2.3 Pato Branco é ocupada: segue o movimento dos posseiros.....	54
2.4 Os posseiros tomam a cidade de Francisco Beltrão.....	55
2.5 A função estratégica do Exército e a construção de um imaginário integrador regional.....	58
2.6 O GETSOP e a consolidação de “sentinelas” regionais.....	61
3. HERÓIS NA “TERRA DE ALGUÉM”: A CONSTRUÇÃO DO PIONEIRISMO COLONIZADOR PELO PODER PÚBLICO.....	64
3.1 Pressupostos teóricos para o estudo da memória.....	64
3.2 Monumentos aos pioneiros: construindo o imaginário pelo poder simbólico.....	70
3.2.1 Monumento ao <i>Pioneiro</i> , jubileu de ouro de Francisco Beltrão 1952/2002.....	74
3.2.2 Monumento à Revolta dos Posseiros – 1957.....	77
3.3 A escolha do herói pelos administradores municipais: o pioneiro na imprensa escrita.....	81
3.4 Luta Social de 1957: alguns discursos políticos em comemoração ao seu cinquentenário.....	90
3.5 A construção do imaginário coletivo pela literatura regional.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105

REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	115
Anexo 1 Relatório da Revolta dos Posseiros.....	115
Anexo 2 Contrato de compromisso de compra e venda da Fazenda São Francisco – 8 de agosto de 1957.....	116
Anexo 3 Ato de Encerramento da GETSOP (1974).....	120
Anexo 4 Discurso do Senador Alvaro Dias no Senado Federal. Fonte: DIAS, Alvaro. <i>50 anos da revolta dos posseiros</i> . Senado Federal – Brasília, 2008.....	121
Anexo 5 Histórico do Poder Legislativo do Município de Ampére – PR.....	122
Anexo 6 Caderno Cultural nº 1. – Departamento de Cultura de Francisco Beltrão –PR.	123
Anexo 7 Suplemento Especial do Jornal de Beltrão – <i>O tempo da Revolta: lembranças de quem viveu</i>	124
Anexo 8 Caderno de Poesias Ampére – Ampére em Palavras.....	131

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar as diferentes formas de constituição do herói pioneiro no Sudoeste do Paraná, as representações simbólicas e discursivas construídas e emitidas por diferentes indivíduos e grupos sociais sobre o processo de ocupação oficial da região e nas comemorações em torno da Luta Social pelo acesso à terra ocorridas em 1957¹. Apesar de alguns recuos históricos, privilegiou-se o recorte temporal (2007 – 2011), pois, nessa periodicidade, o poder público regional, constantemente, centraria suas representações históricas de um passado de luta e conquista do Sudoeste do Paraná. No entanto, em 2007, as comemorações do cinquentenário da Luta Social pela posse das terras de 1957, fortaleceram-se os discursos históricos e políticos contribuindo para a tentativa de forjar referências identitárias, e uma memória coletiva e histórica para a região.

Os discursos em torno do Sudoeste do Paraná caracterizam-se por uma visão de conquista das “terras de ninguém”. Discursos épicos de conquista regional foram incorporados e difundidos através da imprensa periódica, das obras literárias e históricas regionais, produzidas a cerca do tema da ocupação ou da conquista desse espaço geográfico. Embora, há décadas, a literatura e, principalmente, a imprensa periódica regional dedicam-se a enaltecer as conquistas das “terras de ninguém” e homenagear a Luta Social dos Posseiros de 1957, o ano de 2007 marcou o ápice dessas comemorações. Em todo o Sudoeste do Paraná, houve uma série de eventos por parte do poder público constituído, com a finalidade de homenagear seu cinquentenário.

Possivelmente, por ser o maior município em número de habitantes, bem como de eleitorado no Sudoeste do Paraná, Francisco Beltrão, através de seu Departamento de Cultura, empenhou-se ao máximo em exaltar a luta social. Em 2007, diversos cadernos culturais foram elaborados, assim como houve concurso para escolha da logomarca representativa do cinquentenário da “Revolta dos Posseiros”. Além disso, desenvolveu-se o Projeto “Memória audiovisual dos Pioneiros”, registro em vídeo, depoimentos e entrevistas com os considerados pioneiros na região, que participaram ou presenciaram a “Revolta dos Posseiros”. Neste sentido, houve, no calçadão central da cidade de Francisco Beltrão, em 10 de outubro de 2007, uma homenagem às entidades e às pessoas que registraram a “Revolta dos Posseiros”.

O teatro intitulado “A Revolta dos Posseiros” de autoria de Ivo Pegoraro, e dirigido por Vilmar Mazzeto, apresentado pela Companhia de Teatro Théspis, também fez parte das

¹ Disputa pela posse da terra envolvendo as companhias imobiliárias e os posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957.

comemorações do cinquentenário da “Revolta dos Posseiros”. Na esteira destas comemorações, também foi erigido, na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, esquina com a Travessa Frei Deodato, o monumento denominado “A Revolta dos Posseiros – 50 anos”, mosaico de pastilha de vidro sobre placa de concreto armado que reproduz os posseiros em marcha com a bandeira nacional.

Na ocasião, foi lançado o livro “Revisando a História: A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná”, organizado pelo corpo docente do curso de História da Universidade Paranaense – UNIPAR, *campus* de Francisco Beltrão. No referido livro, diversos artigos foram publicados voltados à temática da “Revolta dos Posseiros”, a maioria deles elaborada pelo corpo docente e discente do curso. A população em geral participava com grande entusiasmo diante das comemorações.

Além destas atividades descritas, outras foram desenvolvidas com a finalidade de homenagear o fato histórico. No entanto, o que mais chamou a atenção foi a 22ª Romaria da Terra organizada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, que ocorreu no dia 19 de agosto de 2007. A Romaria, assim como outras comemorações, tinha o propósito de lembrar a luta pela posse da terra ocorrida em 1957, porém, quando as caravanas começaram a chegar a Francisco Beltrão, caminhando pela cidade até chegar ao calçadão central, inúmeras pessoas começaram atribuir palavras pejorativas às caravanas.

A partir disso, algumas interrogações começaram a surgir: como uma região mobiliza-se para comemorar o cinquentenário de uma luta pelo acesso à terra, ao mesmo tempo em que nega a luta dos movimentos sociais atuais? A partir de algumas leituras, percebeu-se que a ferramenta teórica pelo viés da memória², passando pelas representações sociais³ e pelo capital simbólico⁴, deram conta de algumas interrogações do período. As leituras teóricas sendo justificadas e fundamentadas empiricamente poderiam dar conta de compreender como

² A memória é uma construção no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado. Dessa forma, a memória coletiva contribui significativamente para o sentimento de pertencimento grupal. Ela ancora o sentimento de identidade, por isso, considera-se a memória como sendo dialética, ela dá ideia de movimento, de dinamismo, sendo “preservada” e ressignificada na temporalidade. Para Halbwachs, a memória é resultado do movimento do sujeito no ato da memorização, como também é ação dos diversos grupos sociais em suas histórias, o passado e o presente. Neste sentido, a linguagem é um dos elementos mais importantes da socialização da memória. Segundo Le Goff a “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. (LE GOFF, 1990, p. 476).

³ Segundo Pesavento as representações “Construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativas do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade [...]. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. (PESAVENTO, 2005, 39).

⁴ o “poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, Pierre, 1989, p. 12).

a elite política estruturou-se e está estruturado para utilizar o passado com intenções no presente e no futuro.

Para entender como foi sendo construída a ideia do “herói” pioneiro, procurou-se, na historicidade, levantar as condições históricas da construção dessas representações. Dessa forma, os discursos criaram, recriaram e recriam as representações de sentido que se projetaram e foram cristalizando no imaginário social.

Os discursos em torno da Região Sudoeste tiveram uma eficácia importante em produzir certas representações, que se arraigaram na memória daqueles que o interiorizaram, constituindo, assim, uma ideia de verdade sobre o desenvolvimento histórico regional. Constata-se essa marca à medida que se galvaniza um imaginário necessário para dar um sentimento de pertencimento identitário à região.

A dissertação está estruturada em três capítulos, o primeiro denominado “De quem é a “terra de ninguém”? ocupação e disputas territoriais no Sudoeste do Paraná 1895 – 1945”, em que será discutido e analisado o processo de ocupação considerado oficial a partir de 1943, em detrimento dos primeiros habitantes da região, os indígenas e os caboclos. Serão abordadas também, neste capítulo, as disputas internacionais pelo Sudoeste do Paraná, envolvendo Brasil e Argentina, bem como as disputas internas pela região, abrangendo os estados de Santa Catarina e Paraná. No referido capítulo, será enfocada ainda a fixação dos migrantes sulistas na faixa de fronteira com a Argentina, considerando-a como estratégia geopolítica de nacionalização das fronteiras brasileiras, pois estes fatores históricos também serão utilizados para constituir um imaginário social coletivo regional.

No segundo capítulo do trabalho, que se nominou, “Os donos da ‘terra de ninguém’: o confronto entre os interesses públicos e privados” será feita uma abordagem a respeito da presença da Companhia Industrial Territorial Ltda – CITLA, na Região Sudoeste, presença que contribuiu significativamente para a eclosão da Luta Social dos Posseiros em 1957. Sendo assim, constatou-se que os autores⁵ que tratam da Luta Social no Sudoeste do Paraná privilegiaram, em suas abordagens, as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco em detrimento das outras. Essa opção encobre o fato de que os primeiros confrontos armados entre posseiros e funcionários das companhias imobiliárias ocorreram em outros municípios da região de fronteira com a Argentina.

⁵ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no Sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 1987. GOMES, Iria Zanoni. *1957: Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987, p.15.

Também no capítulo em questão, ao analisar a presença do Exército Brasileiro na Região Sudoeste, verifica-se que tal instituição cumpriu função especial e estratégica de defesa nacional, tanto na ocupação considerada oficial, quanto na garantia da bem sucedida Luta Social. Outra função especial que o Exército desempenhou foi quando integrou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, órgão responsável pela medição e legalização das terras no Sudoeste do Paraná.

No terceiro e último capítulo “Heróis na ‘terra de alguém’: a construção do pioneirismo colonizador pelo poder público”, busca-se, através dos estudos de imaginário social e representações coletivas, analisar a institucionalização do herói pioneiro, sinônimo do mito desbravador, símbolo do trabalho e do progresso. Toma-se como referência elucidativa a Luta Social de 1957 para explicar essa construção.

Diversas foram as formas de trabalhar politicamente com o passado, pensando no presente e no futuro, como as construções de monumentos, a literatura regional, os Cadernos Culturais, os discursos políticos, a revista e os jornais da região, voltados à exaltação do pioneirismo, constituindo instrumentos importantes para consolidar um imaginário social coletivo em torno do trabalho, da prosperidade, do progresso e do desenvolvimento, ou seja, quem soube trabalhar e representar este passado, utilizando os recursos simbólicos, midiáticos, econômicos, de persuasão, convencimento e dominação, conseguiu projeção política regional, estadual e federal.

A perspectiva da História Regional, aqui trabalhada, é analisada como uma prática social. Ao considerar os diversos discursos em torno da conquista do Sudoeste do Paraná, verificou-se a construção de representações coletivas em torno da história regional,

Muito se tem escrito sobre a Região do Sudoeste do Paraná, sendo que a temática mais abordada gira em torno da Luta Social em 1957, envolvendo as companhias imobiliárias e os posseiros descendentes de europeus provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que se tornou conhecida pelas denominações de “Revolta dos Posseiros”, “Revolta dos Colonos” ou “Levante de 1957”. Nessa perspectiva, o Sudoeste do Paraná é uma construção de diversas interpretações, assim sendo, analisar a região é compreendê-la dentro de um campo discursivo, percebendo as motivações que impulsionaram tais discursividades. Portanto, serão analisados, nesta dissertação, os lugares de memória coletiva evidenciados nos monumentos, nos jornais, nas revistas, nas obras literárias, nos discursos e nos cadernos culturais, que corroboraram a constituição do imaginário épico de conquista do Sudoeste do Paraná.

1. DE QUEM É A “TERRA DE NINGUÉM”? OCUPAÇÃO E DISPUTAS TERRITORIAIS NO SUDOESTE DO PARANÁ 1895 - 1945

Na tentativa de compreender a construção da memória regional no Sudoeste do Paraná, que se galvanizou em torno do herói pioneiro, torna-se necessário realizar uma análise da literatura⁶ que trata da ocupação, das disputas e dos conflitos ocorridos na região⁷ durante a segunda metade do século XIX, e no decorrer do século XX. Pode-se considerar que a produção literária em torno das disputas diplomáticas e jurídicas que pleiteavam a posse da terra na região, em específico sobre a Luta Social de 1957⁸, atualmente, constituem uma historiografia regional. Entretanto, grande parte dessa historiografia, ao pensar a ocupação territorial, prioriza a colonização sulista implementada por políticas governamentais a partir de 1940 e desconsidera, sobremaneira, a população indígena e cabocla pré-existente.

Por conseguinte, a revisão bibliográfica faz-se necessária para mostrar os aspectos do movimento histórico de ocupação, possessões e demarcações de fronteiras, as disputas internacionais e interestaduais, além dos interesses públicos e privados que acarretaram os fatos históricos no Sudoeste do Paraná.

É importante destacar de que, ao longo deste trabalho, será utilizado o termo “Luta Social dos Posseiros de 1957” e não Revolta dos “Posseiros de 1957”, que foi denominado pela maioria dos autores que analisaram este episódio. A razão para o uso deste termo diz respeito ao fato que o termo “Luta Social dos Posseiros de 1957” tem uma abrangência maior na caracterização deste movimento social.

⁶ Dentre as quais, podem ser citadas: ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. Dissertação de. Mestrado, Universidade de São Paulo. 1981; BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste (PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007; GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987; BONETI, Lindomar Wessler. *A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná*. In: *Os caminhos da Exclusão Social*. ZARTH, Paulo (Org.). Ijuí: Editora Unijuí, 1998; HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007; LANGER, Protasio Paulo. *Conhecimento e encobrimento: O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, 2007; LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998 e WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987.

⁷ A região pode ser compreendida como uma invenção, a partir de alguns interesses em jogo, de acordo com Mondardo a “Região, portanto, é uma invenção enquanto representação do espaço produzida através de determinadas relações de poder e de saber a elas correspondente, a elas criadas com a intencionalidade de dotar o espaço de significados, de valores, conteúdos, enfim, de função política.” MONDARDO, Marcos Leandro. *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/Pr*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009, p. 165.

⁸ Tema já discutido por PEGORARO, Éverly. *Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações*. *Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.

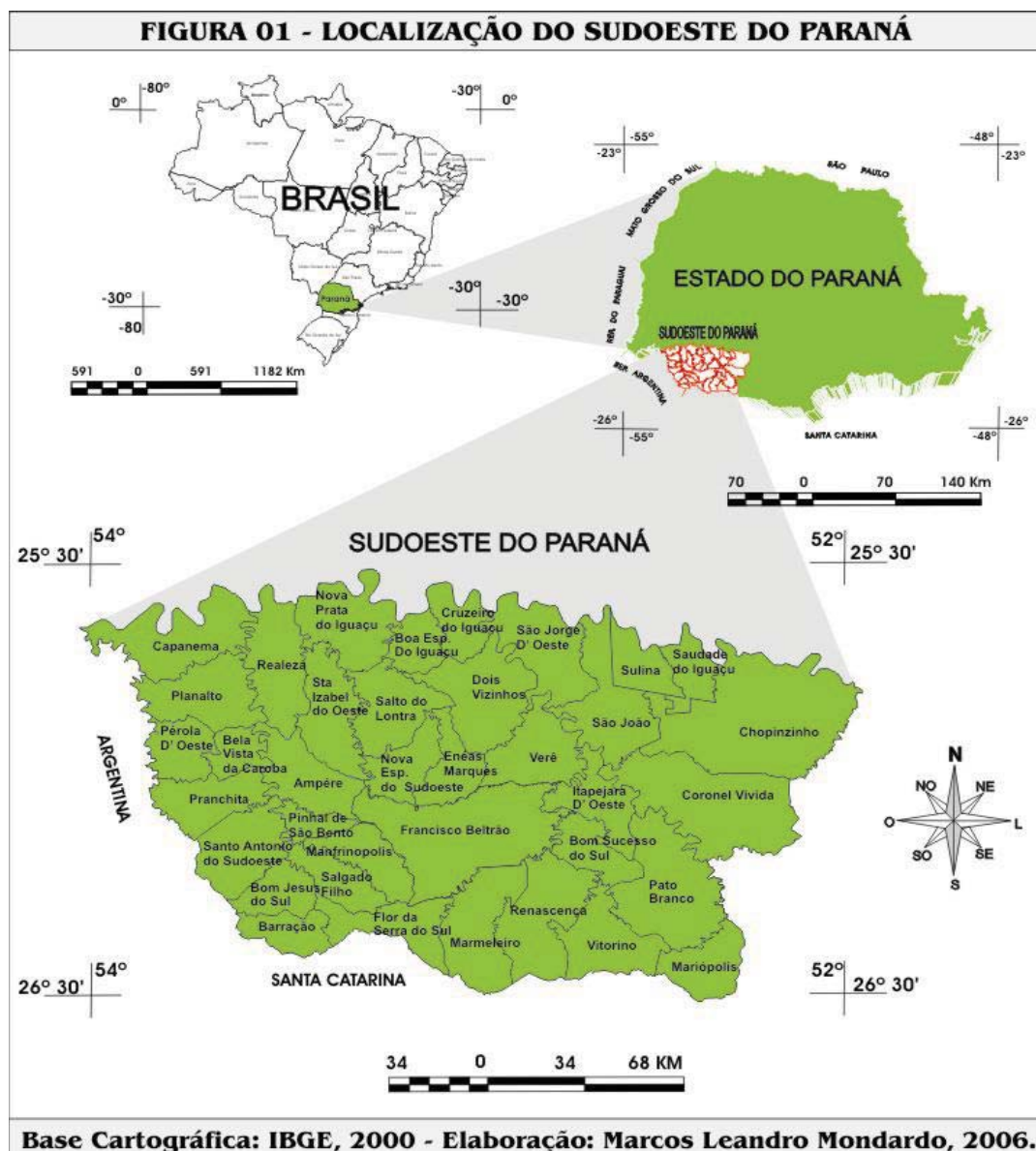


Figura 1. Localização do Sudoeste do Paraná. **Fonte:** MONDARDO, Marcos Leandro. Os caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “sociedade autárquica” a um grupo social excluído – *Revista Eletrônica História em Reflexão*. v. 2, n. 3. História Cultural, 2008, p. 02.

Pelo fato desta pesquisa ter como tema central a construção do “herói” regional, símbolo de “labor” e “progresso” na figura do migrante sulista, houve, em contrapartida, o silenciamento e/ou a negação da memória dos primeiros povos que habitaram a região antes da colonização oficial a partir de 1943. Desse modo, faz-se relevante a referência, a partir desse ponto da dissertação, aos indígenas e aos caboclos, primeiros ocupantes da Região Sudoeste.

1.1 Ocupação territorial oficial: “os primeiros serão os últimos e os últimos serão os primeiros”

Ao analisar a vida dos povos que habitavam a região Sudoeste Paranaense anterior à colonização considerada oficial (1943), o pesquisador tem diante de si um cenário fragmentado, pois esbarra em inúmeras dificuldades, sendo a principal delas a falta de documentação disponível. A “documentação escrita reduz-se a alguns poucos relatórios de viagem e anotações dos comandantes das colônias militares fundadas na região durante o século XIX.”⁹ Sendo, ademais, muitas vezes, representada uma visão estereotipada sobre como estes comandantes percebiam os povos que habitavam essa área.

Conforme comentado anteriormente, muitos trabalhos que contemplam a ocupação regional não referenciaram os primeiros habitantes, os nativos e os caboclos, ou, ao referir-se, apenas mencionaram com dados quantitativos e não analíticos. As pesquisas citadas foram fruto de análises de décadas anteriores, em que a própria constituição da História como ciência e seus métodos de pesquisa que visavam à problematização ainda não compunham em número e expressividade. Sendo assim, tais estudos nada mais foram do que resultado das possibilidades de análises que os pesquisadores tiveram durante o contexto histórico em que estavam inseridos. No entanto, é inegável que vários consideraram a região antes de 1940 como sendo um verdadeiro vazio demográfico, “terra de ninguém” ou sertão¹⁰ de araucária. Pode-se atestar tal concepção nas palavras de Wachowicz, que afirma: no “início do século XX, o Sudoeste Paranaense, de Mariópolis até a fronteira Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico.”¹¹ Nesse caso, percebe-se, por parte do autor, a negação da presença de grupos humanos que habitavam o Sudoeste do Paraná, o qual foi denominado de imenso “vazio demográfico” ou “espaço vazio”. Na verdade, esse território era ocupado pelos índios Kaingang e caboclos, e a sua ocupação não se restringia apenas ao Estado do Paraná, mas também São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De acordo com Ribeiro:

⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Op. cit., 1981, p. 19.

¹⁰ De acordo com Almeida, pode-se definir o sertão como espaço diferenciado por duas visões: a primeira como sendo a representação vista pelos “de fora”, ou seja, os viajantes e, sobretudo, os comandantes de grupamentos do Exército que, através de narrativas, visavam a saciar a curiosidade, ensinar o que havia no interior do Brasil; a segunda, trata-se da visão “de dentro” do próprio sertanejo, de suas práticas sociais, valores culturais. ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTI, Alessandro JP. (Orgs.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, pp. 71-88. Já para Arruda, o termo sertão é “uma representação cultural, leitura elaborada da realidade constituída do real, dos próprios lugares físicos e também, talvez principalmente, da memória de um processo de transformação da paisagem, com todos os conflitos ocorridos na concreta ‘recuperação’ espacial do chamado ‘sertão’”. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000, p. 28.

¹¹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 55.

esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos com Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí, e Palmas até o Rio Grande do Sul.¹²

O território do Sudoeste do Paraná, em tempos que antecedem a colonização oficial estabelecida pelo Governo Federal, também era ocupado por povos Guarani.¹³ Na historiografia que trata o período, poucas referências encontram-se relacionadas à cultura e à presença indígena ou a convivência com os posseiros. Pode-se analisar como um extrato de convívio a figura 2 (dois) que retrata a inauguração da ponte sobre o Rio Marrecas na atual cidade de Francisco Beltrão no ano de 1953.



Figura 2. Inauguração da ponte sobre o rio Marrecas, Glauco Olinger, administrador da CANGO, a esquerda de chapéu, e Rubens Martins, primeiro prefeito de Francisco Beltrão, recebem um considerável grupo de indígenas do Toldo de Jacutinga. De acordo com Olinger, ele os havia convidado na ocasião em que visitou o toldo. **Fonte:** Acervo do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

¹² RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 10.

¹³ LANGER, Protasio Paulo. *Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950: os indígenas na memória dos colonos Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009. Campo Grande: UCDB, 2001 - Semestral – p. 293.

Ao pensar a análise dessa figura situada dentro do seu tempo, a década de 1950, identifica-se o seu possível propósito de registrar um evento público de caráter desenvolvimentista, que envolve a barreira natural sendo transposta pelo modelo de progresso colonizador. Carrega consigo o estigma de que a cultura colonizadora desenvolvimentista é superior em relação aos povos nativos, assim como possui também o seu caráter pedagógico ao evidenciar através da construção da ponte, a versão de que o progresso apresentado pelos posseiros era capaz de romper as fronteiras naturais tão presentes na cultura indígena.

O convite para a inauguração da ponte foi realizado ao Toldo indígena de Jacutinga por Glauco Olinger, numa ocasião em que foi visitá-lo. Ao verificar a cena do evento, percebe-se que esse registro imagético representa parte do que fora pensado anteriormente como um exercício de submissão da cultura indígena em relação ao migrante, uma vez que evidencia os líderes políticos em relação ao grupo, encontrando-se ao centro da imagem, dirigindo-lhes a fala e acariciando uma criança indígena, (re) transmitindo a percepção de patriarcalismo, num evento que demonstra o caráter de progresso provocado pela colonização oficial. Parece razoável admitir que esta fotografia foi produzida com um intuito de ratificar uma relação cultural e política dentro de um contexto que era para ser mostrada/difundida entre os locais.

A figura 2 (dois), que serviu como registro de um evento presumivelmente com propósito inicial para demonstrar relações de poder, agora, cumpre outra finalidade, ou seja, na medida em que a sua divulgação é dificultada, percebe-se uma seleção da memória. A fotografia encontra-se na Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão-PR fazendo parte de um acervo restrito.

Dentre os primeiros ocupantes da Região Sudoeste do Paraná, além dos povos indígenas, também os caboclos faziam parte da população local desde o fim do século XIX. De acordo com Maestri, o

nativo semi-aculturado foi denominado de caboclo, termo derivado do vocabulário tupi-guarani *kanri uoka*. Com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. Portanto, de denominação étnico produtiva, a designação passou a descrever essencialmente a realidade sócio produtiva, mesmo se mantendo subjacente ao termo a compreensão de que se trate de cidadão de origem *crioulla*. Mesmo quando o caboclo descende de um imigrante europeu.¹⁴

¹⁴ MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira in: STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 232. p. 217 – 275.

Os caboclos praticavam uma agricultura de subsistência, ou seja, que supria as suas próprias necessidades. Segundo Boneti, esse sistema de produção privilegiava o estritamente necessário à sobrevivência.¹⁵ A distinção produtiva e sociocultural praticada pelo caboclo rendeu-lhe a estigmatização por parte dos migrantes sulistas e seus descendentes, fato que, por muitas vezes, caracterizou-o como “o outro”; o culturalmente condenado à incapacidade de um desenvolvimento autônomo e com estereótipo de preguiçoso e inapto ao trabalho.

De acordo com Corrêa, em 1920, a densidade demográfica no Sudoeste do Paraná era de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que, em 1940, esse número aumentou para dois habitantes por quilômetro quadrado.¹⁶ Sabe-se que a afirmação de “vazio demográfico” apresentada por alguns autores, ao se referirem ao período que antecede a década de 1940, pode ser contestada. No entanto, essa ocupação territorial não é demograficamente expressiva, mas essencial para atividade econômica cabocla, pois, conforme Abramovay, a “baixa densidade demográfica é uma das premissas necessárias ao funcionamento da economia cabocla.”¹⁷

Segundo Gomes, a ocupação da Região Sudoeste do Paraná ocorreu em duas fases, sendo que a primeira, anterior a 1940 ocupação extensiva, caracterizou-se por uma “economia cabocla”, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, da madeira e da criação de suínos, e a segunda fase, denominada ocupação intensiva, que se refere ao intenso processo de ocupação da região, iniciou na década de 1940 e intensificou-se na década seguinte com os migrantes sulistas.¹⁸

Em conformidade com Boneti, os primeiros caboclos habitantes da região eram foragidos da justiça, farrapos remanescentes da “Revolução” Farroupilha e outros provenientes da Guerra do Contestado.¹⁹ Abramovay, ao referir-se em específico ao Sudoeste do Paraná, afirma que os caboclos, que iniciaram o povoamento, eram provenientes de quatro pontos distintos: vários eram naturais das fazendas de gado da região dos Campos de Palmas – PR, pois a mão-de-obra empregada nas fazendas era relativamente escassa, sendo que não absorvia o crescimento vegetativo da população; outros eram provenientes do estado do Rio Grande do Sul; e uma terceira parcela oriunda da região onde ocorreu a Guerra do Contestado.²⁰ Outro fluxo migratório, que se deu na região, a partir dos últimos anos do

¹⁵ BONETI, Lindomar Wessler. A Exclusão Social dos Caboclos do Sudoeste do Paraná. In: *Os caminhos da Exclusão Social*. . ZARTH, Paulo (Org). Ijuí: Editora Unijuí, 1998, p. 99.

¹⁶ CORRÊA, Lobato Roberto. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32, n. 01, 1970, p. 88.

¹⁷ ABRAMOVAY, Ricardo. Op. cit, 1981, p. 19.

¹⁸ GOMES, Iria Zanoni. *1957: Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987, p.15.

¹⁹ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 86.

²⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. Ricardo. Op. cit., 1981, p. 20-21.

século XIX, foi ocasionada pela “Revolução” Federalista, consistindo na principal responsável pela migração de “centenas de paranaenses, catarinenses e, sobretudo gaúchos que espalharam-se pela região e nos territórios limítrofes da Argentina.”²¹

Na figura 3 (três) percebe-se um descendente da etnia cabocla, senhor Abílio Carneiro, o qual chegou ao Sudoeste do Paraná, no atual município de Marmeleiro, em 1924, no entanto, as fontes primárias não permitiram identificar o local de sua origem.



Figura 3. Sr. Abílio Carneiro – descendência cabocla. **Fonte:** Lazier, Hermógenes. *Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso*. Editora Folha do Sudoeste Ltda: Francisco Beltrão, 1977, p. 33.

Tudo indica que os caboclos que ocuparam o Sudoeste Paranaense, provenientes do Rio Grande do Sul e demais regiões supracitadas, já se encontravam num processo de exclusão econômica e social ocasionada pela inserção dos imigrantes europeus. O processo de capitalização da terra pelo migrante sulista e a sua forma de apropriação utilitária foram um dos principais agentes motivadores para o conseqüente processo de exclusão social deste grupo étnico. Se por um lado, a racionalidade econômica/cultural do colono de descendência européia efetivou a ocupação colonizadora na Região Sudoeste do Paraná, por outro, contribuiu sobre maneira para a exclusão do caboclo.

²¹ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 57.

1.2 Economia cabocla: transitoriedade e racionalidade

Mesmo reconhecendo a presença dos primeiros habitantes da região, alguns autores²² evitam a abordagem destes agentes históricos não lhes atribuindo o *status* de pioneiros, povoadores ou primeiros colonizadores. A análise que esses autores apresentam tem-se a impressão de que os índios e os caboclos eram precursores desta frente pioneira²³ sulista e que estavam na Região Sudoeste do Paraná de forma transitória à “espera” da “civilização”; a mesma “civilização” que, posteriormente, os excluiria social, econômica e culturalmente. Pode-se exemplificar tal assertiva através da citação de Lazier ao afirmar que a

região do Sudoeste do Paraná vem sendo povoada ‘desde fins do século passado. Aliás, era povoada pelos pré-colombianos, antes de 1500’. Muitos castelhanos vieram à região em busca da erva-mate. O mesmo aconteceu com paranaenses, principalmente de Palmas, que se dirigiam àquela área para extrair erva-mate, e também para a criação de suínos. Na região, inclusive, localizavam-se foragidos da justiça. [...] Pode-se afirmar que o povoamento efetivo ocorreu a partir de 1943, com a criação da CANGO.²⁴

Nota-se que a ocupação anterior a 1943 é de pouca relevância para Lazier. Seguindo o mesmo raciocínio, em novembro de 2002, a prefeitura de Planalto – PR, editou uma obra intitulada “*A História do Município de Planalto*”, onde se percebe a visão de que tanto as terras quanto os índios estavam realmente à espera da civilização. Já na primeira página, encontra-se a seguinte afirmação, “Aqui entre os perobais, canafistulas, marfins, alguns índios Caigangues, antas, porcos do mato tucano, pombas e arroios límpidos de muitos peixes, permaneciam inalteráveis as marcas deixadas pelos primeiros exploradores.”²⁵ Essa citação denota a impressão de que os índios fariam parte apenas de uma paisagem natural.

Dessa forma, observa-se esta incoerência com o processo de ocupação “pioneira” no Sudoeste do Paraná, que vem carregado de contradições e refletindo consequências penosas

²² LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no Sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 1987; SALVADORI, Francisco Carlos. *História do Município de Planalto*, 2002; GOMES, Iria Zanoni. *1957: Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Edições Criar, 1987.

²³ A “concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos [...]. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao lado das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas”. MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135 – 136.

²⁴ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 38.

²⁵ SALVADORI, Francisco Carlos. Op. cit., 2002, p. 1.

para a história dos povos que anteriormente habitavam a região e que ainda estão marginalizados.

O processo de ocupação da frente pioneira levou à expulsão dos primeiros habitantes do território, direcionando-os, cada vez mais, para as regiões de mata concentradas nas proximidades com a República Argentina. Este fato foi intensificado na sequência, quando os descendentes desses migrantes sulistas passaram a objetivar os domínios de terras nas suas proximidades. Para Boneti, os caboclos,

pelo seu caráter nômade, mantinham um sistema de propriedade rudimentar... Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como ‘fazedores de posses’. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construía uma infra-estrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região.²⁶

O indígena e o caboclo não possuíam o título de propriedade, eles ocuparam as “terras de ninguém”. Grande parte da historiografia regional não levou em consideração que a relação que estes povos tinham com a terra não era compatível com o viés mercadológico do migrante europeu da frente pioneira. Neste sentido, é interessante registrar que a racionalidade econômica dos caboclos na região Sudoeste do Paraná diferencia-se sobremaneira da concepção econômica do migrante descendente de europeu, fator que se torna muito importante para a sua exclusão social. Principalmente, porque os “migrantes, normalmente de origem européia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada.”²⁷

Nessa perspectiva, segundo Passos:

as práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se a outros elementos para a nossa compreensão da relação desses sujeitos com o espaço colonial. O caboclo mantinha outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisória com a terra que ocupava. Estabelecia através de suas necessidades um movimento de constante, mesmo que intermitente de remigração.²⁸

O caboclo não tinha propriedade ou regime parcelar da terra, para ele, fixar-se numa determinada área seria aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de pressão obrigava-o a tal. Segundo Abramovay, enquanto teria a mata pela frente, seria

²⁶ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 99.

²⁷ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 92.

²⁸ PASSOS, Aruanã Antonio dos. *História de sangue e dor: Crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909 – 1939)*. 2009. (Dissertação de mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 28.

economicamente inviável que o caboclo deixasse de cultivar na floresta virgem, pois a quantidade de terras disponíveis era suficientemente grande e a população suficientemente reduzida, para que ele seguisse sempre em busca de novas terras após um ou dois anos da abertura de uma clareira.²⁹

Uma atividade que merece destaque, no que diz respeito à economia regional cabocla que surgiu a partir da década de 1890, é a criação de porcos pelos safristas. De acordo com Boneti, denomina-se

safra, na região, o processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças ao seu capital disponível, de seu vizinho adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-se a pé, pelas picadas na mata, os ‘enxotando’.³⁰

Apesar de a economia cabocla estar voltada basicamente para o sustento familiar, caracterizada como economia de subsistência, foram identificadas algumas atividades comerciais. De acordo com Boneti, os “caboclos atuavam com três diferentes tipos de produção cujo excedente era destinado ao mercado: erva-mate, couro de animais silvestres e safras,”³¹ assim como outros produtos como “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos.”³²

Essas negociações davam-se pela circulação de produtos diversos, que eram transportados pelos muares por picadas abertas na mata até Barracão ou União da Vitória. O fato é que, para chegar à União da Vitória, enfrentavam uma longa jornada que percorria quase que toda a extensão do atual Estado do Paraná, enquanto a proximidade com a República Argentina facilitava as relações com o povo vizinho, fazendo com que as movimentações migratórias, nesta faixa de fronteira, ocorressem em maior proporção do que com os brasileiros.

Os limites fronteiriços com Argentina, nos quais o Sudoeste do Paraná enquadra-se, não haviam sido definidos até final do século XIX. A ocupação da faixa de fronteira era preocupação tanto do Brasil quanto da Argentina, pois os marcos indefinidos geravam oscilação da população de ambas as nacionalidades, o que originou disputas jurídicas e diplomáticas durante longo espaço de tempo e, conseqüentemente, o maior conflito diplomático que envolveu as duas nações.

²⁹ ABRAMOVAY, Ricardo. Ricardo. Op. cit., 1981, p. 32-36.

³⁰ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 103.

³¹ BONETI, Lindomar Wessler. Op. cit., 1998, p. 101.

³² LAZIER, Hermógenes; Op. cit., 1998, p.31.

1.3 As disputas internacionais pelo Sudoeste do Paraná: Brasil x Argentina

O processo de independência das Colônias Ibéricas, que ocorreu no início do século XIX, demonstrou várias peculiaridades, entre elas, ressaltam-se a fragmentação territorial verificada nas possessões espanholas na América do Sul, ao mesmo tempo em que as possessões portuguesas mantiveram-se unificadas. Enquanto várias repúblicas formaram-se após o domínio espanhol, um Império surgiu com o fim do domínio português. Nos domínios espanhóis, as forças oligárquicas regionais sobressaíram-se a um poder central, entretanto a colônia portuguesa buscou a todo custo manter-se unificada territorialmente, inclusive pela força.

Dessa forma, os limites territoriais foram uma das heranças deixadas para as novas nações pelas metrópoles ibéricas em suas colônias na América do Sul. Este cenário de fragmentação das possessões espanholas fomentou a formação de vários países com quem o Brasil precisaria delimitar oficialmente as suas fronteiras. Em alguns países, as negociações diplomáticas em relação aos limites fronteiriços avançaram com mais facilidade, porém, o mesmo não ocorreu com a Argentina (ver figura 04). Sendo este o país de colonização Ibérica com quem o Brasil teve o maior número de incidentes diplomáticos em virtude das suas delimitações territoriais.³³

A questão dos limites internacionais não foi apenas uma preocupação que surgiu posteriormente ao processo de emancipação política das jovens nações na América do Sul. No ano de 1777, Portugal e Espanha também estabeleceram acordos na intenção de fixar os seus domínios coloniais. De acordo com as coroas Ibéricas, os limites que dividiriam o Brasil da Argentina seriam os rios Peperi-Guaçu e Santo Antonio. Porém “nunca chegaram a definir exatamente quais os rios que recebiam estas denominações, embora constassem dos mapas utilizados durante as conversações diplomáticas.”³⁴

Esta indefinição que, aparentemente, teria pouco significado para ambas as coroas seria o principal motivo das divergências entre Brasil e Argentina para fixar as suas fronteiras. A emancipação política Argentina ocorreu em 1810, já a do Brasil em 1822, mas os dois governos começaram a debater os seus limites internacionais somente em meados de 1850.

Na ocasião, tanto Brasil quanto Argentina aderiram a mesma interpretação dada por Portugal e Espanha em 1777. Inclusive, a Argentina “concordou com a interpretação dada

³³ HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 12.

³⁴ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 1987, p. 25.

pelo Brasil, de que os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio eram os atuais rios com estas denominações. O Senado e a Câmara Argentina referendaram em 26 de setembro de 1853 o tratado assinado na oportunidade.”³⁵ Houve, portanto, a confirmação por parte da Argentina da interpretação dada em 1777 pelos países ibéricos, porém, nos últimos instantes, o executivo argentino resolveu adiar a comunicação ao governo brasileiro e o prazo expirou. Esta tentativa de dar um ponto final nas divergências territoriais não surtiu efeito e o consenso foi adiado.

DISPUTA TERRITORIAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA

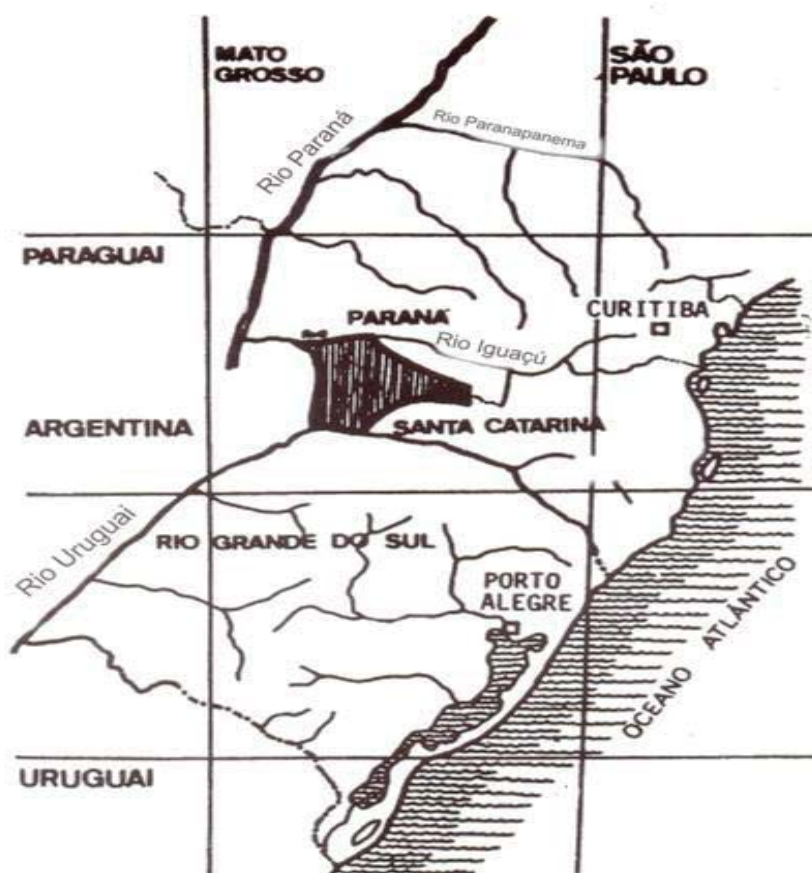


Figura 4. Disputa territorial entre Brasil e Argentina. **Fonte:** Caderno Cultural, nº 1, Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, p.08.

Ao que parece tanto Argentina quanto Brasil não estavam dispostos a ver os seus interesses territoriais serem prejudicados. Neste sentido, ambas as nações demonstram-se cautelosas sobre o assunto. Em 1881, a Argentina definiu a sua interpretação sobre a questão de limites com o Brasil: para ela, o rio que o Brasil compreendia sendo Chapecó era o Rio Peperi-Guaçu; e o rio compreendido pelos brasileiros como sendo Santo Antonio, para os

³⁵ Idem p. 26

argentinos, era o Chopim. Em 1888, a Argentina passou a reivindicar o rio Jangada, também afluente do rio Iguaçu, como sendo o rio Santo Antonio.

No ano de 1885, não havendo entendimento entre os países litigiosos, ambos formaram uma comissão mista para analisar, com mais cuidado, a questão fronteiriça. Na ocasião, defendendo os interesses brasileiros, a comissão estava sendo chefiada pelo Barão de Capanema, e, pela Argentina, pelo general Garmendia.³⁶ No transcorrer dos trabalhos, novamente, não houve acordo entre os países, que não estavam em consenso em relação aos rios que delimitariam as suas fronteiras, pois, ambas as nações tinham interesses em alargar o solo de suas pátrias.

Com a Proclamação da República do Brasil, em 1889, surgiu a necessidade cada vez maior de definir os limites territoriais com a maioria dos países da América do Sul, já que, na “Proclamação da República, o Brasil tinha limites territoriais definidos apenas com Uruguai, Paraguai e Venezuela. Com os demais países tudo ainda estava para ser realizado.”³⁷ Porém, colocar um ponto final nas disputas territoriais entre Brasil e Argentina demoraria alguns anos, pois, a jovem república, nesse período, estava em processo de reconhecimento e consolidação interna, e queria evitar, ao máximo, os problemas além das fronteiras.

Tal situação fez com que, em 25 de janeiro de 1890, em Montevidéu, o governo brasileiro selasse um acordo com a Argentina sobre o limite territorial combinado na “Questão de Palmas”. Nesse tratado, “seria dividido o território por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim.”³⁸ Pelo acordo firmado, o território em disputa seria dividido entre as nações. Diante desse acordo, houve grande euforia e comemorações por parte do governo e da imprensa argentina, não ocorrendo o mesmo no Brasil. Para validade de todo acordo internacional é necessária aprovação do Congresso Nacional dos países envolvidos, o que não aconteceu no Brasil. O “Congresso Nacional Brasileiro rejeitou o Acordo de Montevidéu em 10 de agosto de 1891, por 142 votos contra 5.”³⁹

Por não obter êxito nos acordos limítrofes pelas partes envolvidas em comum acordo, escolheu-se, como árbitro internacional, o Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland (1837-1908). Previamente, um acordo definido antecipava que o arbitramento não poderia dividir o território em questão, e as fronteiras seriam os rios que o Brasil ou a Argentina estariam reivindicando.

³⁶ HEINSFELD, Adelar. Op. cit., 2007, p. 107.

³⁷ Idem, p. 110.

³⁸ Idem, p. 110 – 111.

³⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 42.

Nesta ocasião de disputas territoriais entre os países, é importante ressaltar a atuação do Barão do Rio Branco que, em 1893, assumiu o compromisso de defender o Brasil sobre o território das Missões. Neste sentido, o mesmo cercou-se de todos os cuidados tanto políticos e econômicos quanto técnicos para garantir que o território pertencesse ao Brasil, pois, no aspecto geopolítico, seria uma desvantagem para a nação brasileira a área pertencer à Argentina.

Em cinco de fevereiro de 1895, o Presidente Cleveland deu ganho de causa ao Brasil e declarou toda parte do território em litígio como território brasileiro. Dessa forma, o Sudoeste do Paraná passou a pertencer oficialmente ao Brasil a contar do ano de 1895. No entanto, se as questões das disputas pelas possessões territoriais da região Sudoeste do Paraná cessaram do ponto de vista da política externa, o mesmo não ocorreu do ponto de vista da política interna, pois, a partir da Proclamação da República em que os estados adquiriram maior autonomia nas possessões territoriais e cobrança de impostos, a região do Sudoeste do Paraná apresentava-se como área economicamente promissora pela produção da madeira e erva-mate.

1.4 As disputas internas pelo Sudoeste do Paraná

Ao cessar as questões de litígio com a Argentina, surgiu uma nova disputa pelo território do Sudoeste do Paraná, essas disputas emergiram sob o ponto de vista interno envolvendo os estados de Santa Catarina e Paraná (ver figura 05).

A Proclamação da República, que ocorreu em 1889, juntamente com a promulgação da Primeira Constituição Republicana de 1891, estabeleceu o direito de recolhimento das taxas sobre as exportações, as propriedades, as profissões e as indústrias aos estados da federação. Neste sentido, um dos principais motivos que acirrou a disputa entre os estados em questão foi, sem dúvida, a ampliação das arrecadações.

A discussão sobre o estabelecimento de uma linha divisória entre os estados brasileiros arrastou-se desde o período do Brasil Colônia. O Sudoeste do Paraná foi disputado pelos estados de São Paulo e Santa Catarina, pois a emancipação política administrativa do Paraná ocorreu somente em 1853. A disputa da referida região continuou, porém não mais entre São Paulo e Santa Catarina, mas entre este último estado e o Paraná. Depois de vários anos de disputa judicial, a questão foi resolvida, em 1916, com arbitramento do então presidente da República, Wenceslau Braz (1868 – 1966).

Voltolini afirma que:

Francisco Xavier da Silva, então na função de governador do Estado do Paraná, expõe em 1901 aos membros do Congresso Legislativo que, já em 1892, havia a proposta de formação de uma comissão, composta de cidadãos de mesmo número dos dois estados, que deveriam averiguar documentos e levantar estudos relativos à questão de limites e que, então realizados os trabalhos, as propostas deveriam ser encaminhadas às respectivas assembléias legislativas e por fim levadas a aprovação perante o Congresso Nacional. Segundo o governador, a proposta foi apresentada aos governantes catarinenses, que não aceitaram as condições do acordo.⁴⁰

Por outro lado, o governador de Santa Catarina, Hercílio Luz (1860 – 1924), exercendo o seu primeiro mandato, convidou o advogado e político Manoel da Silva Mafra (1831 – 1907), para empenhar-se na defesa dos interesses de Santa Catarina. Sua função era buscar documentos que os amparassem nas defesas materializadas de suas pretensões em anexar a área litigiosa ao território do estado de Santa Catarina.⁴¹

DISPUTA ENTRE O PARANÁ E SANTA CATARINA



Figura 5. Região do Contestado. **Fonte:** Caderno Cultural, nº 1, Projeto Memória intitulado Revolta dos Posseiros: Cinquentenário 1957-2007, p.09.

Segundo Voltolini, em 22 de maio 1896, representantes dos dois estados fizeram um acordo que o limite em questão fosse decidido através de arbitramento. No entanto, em outubro do mesmo ano, a lei foi revogada porque o Supremo Tribunal Federal não aceitou as assinaturas dos advogados dos estados.⁴²

A disputa entre os estados foi uma das causas da Guerra do Contestado⁴³, entre 1912 e 1916, onde houve várias expedições militares para debelar e massacrar milhares de sertanejos.

⁴⁰ VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916. *Revista Santa Catarina em História* - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009, p. 32.

⁴¹ Idem, p. 32.

⁴² VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani Op. cit., 2009, p. 32–33.

⁴³ Em uma região fronteira entre o estado de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 a 1916, houve um dos maiores conflitos pela posse da terra no Brasil, envolvendo camponeses caboclos, e o poder estadual e federal.

Foi somente após esse conflito, que os estados assinaram o acordo de fronteira, ocorrido em 20 de outubro de 1916. Na ocasião, representando o estado do Paraná, assinou o acordo, o político Afonso Camargo (1873 – 1958), e, por Santa Catarina, o político Felipe Schmidt (1859 – 1930). O “referido acordo foi confirmado pelo Presidente da República Wenceslau Braz, sendo que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina.”⁴⁴ Apenas no ano de 1916, após a Guerra do Contestado, é que a Região Sudoeste passou definitivamente a pertencer ao Paraná.

O acordo do Contestado, em 1916, fez com que o Paraná se sentisse prejudicado com a “perda” do Oeste de Santa Catarina. Segundo Wachowicz, muitos paranaenses ficaram descontentes em habitar o estado de Santa Catarina e para receber essa população supostamente descontente, o governo do Paraná, pelo decreto 382, de sete de maio de 1918, instituiu a colônia de Bom Retiro, atual Pato Branco, onde os lotes seriam vendidos pelo Estado para o colono a preço de “10\$00 o hectare e os pagamentos deveriam ser em prestações anuais em numero de dez.”⁴⁵

A iniciativa do governo do Paraná apresentou-se como uma ação a fim de forçar o avanço populacional em direção à Santa Catarina, e de reconquista do território “perdido” pelo acordo do Contestado. Porém, tais esforços mostraram-se incapazes de solucionar o impasse da reconquista territorial.

A região do Contestado, à qual o Sudoeste do Paraná está inserida, esteve envolvida em mais uma disputa pelas possessões territoriais. As disputas envolvendo estas regiões não acabaram em 1916 com o arbitramento do presidente de República Wenceslau Braz. Novas disputas estavam na iminência de acontecer com se apresenta a seguir.

1.5 Glebas Missões e Chopim: interesses estrangeiros e nacionais

Além do Sudoeste do Paraná possuir solo propício para a atividade agrícola, também contemplava uma vasta mata de araucária que despertou o interesse econômico pela exploração dos recursos naturais. Houve períodos em que a mesma área de terra era requisitada por distintos “proprietários”. Podem ser citadas, por exemplo, as companhias imobiliárias Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), Pinho e Terra, além dos

Foi um movimento inerente a falta de regulamentação da propriedade agrária no Brasil, embora muitos autores atribuam o movimento relacionado ao fanatismo religioso.

⁴⁴ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1988, p. 23.

⁴⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 62.

governos do Estado do Paraná e Federal⁴⁶, e, conseqüentemente, os posseiros que, em sua grande maioria, eram provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Como visto, as questões sobre a posse das terras na região alteraram-se em vários momentos desde o fim do II Império e *a posteriori*. As glebas Missões e Chopim (conforme figura 06), passaram a pertencer ao engenheiro João Teixeira Soares, concedidas pelo Império⁴⁷ como pagamento pelos seus serviços prestados⁴⁸ que na ocasião, compreendia, então, a “construção de uma estrada de ferro entre Itararé e Santa Maria da Boca do Monte. Abrangia um ramal que, descendo de Guarapuava até o Rio Iguaçu, fossem acompanhando-o até sua foz, no rio Paraná.”⁴⁹

A partir de 1889, com o advento da República, o governo provisório manteve tais concessões, com algumas alterações. Em 1891, com a nova Constituição Republicana, as terras devolutas passaram para o domínio dos estados. Portanto, caberia ao estado do Paraná o domínio e as demarcações das áreas que haviam sido concedidas no último ano do II Império. Gomes afirma que, em 1891,

essas concessões foram transferidas para a Companhia União Industrial e, em 6 de maio de 1893, pelo Decreto nº 1.386, para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, do Grupo Brasil Railway Company. Foi essa companhia quem realmente construiu a Estrada de Ferro Itararé – Uruguay e o ramal Jaguariaíva (Paraná) – Ourinhos (São Paulo), bem como recebeu parte das terras concedidas, ficando um resto para receber posteriormente.⁵⁰

Em 17 de julho de 1913, o presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864 – 1935) titulou parte da Gleba Chopim, de 715.080.142 m² para CEFSPRG - Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. E, em 1920, em razão do novo contrato assinado com o Governo do Paraná para construção do ramal de Guarapuava e o “restante não recebido”, a CEFSPRG recebeu tituladas várias glebas, entre elas, a Gleba Missões.⁵¹ O território das Glebas Missões e Chopim corresponde ao atual Sudoeste do Paraná, fato que titulou toda a região para uma companhia estrangeira entre os anos de 1913-1920.

⁴⁶ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 25.

⁴⁷ D. Pedro II, através do Decreto nº 10.432, de 10 de novembro, concede ao engenheiro João Teixeira Soares uma área de terras devolutas e nacionais equivalente a 9 km para cada lado de linha, na extensão total da estrada construída em troca da construção da Estrada de Ferro Itararé – Uruguay e dois Ramais (GOMES, 1987, p. 29).

⁴⁸ BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste (PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007, p. 49.

⁴⁹ LAZIER, Hermógenes Op. cit., 1998, p. 25.

⁵⁰ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 30.

⁵¹ LAZIER, Hermógenes; Op. cit., 1998, p. 25.



Figura 6. Mapa da Gleba Missões e parte da Gleba Chopim **Fonte:** Caderno Cultural, 50 anos Revolta dos Possesiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente, 2007, p. 04.

Ocorre que, em 1930, com o Golpe de estado, assumiu o governo federal o rio-grandense Getúlio Vargas que, entre suas medidas de governo, nomeou interventores federais em todos os estados, sendo que, no Paraná, tomou posse o General Mário Tourinho.⁵² (1871 – 1964)

Na ocasião, a população da região Sudoeste e Oeste do Paraná alegava que o governo estadual sempre foi omissivo no que se refere a estas regiões. Afirmava-se que toda a política desenvolvia-se nas proximidades de Curitiba, ou seja, as regiões anteriormente mencionadas eram desprezadas e abandonadas por parte dos governos estaduais. O interventor “uma vez no poder pôs em prática um audacioso e ambicioso plano para restabelecer a confiança do estado do Paraná, tanto no Oeste como no Sudoeste.”⁵³

De acordo com Lazier, ao estudar as concessões de terras feitas, a CEFSPRG, o Presidente do Paraná, Mário Tourinho, constatou irregularidades e, dessa forma, tomou algumas medidas para regularizar a situação. Por isso, no decorrer dos anos 1930 e 1931,

⁵² Após o Golpe de 1930, Vargas assumiu o Governo Federal de forma Provisória, através de decreto dissolveu as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais do Brasil, substituindo os governadores e os prefeitos por interventores do movimento tenentista.

⁵³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 112.

através de decretos, o governo estadual anulou os títulos conferidos a Brasil Railway Company, representados pela CEFSPRG, anulando algumas das concessões que incluíam as Glebas Missões e Chopim.⁵⁴

Torna-se importante ressaltar que não são somente as supostas irregularidades que fazem culminar no cancelamento dos títulos à Companhia, mas os propósitos nacionalistas e centralizadores do novo governo instituído, que se apresentava incutido na decisão do interventor paranaense.

A Companhia, alegando estar sendo prejudicada, entrou com um recurso na justiça contra esses decretos e deu início a uma disputa jurídica entre o Estado do Paraná e a CEFSPRG.⁵⁵

No ano de 1940, no auge do Estado Novo⁵⁶ getulista, Vargas utilizou decretos para incorporar todos os bens da Brasil Railway Company ao patrimônio nacional. As glebas Missões e Chopim, anteriormente de domínio da companhia, passaram a ser administradas pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional - SEIPN. Assim, as pendências ou as disputas em relação à Região Sudoeste apresentavam mais um capítulo, não mais entre o estado do Paraná e a CEFSPRG, mas entre o Governo Estadual e o Governo Federal. Disputas que culminariam, ente outras questões, com a luta social de 1957.

1.6 A fixação sulista na faixa de fronteira como estratégia política

Como visto anteriormente, a racionalidade econômica e de apropriação da terra por parte do indígena e do caboclo diferencia-se dos migrantes sulistas. Aqueles atores sociais não se fixavam por muito tempo num mesmo espaço geográfico. Não tinham preocupações com os limites territoriais estabelecidos entre as nações, isso causava preocupação ao Estado centralizador varguista.

A partir de 1930, a posição geográfica do Sudoeste Paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de *Segurança Nacional*, pois abrange uma área de fronteira com Argentina e tem proximidade com o Paraguai.⁵⁷ Dessa forma, o termo geopolítica veio ao encontro de nossa pesquisa, visto que, a partir do segundo quartel do século XIX, o Brasil e a

⁵⁴ LAZIER, Hermógenes; Op. cit., 1998, p. 26.

⁵⁵ Idem, p. 26

⁵⁶ Estendeu-se de 1937 – 1945, o período em que eliminou os direitos políticos, impondo ao país uma ditadura centralizada nas mãos do executivo, ou seja, um regime político corporativo e autoritário.

⁵⁷ ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2009, p. 30.

Argentina fundamentaram as ações de cada estado no pensamento geopolítico da época, que era procedente de países centrais do capitalismo.⁵⁸

Por se tratar de uma região de fronteira com a República Argentina, o Estado Brasileiro elaborou uma estratégia interna de ocupação destas áreas consideradas importantes para a Segurança Nacional. Esta estratégia consistia em deslocar migrantes de descendência europeia para fixar uma população e aumentar a densidade demográfica mantendo um marco vivo na faixa de fronteira.

Por um lado, o Estado ocupava internamente a área, por outro, fazia a defesa externa, o avanço da “colonização” no Sudoeste do Paraná não se deu pelo sistema da monocultura latifundiária, a ocupação territorial, ocorreu através da pequena propriedade rural. Para o Estado Brasileiro, a baixa pressão demográfica nas áreas de fronteiras, no caso do Sudoeste do Paraná, poderia não cumprir uma função estratégica de defesa. Neste sentido, a ocupação interna da região nada mais é do que a defesa externa no entender do Estado, uma função que os indígenas e os caboclos pelos seus aspectos culturais não cumpririam; nem o papel estratégico de defesa, nem alargamento das fronteiras econômicas.

O projeto de colonização oficial da região instituída pela Política Varguista para ocupar a faixa de fronteira denominou-se “Marcha para o Oeste”. Consistia em fixar, na área, agricultores provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Com esta política, Getúlio Vargas resolveria uma série de problemas nesse período, dentre os quais a possibilidade de amenizar o conflito agrário no Rio Grande do Sul, ocupar uma área de *Segurança Nacional* e ampliar as fronteiras econômicas. Para Carneiro, a

‘Marcha para Oeste’ constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão.⁵⁹

Como parte do projeto da “Marcha para Oeste”, Governo Federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO).⁶⁰ No Estado do Paraná, foram demarcados em torno de 300 mil hectares para destinar aos migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Sabe-se, no entanto, que a Argentina e Brasil travaram uma disputa diplomática durante anos pelas possessões do Sudoeste do Paraná e, de acordo com

⁵⁸ HEINSFELD, Adelar. Op. cit., 2007, p. 15.

⁵⁹ CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formos e Trombas..* Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD. Goiânia. 1981, p. 6 – 7.

⁶⁰ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 34.

Vannini, a CANGO foi projetada para assentar famílias nas terras que há muito tempo foram pretendidas pela nação vizinha, a Argentina.⁶¹ Segundo Zatta, a partir

de 1940 Vargas estabeleceu para diversas regiões do país uma política de governo que objetivava aprimorar a produção agrícola. Como estratégia organizacional criou sete colônias Agrícolas Nacionais. Esta espécie de “granjas-modelo” tinha como finalidade a colonização e ocupação de ‘espaços vitais’ ainda inabitados. Tal política de interiorização tornou-se conhecida como ‘Marcha para o Oeste’ e essas áreas ocupadas chegaram a ser conhecida como Nova Califórnia, uma comparação com o modelo norte americano.⁶²

Ainda no que se refere à ocupação do Sudoeste do Paraná, promovida pelo governo federal, Martins ressalta que o:

Presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal.⁶³

Comprovando a afirmativa de Martins em relação à fixação de reservista no Sudoeste do Paraná como política governamental de ocupação da faixa de fronteira, a figura 07 (sete) confirma a vinda destes homens que, além de desenvolverem atividade agrícola, tinham uma função estratégica de defesa das fronteiras nacionais. Tem-se o caso do Sr. Oreste Barbieri que se instalou na Vila Marrecas em 1948 juntamente com os seus familiares. Segundo a sua esposa, Anita Salmoria Barbieri, o mesmo teria fornecido informações aos militares do Exército sobre o acampamento de jagunços na região.⁶⁴

A partir da criação da CANGO, em 1943, registram-se praticamente três décadas de grande fluxo migratório para o Sudoeste do Paraná. Além dos motivos salientados anteriormente como o conflito agrário no Rio Grande do Sul, área de *Segurança Nacional*, outros fatores promoviam a vinda de colonos para a região. Neste aspecto, Carini e Tedesco salientam que:

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a agricultura tradicional, que vinha sendo praticada até então, não estava conseguindo corresponder às necessidades dos agricultores, razão pela qual muitos deles, desestimulados,

⁶¹ VANNINI, Ismael Antonio. A Ocupação da (RCI), Região colonial Italiana do Rio Grande do sul e as Correntes Migratórias para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. In BONAMIGO, C.A.; SCHNEIDER, Cláides Rejane. (Org.). *Revisitando a História: A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 1. ed. Francisco Beltrão: Editora Grafisul, 2007, p. 25, p 11 - 34.

⁶² ZATTA, Ronaldo. Op. cit., 2009, p. 24.

⁶³ MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Posseiros*. 1 ed. Curitiba:S/Editora, 1986, p. 26.

⁶⁴ Projeto Memória Cultural da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista n° 253 da senhora Anita Salmoria Barbieri.

empobrecidos, migraram para outras regiões, como o Paraná e Oeste de Santa Catarina, explorando novas áreas de mata.⁶⁵

MINISTÉRIO DA GUERRA

(1) 36. R. M. (1) 2º R.M.M.
(Corpo ou Formação de Serviço)

CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª CATEGORIA

Nº 460701 (1)

Certifico que o cidadão ORESTE BARBIERI (1) da classe de 1.º 223 (1) alistado no ano de Sortido (1) pelo município de Alfredo Chaves (1) Estado Rio Grande do Sul (1) e incorporado no ano de 1946 (1) é considerado reservista de 1ª categoria.

A) Identificação

Filho de <u>Consigente Barbieri</u> (1)		Cor. <u>branca</u> (1)
e de <u>Irene Favareto</u> (1)		Cabelo <u>castanho</u> (1)
Natural de <u>Estado R.G.S.</u> (1)		Olhos <u>castanhos lírios</u> (1)
Município <u>Chaméa</u> (1)		Altura <u>1,72</u> (1)
Cidade (lugar) <u></u> (1)		Nariz <u>reto</u> (1)
Data de nascimento <u>23.1.1923</u> (1)		Rosto <u>oval</u> (1)
Vacinado? <u>sim</u> (1) <u>Le?</u> <u>sim</u> (1) <u>Creve?</u> <u>sim</u> (1)		Boca <u>regular</u> (1)
Profissões sucessivas com civil <u></u> (1)		Sinais particulares <u>nao tem.</u> (1)

Outras notas Excluído por conclusão de tempo (1)

Ou
Impressão digital (polegar direito) (1)

Oreste Barbieri
(Assinatura do reservista) (1)

B) Serviço ativo (1)

Unidade onde serviu 2º Regimento Moto-Mecanizado (1)
Tempo de serviço (incluído em 16.3.1945 , excluído em 31.1.1946)
Especialidades Piloto (1)
Graduação Soldado (1)

(Ass.) Manoel de Jesus Lopes, Capt.
Chefe do corpo ou chefe da formação de serviço

C) Mobilização

Destino de mobilização 2ª Seção Mob. n. 54 (1)
Vai residir em Barcelos (1)
(Cidade e, se possível, rua e número)

Em caso de mobilização deverá apresentar-se {
Cidade (lugar) (1)
Centro de Mobilização n. (1)
No dia de mobilização. (1)

(1) Porto Alegre 31 de Janeiro de 1946
(Ass.) Archaújo H. C. de Souza
Cap. Chefe da Seção Mobilizadora n. 16

OBSERVAÇÕES:
A) Este certificado poderá ser substituído oportunamente pela caderneta correspondente.
B) Em caso de mobilização o reservista deverá apresentar-se à autoridade local (civil, se não houver guarnição militar), afim de obter meio de transporte até o lugar do Centro de Mobilização que lhe foi atribuído.

Figura 7. Certificado de Reservista de 1ª Categoria do Sr. Oreste Barbieri. Fonte: Arquivo pessoal da família Barbieri.

Dessa forma, foi feita a distribuição de lotes de terras de maneira gratuita, principalmente, a migrantes provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (ver figura 08), que se sentiram atraídos pela política de ocupação implementada

⁶⁵ CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho: 1960 -1980*. 1 ed. Porto Alegre: Suliani Editografia Ltda, 2007, p. 34.

pelo Governo Federal no Sudoeste Paranaense. Todavia, as terras da região encontravam-se *sub judice* e o Governo Federal fornecia apenas um documento de posse, transformando os colonos em posseiros, e não proprietários. Tal situação tornou-se o estopim da Luta Social de 1957, e, posteriormente, para a legalização destas terras com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), em 19 de março de 1962.⁶⁶



Figura 8. Migrante sulista chegando ao Sudoeste do Paraná. **Fonte:** Jornal O Estado do Paraná, Ano VII – Curitiba, 26 de julho de 1957 p. 06.

Outra ação do Governo Federal na década de 1940 que relaciona muito bem o seu cuidado com as áreas de fronteira é a estruturação de projetos de criação de novos territórios. Durante o Estado Novo, o governo desmembrou áreas de outros estados da federação para a criação destes territórios, e foi nesse cenário que, em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei 5.812, o Governo Federal desmembrou o Oeste e Sudoeste do Paraná juntamente com Oeste de Santa Catarina criando, assim, o Território Federal do Iguçu.

Foi durante o Estado centralizador de Vargas (Estado Novo) que se tornou mais evidente a nacionalização das fronteiras brasileiras. Assim como a CANGO, os motivos que levaram a criação do Estado Federal do Iguçu tiveram forte influência geopolítica. Neste sentido, Lopes afirma, que a

criação do território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas

⁶⁶ O GETSOP estava diretamente subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República, portanto, era um órgão militar do Ministério da Defesa.

áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa.⁶⁷

No entanto, logo após a queda de Vargas, em 1945, o Território Federal do Iguaçu deixou de existir, sendo extinto no ano de 1946. Tanto a criação da CANGO, quanto a criação do Território do Iguaçu, foram medidas de ocupação espacial na região de fronteira por parte do Governo Vargas. O Governo Federal pretendia, além de integrar a Região Sudoeste do Paraná aos centros econômicos do Brasil pela distribuição de terras para conduzir ao dito progresso e à modernização, também neutralizar a influência que a Argentina mantinha na região.

Os conflitos envolvendo possessões do Sudoeste do Paraná, inicialmente, entre Brasil e Argentina, seguidos pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, bem como abrangendo os interesses nacionais e internacionais, além da nacionalização da região, contribuíram para o surgimento de divergências locais durante o processo de ocupação oficial promovido pelo Governo Federal em meados do século XX.

Aliado a estes fatores, a presença da Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), empresa imobiliária, que se instalara na região, fez as tensões aumentarem no sentido em que contrariava os interesses do Governo Federal na instalação dos migrantes sulistas na faixa de fronteira com a Argentina.

⁶⁷ LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no Contexto da "Marcha para Oeste"*. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 26.

2. OS DONOS DA “TERRA DE NINGUÉM”: O CONFRONTO ENTRE OS INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS

No capítulo anterior, foi realizada uma análise das disputas e dos diversos interesses em jogo pelas possessões da área de fronteira em questão, compreendida, atualmente, por Sudoeste do Paraná, o processo de ocupação extensiva e intensiva da região, bem como às concessões de terras feitas por parte dos governos às empresas construtoras de estradas de ferro. Entretanto, as divergências e os interesses pelo Sudoeste do Paraná não cessaram.

A partir das considerações expostas no capítulo anterior, percebe-se a importância de realizar esta análise, de modo a compreender as consequências destas disputas e divergências. Neste sentido, este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, será discutida a presença e a atuação da CITLA na região e a sua suposta relação com o Governador do Estado do Paraná Moisés Lupion (1908 – 1991). Em seguida, será feita uma análise em torno dos primeiros conflitos na região de fronteira com a Argentina e, a partir disso, o início da resistência por parte dos posseiros. E, por fim, será enfocada a função estratégica do exército na defesa nacional coincidindo com os interesses dos posseiros, tanto em seu posicionamento durante a Luta Social de 1957, quanto na medição das terras pela GETSOP a partir de 1964.

2.1 CITLA: companhia de colonização ou grileira?

José Rupp (1898 – 1962) entrou em cena no início do século XX quando recebeu do governo catarinense a autorização para extrair erva-mate e madeira no Oeste de Santa Catarina. Como citado anteriormente, no início do século XX, não existia definição de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, havendo, inclusive, disputas judiciais sobre a posse da região do Contestado.

A área em questão era considerada parte das terras devolutas, no entanto, estas terras, por decreto imperial, reafirmado pela República, já pertenciam a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG). Portanto, “está dada a largada” nas disputas judiciais pelas possessões territoriais desta área, entre José Rupp, a CEFSPRG, e posteriormente, o governo federal.

A presença da CITLA na região exerceu ligação direta com José Rupp, pois foi a partir da autorização cedida pelo governo catarinense a este para realizar a extração de erva-mate e madeira no planalto catarinense que se iniciou a luta judicial com a Companhia de Estrada de

Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), que alegava ser prejudicada em seus empreendimentos. Em 04 de junho de 1920, a companhia

ajuizou em Florianópolis, no Juízo Sencional, uma ação sumária de manutenção da posse de José Rupp e outros na área explorada pelo mesmo com embargo e apreensão de depósito de erva-mate já extraídas. Em outubro de 1920 foi feita a apreensão judicial. José Rupp apelou. A ação correu os trânsitos legais e em 07.07.1925 foi reconhecida a posse de José Rupp nas terras em litígio, bem como da erva-mate e madeira apreendidas. A Cia, não se conformou, recorreu ao Supremo tribunal Federal. O maior órgão do Poder Judiciário, em decisão de 07.05.1938, confirmou a sentença em favor de José Rupp.⁶⁸

As disputas judiciais entre José Rupp e a CEFSPRG estenderam-se por aproximadamente 18 anos. Apesar de Rupp ser vitorioso na justiça, o mesmo se sentiu prejudicado pela interrupção de suas atividades na região ao longo da disputa judicial. Por esse motivo, “entrou novamente na justiça para fixação do *quantum* a que tinha direito pelos prejuízos a ele causados. Em 1945, a justiça avaliou seus prejuízos em Cr\$ 4.720.000,00, mais os juros de mora e as despesas judiciárias.”⁶⁹

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em específico às políticas do Estado Novo, todos os bens da CEFSPRG foram incorporados ao patrimônio da União, sendo que, em 1940, o encargo das dívidas ficaria sob a responsabilidade do Poder Público Federal. Apesar de José Rupp lutar de várias maneiras para receber a indenização estabelecida pela justiça, as suas propostas eram sempre indeferidas por parte da União.

A CITLA se estabelece na Região do Sudoeste do Paraná através de uma transição comercial que ocorreu em 26 de julho de 1950, na qual José Rupp vendeu o seu suposto crédito à Companhia, ou seja, a partir desta data, o poder público deveria pagar a indenização à CITLA e não mais a José Rupp. Entende-se que esses fatores serão causas diretas da Luta Social de 1957, no entanto é importante frisar que o interesse da Companhia na região estava mais vinculado à extração de madeira dos pinhais e mata de araucária⁷⁰. Estabelecer uma colonização sulista ficava em segundo plano para a companhia.

A Gleba Missões contava com mais de três milhões de Araucária aptos à industrialização; várias quedas d'água por ser uma região de planalto; uma imensidão de árvores de erva-mate prontas para serem exploradas; milhões de árvores consideradas de lei como peroba e cedro; além de milhares de toneladas de nó de pinho para suprir a demanda das indústrias de plástico.⁷¹

⁶⁸ LAZIER, Hermogenes. Op. cit., 1980, p. 10.

⁶⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 149.

⁷⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 156 – 157.

⁷¹ Idem, p. 156 - 157.

Baseada nas informações mencionadas, a CITLA planejava alguns empreendimentos lucrativos na região. Segundo Wachowicz, a companhia queria aproveitar as quedas d'águas para produzir energia elétrica; industrializar, na própria região, a erva-mate em abundância; aproveitar os nós de pinho; instalar uma empresa de celulose, sendo a Araucária sua matéria prima; construir uma rodovia que ligaria “Pato Branco e Francisco Beltrão”⁷² e construir uma estrada que dava acesso ao interior da Gleba Missões.⁷³

Foi a partir de 26 de julho de 1950 que Moisés Lupion (1908 – 1991), supostamente um dos sócios da empresa, durante o seu primeiro mandato como governador do estado do Paraná, começou a facilitar a atuação da CITLA na região. Em 17 de novembro de 1950, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional acertou o acordo com a CITLA titulando não só a Gleba Missões, mas também parte da Gleba Chopim.⁷⁴ Afirma Lazier que o “partido que governava o Paraná era o mesmo que governava o Brasil, o PSD”. O escândalo do acordo foi cognominado de “A maior bandalheira da República.”⁷⁵

A maioria dos autores analisados, que tratam a questão do favorecimento por parte do governo do Estado para a CITLA, apontam uma forte relação entre o governador Moisés Lupion com a referida empresa. No entanto, no campo da pesquisa histórica, não se apresentam, até o momento atual, elementos que comprovem o grau desta afinidade. Todavia, um fator que chama a atenção é que Moisés Lupion, sendo um dos supostos acionistas da companhia acusada de ser a responsável pelas tensões sociais na região, conquistou a maioria dos votos nas eleições do governo estadual do Paraná em 1956, portanto, no ano anterior a Luta Social de 1957. De acordo com Junior e Escabedo:

O vínculo entre a CITLA e o PSD influenciou decisivamente para a grande vitória da legenda, nas eleições de 1956. O PTB, e a UDN foram derrotados em Francisco Beltrão e nos municípios vizinhos, derrota que mobilizou oposição contra o domínio pessedista. A partir disto, uma nova estratégia da oposição passou a ser montada pelo PTB com o auxílio, em âmbito federal, na União Democrática Nacional e com a leniência de setores do PSD.⁷⁶

Os autores supracitados afirmam que a vitória eleitoral, em 1956, fez aumentar a organização da oposição regional que incentivou a pressão política contra o governador na

⁷² Atualmente, Pato Branco e Francisco Beltrão são cidades consideradas pólos regionais do Sudoeste do Paraná, com aproximadamente noventa mil habitantes cada uma.

⁷³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 157.

⁷⁴ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 48 – 49.

⁷⁵ Idem, p. 49.

⁷⁶ JUNIOR, Hor-Meyll Teixeira Leite; ESCABEDO, Marcel Luiz. *Moysés Lupion: Civilizador do Paraná*, Volume II. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006, p. 161.

Região Sudoeste do Paraná, atribuindo-lhe culpa pelas tensões sociais que resultaram na Luta Social.

Segundo Lazier, a CITLA, não obtendo êxito judicial em suas apelações nos tribunais e nas instâncias judiciais, utilizou o método da grilagem⁷⁷ de terras para atuar na região. Foi a partir da coação aos posseiros que a CITLA atuou no Sudoeste.⁷⁸ Para Wachowicz, eram “milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro. Observou-se que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos, foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência.”⁷⁹

Através das fontes e bibliografias disponíveis, não se pode comprovar se houve tanta violência por parte da CITLA contra os posseiros, como muito se ouve nas conversas informais na região. Tendo em vista, os interesses divergentes, pode-se relativizar que a violência começou a intensificar-se cada vez mais quando os ânimos tanto dos emissários da companhia, quanto dos posseiros passaram a ficar cada vez mais tensos. De acordo com Wachowicz, os

primeiros emissários das companhias, que entraram em contacto com os colonos, eram gente bem vestida. Esclareciam que parte do pagamento poderia ser em produtos agrícolas ou em gado. Como esses corretores não conseguiram vender ao colono procurado, recorreram aos jagunços. Quando estes invadiram o lar do colono, desmoralizando sua família. O colono deixou a enxada e pegou na winchester.⁸⁰

A companhia imobiliária, ao se instalar na região, começou a instituir um clima de tensão e insegurança. Com o decorrer do tempo, os posseiros eram forçados a comprar as terras onde moravam. Dessa forma, a CITLA exigia uma entrada e assinaturas de notas promissórias dos posseiros. Criou-se, na região, uma situação de insegurança tanto pelas ações da CITLA quanto por se tratar de uma área de segurança nacional, por ser uma região de fronteira, conforme Lazier,

homens da CITLA forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam [...]. Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro [...]. A ação da CITLA na região criou uma situação de insegurança [...]. O problema tornou-se mais grave por tratar-se de área de segurança nacional, ou seja, por ser uma região dentro da faixa de fronteira.⁸¹

⁷⁷ Grilagem de terra é a apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos de titularidade, uma prática comum na história do Brasil.

⁷⁸ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 51-53.

⁷⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 166.

⁸⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 169.

⁸¹ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 54 - 55.

De acordo com Gomes, os “jagunços passaram a percorrer as propriedades sempre em grupos de mais de três elementos, obrigando os colonos a assinar os contratos, dos quais eram excluídos os pinheiros e as madeiras de lei.”⁸² Esses acontecimentos a princípio de ordem regional tomaram proporções nacionais na esfera política, principalmente, os que faziam oposição a Lupion, os “políticos da UDN que mais atuavam na região, eram o senador Othon Mäeder e o Deputado Federal Bronislau Ostoja Roguski, enquanto do PTB, destacava-se o Deputado Estadual Nantônio Anibeli.”⁸³

Neste sentido, Mäeder enviou, no dia 12 de março de 1957, uma carta a seus correligionários do Sudoeste argumentando os motivos pelos quais os colonos não deveriam assinar documentos para as companhias imobiliárias.⁸⁴ Os colonos não se negavam a pagar pela propriedade (conforme anexo 1), principalmente os posseiros que foram estabelecidos pela CANGO, pois haviam recebido gratuitamente suas posses. Já os que relutavam a pagar faziam parte da parcela de posseiros que teriam adquirido terras de outros posseiros. A grande parcela dos colonos exigia condições básicas para o pagamento, ou seja, que a escritura fosse legal e o preço cobrado pelas companhias fosse justo.⁸⁵

A CITLA, mesmo não tendo direito jurídico sobre as terras no Sudoeste do Paraná, mantinha escritório em pleno funcionamento na região, mais precisamente em Francisco Beltrão, e na região da fronteira com a Argentina, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste. A companhia, segundo Gomes, “usou de todos os meios para provar que detinha documentação legal da terra”⁸⁶, começando a tumultuar a vida dos trabalhadores rurais e posseiros na região.

Assim como a CITLA, os posseiros também não tinham direito jurídico sobre as possessões de suas terras, pois, na ocasião da criação da CANGO, em 1943, estas terras estavam *sub judice*. Talvez a única diferença existente entre os posseiros e a CITLA, nesta questão da legalidade, é que a companhia sabia de sua ilegalidade, enquanto os posseiros, em sua grande maioria, não foram informados.

Outro mecanismo utilizado pela companhia foi a tentativa de impressionar os agricultores através da construção de “laços” junto aos militares. Esta informação é apresentada pelo historiador Wachowicz, que afirma:

⁸² GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 55.

⁸³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 168.

⁸⁴ Idem, p. 168.

⁸⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 169.

⁸⁶ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.53.

Em 26 de março de 1957, desceram em Pranchita, no pequeno aeroporto construído pela CITLA, dois aviões conduzindo o pessoal encarregado de iniciar as medições dos lotes na região da fronteira. Para melhor impressionar aos colonos, o grupo veio chefiado por um ex-suboficial da aeronáutica: Jasão. Esse militar aposentado andava por todo o Sudoeste pilotando um avião Cesna, de propriedade da companhia. Oferecia aos militares sediados em Francisco Beltrão, terras na região, eram para ter *costas quentes com os militares*. Esse militar grangeou grande prestígio no Sudoeste. Mas, o General Nelson de Melo, Secretário do Conselho de Segurança, deu ordens para que os soldados, aquartelados em Francisco Beltrão, defendessem na medida do possível os interesses dos colonos posseiros.⁸⁷

Por ser uma área de fronteira, a situação causou preocupação para o Conselho de Segurança Nacional, sendo assim, a “resolução do Conselho de Segurança Nacional sugere várias medidas para garantir a ordem e a tranquilidade na zona de fronteira, entre elas a remessa de destacamento do Exército para a localidade de Santo Antônio.”⁸⁸

Em entrevista concedida ao Jornalista Ivo Pegoraro, num suplemento do Jornal de Beltrão, o médico Walter Pécoits, um dos líderes civis da Luta Social em Francisco Beltrão, afirmou que a população vinha “sendo ameaçada de pagar por uma terra que era do posseiro e que a companhia de terra se julgava titulada. Mas, todos sabíamos que esse título não era válido. Que a terra era litigiosa.”⁸⁹

De acordo com Lazier, os posseiros que assinavam os contratos forçados pelas companhias não ganhavam recibo de quitação; nos contratos, não havia registro nem assinatura dos responsáveis das companhias, muitas vezes, os recibos eram feitos em papel de carteira de cigarros assinado pelo próprio agente das companhias, o “jagunço”. O autor reafirma que era uma situação de muita intranquilidade vivida pelas famílias da região, mas tal situação só era possível devido à cumplicidade do então governador do estado do Paraná Moisés Lupion. Sendo assim, as companhias contavam com a conivência das autoridades policiais e administrativas do Estado.⁹⁰

No entanto, esta informação apresentada por Lazier, de que não havia registros e assinatura dos responsáveis das companhias, contradiz-se com as fontes primárias analisadas nesta pesquisa e não deve ser entendida como regra para todos os casos. Conforme o Anexo 2 - Contrato de Compromisso de Compra e Venda da Fazenda São Francisco em oito de agosto de 1957, fornecido pela Colonizadora Apucarana Ltda ao Senhor Alberto Elbert, foi realizada uma negociação registrada com assinaturas de representantes de ambas as partes reconhecida, carimbada e registrada em cartório, após recolhidos os tributos federais para este tipo de negociata.

⁸⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987 p. 168.

⁸⁸ LAZIER, Hermógenes Op. cit., 1998, p. 56.

⁸⁹ JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007. *O tempo da Revolta: Lembranças de quem viveu*, p. 13.

É importante salientar que anterior a Luta Social e a tomada de várias cidades pelos posseiros, as lideranças locais buscaram diversas formas para solucionar o problema do litígio. Foram realizadas conversas com autoridades municipais, estaduais e federais. Segundo Gomes, a “última tentativa coletiva de se conseguir uma solução pela via legal, o abaixo-assinado que Pedrinho Barbeiro deveria levar ao Presidente da República, havia fracassado. O assassinato dessa liderança repercutiu de forma significativa em toda a região.”⁹¹

Diante de tal situação, após tentativa fracassada de resolver o impasse de forma legal recorrendo às esferas municipais, estaduais e federais, os posseiros viram-se frente de uma situação delicada, aceitar passivamente os interesses das companhias ou organizarem-se em torno da manutenção da propriedade. Assim, emergiram as condições iniciais que fomentaram a Luta Social em outubro de 1957.

2.2 Resistência na fronteira e a tomada de Capanema

Apesar de grande parte dos estudos regionais privilegiarem os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco como foco da Luta Social de 1957, em detrimento da área de fronteira com Argentina, pode-se afirmar que foi na faixa de fronteira, que se deu o início dos embates entre emissários/jagunços e posseiros, onde se iniciou a resistência coletiva para a luta.

Dentre os motivos deste interesse em privilegiar estas duas cidades, assinala-se alguns fatores considerados relevantes. Primeiramente, as duas cidades constituem a maior densidade demográfica na região, dessa forma, vêm sendo privilegiadas por questões eleitorais. Em segundo, por estas cidades serem o dínamo econômico regional, principalmente do ponto de vista de circulação de capitais. A terceira, porém não menos importante e talvez a hipótese mais convincente, adentra o campo do interesse político dos líderes da Luta social destas duas cidades que, por serem profissionais liberais, valeram-se, posteriormente, do fato histórico para projeção política e econômica regional.

Pedro Santin, um dos líderes da Luta Social de 1957 na fronteira, não é tão reverenciado pela historiografia regional como alguns líderes de Pato Branco e Francisco Beltrão, porém, a sua contribuição é de grande relevância para as ações dos posseiros na fronteira, foi nele que os colonos posseiros da fronteira depositaram sua confiança. Arrisca-se

⁹⁰ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 49-51.

⁹¹ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.69.

assinalar que um dos motivos de sua pouca relevância comparada aos líderes de Francisco Beltrão e Pato Branco deu-se pelo fato do mesmo não ser um profissional liberal, por ser um suposto refugiado da justiça do Rio Grande do Sul e por estar residindo na Argentina.

Vale ressaltar que foram os posseiros da fronteira que solicitaram a liderança de Pedro Santin, dessa forma, o mesmo passou a obrigar os posseiros a participarem do seu grupo de resistência. Assim, iniciou-se a luta dos colonos posseiros contra os jagunços da companhia imobiliária Apucarana na fronteira com a República Argentina⁹². Nas palavras de Wachowicz, percebe-se o preconceito da historiografia com a organização dos posseiros colonos nessa região, considerando-a como espontânea. De acordo com o autor:

Esses primeiros movimentos armados ocorridos na região da fronteira, não tiveram participação direta dos políticos opositores. Foram reações espontâneas, nascidas da indignação dos próprios colonos. As companhias haviam se armado [...]. Trouxeram para a região pistoleiros do norte do Estado e ao que parece, retiraram da penitenciária do Ahú de Curitiba, os presos que manifestaram desejos de colaborar.⁹³

Ao estudar Wachowicz, entende-se que há certo preconceito com o movimento na região de fronteira, por ser a primeira ação armada sem a participação política, ou seja, ocorre um processo de desconsideração em relação a estes atores sociais pela interpretação de que estes colonos não teriam a capacidade de organização coletiva, tarefa cabível aos políticos opositores. Por sua vez, Gomes, ao fazer considerações sobre a organização dos posseiros na região de fronteira, observa que por “ser comandada por homens fora da lei, com uma concepção própria de justiça, significou uma forma de resistência com características próprias: emboscadas, tocaias e violência no mesmo nível de violência dos jagunços.”⁹⁴

Repara-se, dessa forma, que grande parte da historiografia regional ressalta a importância dos líderes políticos, omitindo os posseiros e discriminando a forma de luta encontrada pelos colonos da fronteira, não a compreendendo como uma forma de resistência vislumbrada pelo seu modo de vida fronteiriço. Esta posição da História contada e dada como certa reafirma a representação de que os únicos capazes de fazer frente aos jagunços eram os líderes esclarecidos e de “bem”.

Gomes, em seu estudo sobre a Luta Social de 1957, argumenta que o primeiro confronto entre jagunços e colonos aconteceu em dois de agosto de 1957 no distrito de Verê.⁹⁵ No entanto, a sua análise é contraditória com a cronologia dos acontecimentos apresentada

⁹² WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 175.

⁹³ Idem, p. 172.

⁹⁴ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.75.

⁹⁵ Idem, p.71.

por Wachowicz, pois, segundo este último, foi na região da fronteira que, inicialmente, se deu a resistência dos colonos, bem como os primeiros confrontos. De acordo com Wachowicz, foi

em 27 de abril de 1957, os colonos nervosos com o avanço da companhia e estimulados pela carta do senador Othon Mäeder, desentenderam-se com uma equipe de agrimensores que media terras na localidade de Esquina Gaúcha. Após cerrado tiroteio entre aproximadamente 40 colonos e os funcionários da CITLA, restaram dois colonos mortos: Ermindo Vargas e Severino Piedade e alguns feridos de ambos os lados. O Chefe dos colonos nesse embate foi Pedro da Siveira; No dia 11 de agosto os colonos tentaram queimar o escritório da CITLA em Rio Claro (atual Pranchita). Como a polícia havia sido avisada com antecedência por parte de um cagüeta, a tentativa resultou em fracasso; no dia 6 de setembro, o gerente da APUCARANA, de Lageado Grande, Arlindo da Silva, foi morto numa *espera*, resultando ferimentos em Vilmar Pereira de Melo, seu guarda-costas; no início de setembro, o funcionário Manoel Aves Machado, da APUCARANA, foi atacado na localidade de Lageado Grande, resultando graves ferimentos.⁹⁶

Dentre os vários conflitos na região da fronteira, “um dos acontecimentos que maior repercussão teve e que desencadeou o levante foi o *assalto à caminhonete*, ocorrido no dia 14 de setembro de 1957, no quilômetro 17 da estrada Santo Antônio a Lageado Grande.”⁹⁷ Neste episódio. Os colonos liderados por Pedro Santin planejaram um emboscada contra os chefes da Apucarana, como pretexto, fora marcada uma reunião na cidade de Capanema para promover um acordo entre as partes.



Figura 9. Ataque dos colonos aos homens da Companhia Imobiliária Apucarana ocorrido em 14 de Setembro de 1957 no Km 17, Estrada Santo Antonio do Sudoeste à Capanema. **Fonte:** *Caderno Cultural 50 anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*, 2007, p. 13.

⁹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987 p. 171.

⁹⁷ Idem, p. 175.

No entanto, funcionários da Apucarana sediados em Santo Antônio do Sudoeste desconfiaram das intenções dos posseiros e enviaram apenas um veículo da empresa com dois funcionários para o local. Conta-se que, ao longo da estrada, o motorista da empresa foi oferecendo carona para os colonos que quisessem deslocar-se para a cidade de Capanema. Os posseiros que aguardavam na emboscada pensaram se tratar dos chefes da Companhia Imobiliária Apucarana e assassinaram os dois funcionários juntamente com cinco colonos posseiros (ver figura 9).

Oscar Armbrust, um dos colonos que realizou a emboscada, participou do assassinato de seu próprio pai, Paulo Armbrust. Em entrevista concedida ao Jornal de Beltrão, Líria Armbrust Furtado, filha de Oscar Armbrust, salienta: “meu pai estava com os colonos, eles se prepararam para esperar, e quando eles vieram, atiraram e meu avô estava junto e foi morto também.”⁹⁸

Na fase inicial de luta do colono - posseiro com as companhias, as ações ainda desencadeavam-se de forma isolada, porém, com o decorrer do tempo, o viajante, uma espécie de comerciante ambulante teve importância significativa para eclosão da luta social de 1957, segundo Boneti,

A revolta dos colonos contra as companhias de terras foi nascendo aos poucos à medida que aumentavam as atrocidades cometidas pelos ‘corretores’. No entanto, os colonos descobriam, aos poucos, a ilegalidade da transação a que estavam sendo submetidos e reagem, de forma individual e esporádica, aumentando ainda mais o nível de conflito entre jagunços e colonos [...]. Os colonos não tinham muita clareza da possibilidade e da necessidade de uma luta comum. Essa clareza foi se construindo graças à contribuição dos viajantes. Estes eram comerciantes ambulantes que vendiam uma diversidade de objetos na casa dos colonos. Esse contato, hospedando-se durante as noites, informava-os da ilegalidade dos títulos de propriedades prometidos pelas companhias e os acontecimentos envolvendo essa temática.⁹⁹

Foi sob o comando de Pedro Santin que, aproximadamente, 2.000 colonos tomaram Capanema em meados de setembro de 1957, momento em que os integrantes das companhias refugiaram-se na cidade vizinha de Santo Antônio do Sudoeste. Wachowicz confirma que “Santo Antônio tornou-se o baluarte dos jagunços da Apucarana e Capanema o santuário dos

⁹⁸ JORNAL DE BELTRÃO, Op. cit., 10/10/2007, p. 13.

⁹⁹ BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Forma de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: Concepções de justiça resistência nas repúblicas do passado (1920-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento agrário, NEAD, 2009, p. 154.

Colonos.”¹⁰⁰ Ao referir-se a mesma situação, Gomes assenta que os envolvidos organizaram-se da seguinte forma:

A estrada que liga Santo Antônio e Capanema foi interditada pelos colonos, bem como o campo de aviação. O escritório de Lageado Grande foi incendiado, refugiando-se, seus ocupantes, também em Santo Antonio. Essa cidade tornou-se o quartel-general dos jagunços e Capanema o dos colonos, sendo que cada um esperava ser atacado, a qualquer momento, pelo outro.¹⁰¹

Os acontecimentos regionais tomaram proporções nacionais, estimulando o Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, que “deu um *ultimatum* ao governador do Paraná, Moisés Lupion. Teria que fechar as companhias imobiliárias e acomodar os colonos. Caso contrário, haveria uma intervenção federal na região.”¹⁰² Diante desta situação, que resultaria numa provável intervenção federal no estado do Paraná, as autoridades estaduais e municipais ficaram numa circunstância complicada; e a opção foi “usar o método de persuasão para fazer com que a região voltasse à calma.”¹⁰³

Esse método foi aliar-se aos posseiros, sendo que, para isso, dois coronéis do Exército brasileiro atuaram como mediadores do conflito: Alcebíades Rodrigues da Costa e Henrique Dias. Alcebíades foi nomeado Delegado Especial para os municípios de Pato Branco, Capanema e Francisco Beltrão. Em entrevista à revista O Cruzeiro, ele esclareceu o clima de tensão que se encontrava a região da fronteira quando foi destacado.

Quando atravessei o rio, encontrei perto de 200 homens armados que me esperavam. Em virtude do grande conhecimento que tinha da região, por ter desempenhado o cargo de delegado regional de polícia em Clevelândia, não me foi difícil fazer com que me aceitassem. Fui com eles a pé, até o quilômetro 58 (estrada Santo Antônio-Capanema), sede do município. Ali encontrei outra força de colonos armada, com perto de mil homens. Depois de uma série de dificuldades, consegui resolver todos os problemas existentes e segui para o quilômetro 35, onde se encontravam outros contingentes. Encontrei ali mais de mil homens em armas, que me pediram intercedesse junto ao governo para que suas terras, já ocupadas e plantadas, fossem medidas e legalizadas; que eles, colonos, pagariam preços razoáveis pelas mesas, pois não as queriam de graça. Pedi que tivessem confiança no Governo e prometi que os empregados das companhias colonizadoras não mais os importunariam e que mandaria soldados para a região até que tudo estivesse serenado. Depois, resolvi descer a estrada, tomada do quilômetro 14 ao 71 (até as margens do Iguazu) pelos revoltosos, e abri-la novamente ao tráfego. Comigo, num caminhão vieram vários deles.¹⁰⁴

¹⁰⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987 p. 176.

¹⁰¹ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.77.

¹⁰² WACHOWICZ, Ruy C. Idem, p. 201.

¹⁰³ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.77.

¹⁰⁴ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.78.

O coronel Henrique Dias atuou para que a fronteira voltasse à normalidade, o mesmo foi designado para a cidade de Santo Antônio do Sudoeste com a missão de acalmar os posseiros. E em entrevista a revista *O Cruzeiro*, Dias explicou que encontrou a cidade,

praticamente abandonada. Noventa por cento de seus habitantes, apavorados, haviam invadido a Argentina e ali dormiam em barracos espalhados por todos os cantos. (...) A minha preocupação inicial foi conseguir o afastamento do pessoal das companhias, para evitar o choque na entrada do Cel. Alcebíades. Encontrei, em Santo Antonio, 11 soldados, praticamente desarmados (cada um deles tinha 10 tiros, e mesmo assim de munição de 1912). Pedi imediatamente reforços a Curitiba e me mandaram 43 homens, desta vez bem armados. Quando Alcebíades chegou, a maior parte do pessoal das companhias já tinha sido evacuada, não sem algumas dificuldades.¹⁰⁵

Com a guarda civil em funcionamento na cidade de Capanema sob o comando do coronel Alcebíades, aconteceram algumas prisões de funcionários das companhias imobiliárias. O procedimento com esses presos era a sua remoção imediata para a cidade de Foz do Iguaçu sob a escolta dos posseiros em exercício da função de polícia. Conta-se que o

último a ser enviado foi Antônio Borges, empregado da CITLA que com 19 anos de idade confessou ter praticado diversos crimes, (entre eles estupro de duas mulheres colonas), a mando de seu patrão. Encarregados de sua escolta ficaram Pedro Santin, Pedro Pinto e mais um colono não identificado, saíram de manhã e na manhã do outro dia já haviam retornado. O coronel Alcebíades desconfiando da rapidez da viagem, pois precisariam de aproximadamente quatro dias para ir a Foz do Iguaçu e retornar, chamou um cabo motorista e se deslocou com Mário de Moraes, repórter da *Revista O Cruzeiro*, e dois funcionários municipais. Estes ao atingirem quarenta quilômetros de Capanema encontraram o corpo desfalecido de Antonio Borges, atingido por diversos disparos pela frente. Havia sido executado pela sua escolta.¹⁰⁶

Para evitar o conflito armado, o coronel mandou que colonos enterrassem o corpo do prisioneiro; e, na tentativa de impedir o confronto com os duzentos jagunços armados na cidade vizinha de Santo Antonio do Sudoeste, manteve o caso em surdina. No mesmo dia, sem que ninguém soubesse, solicitou-se reforço ao coronel Henrique Dias, sendo prontamente atendido em sua solicitação, foi-lhe enviado por caminhão trinta soldados armados e equipados para Capanema.¹⁰⁷

¹⁰⁵ Ibidem, p. 79.

¹⁰⁶ ZATTA, Ronaldo. Op. cit., 2009, p. 54.

¹⁰⁷ MARTINS. Op. cit., 1986, p. 366-369.

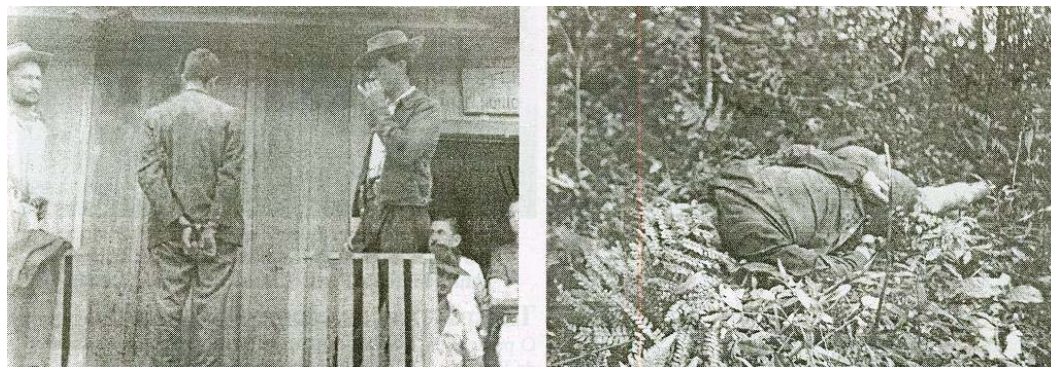


Figura 10. Escolta do preso Antônio Borges. De costa e algemado, a sua direita encontra-se Pedro Santin. Ao lado, o corpo falecido do prisioneiro após ser executado por sua escolta. **Fonte:** Jornal de Beltrão “No tempo da Revolta.” 19/07/2007, p. 25.

Provavelmente, há alguns exageros nas entrevistas dos coronéis, no que tange às decisões para a solução dos problemas, porém o que é inegável é a capacidade de organização dos posseiros que tomaram a cidade de Capanema. O Governo Federal, representado pelo coronel do Exército, foi habilidoso em articular a resolução dos problemas na faixa de fronteira, concedendo as exigências solicitadas pelos posseiros, entre elas, a mudança de autoridades policiais na região, a autorização para formação de uma guarda civil que prendesse os jagunços das companhias, anistia geral aos participantes do movimento e o não desarmamento dos colonos.¹⁰⁸

As ações do coronel Alcebíades iniciaram-se pela escolha dos líderes de maior expressividade e confiança dos colonos, concedendo-lhes a autorização para comporem uma guarda civil subordinada a ele próprio na cidade de Capanema. Apesar dos acontecimentos da fronteira estarem um tanto quanto distantes de Pato Branco e Francisco Beltrão, eles foram de uma “importância muito grande, no sentido de uma tomada de consciência do que se fazer.”¹⁰⁹

Exceto pela região de fronteira, os conflitos, que até então eram isolados, foram tomando proporções de grande vulto em âmbito regional. Começou, a partir de outubro de 1957, a desenhar-se a Luta Social. Neste sentido, foi feita uma reunião na cidade de Pato Branco, onde foi decidido tomar a região, assim o “Sudoeste foi dividido em três centros que liderariam a rebelião: Pato Branco, Francisco Beltrão, e Santo Antônio. A iniciativa do levante deveria ocorrer em Francisco Beltrão ou em Pato Branco, porque ali havia estação de rádio.”¹¹⁰ Por ter dificuldade de comunicação com outras cidades, Santo Antônio do Sudoeste não iniciaria o movimento

¹⁰⁸ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 109.

¹⁰⁹ Idem, p.77.

2.3 Pato Branco é ocupada: segue o movimento dos posseiros

Os colonos posseiros tomaram a cidade de Pato Branco na noite de nove de outubro de 1957. Gomes afirma que:

No início da tarde, o povo começou a ser chamado pela rádio Colmeia, por Ivo Thomazoni, para uma reunião onde se deveria discutir o problema das companhias [...]. A reunião teve início às duas horas da tarde na Casa Paroquial, com a presença de representantes de todos os partidos políticos, sob a presidência do prefeito Waldir Harry Graeff, do PSD. Ficou decidido que uma comissão iria até Curitiba falar com as autoridades e trazer uma solução em três dias.¹¹¹

Porém, as lideranças de Pato Branco não esperaram respostas da comissão que havia se deslocado para a capital paranaense na noite do dia nove de outubro, e tomaram, imediatamente, a iniciativa de se reunirem com líderes de Francisco Beltrão decidindo pela tomada de ambas as cidades. O passo seguinte foi criar em Pato Branco uma

Junta Deliberativa, composta de 26 pessoas, e uma Comissão Executiva, composta de cinco pessoas, três advogados, um médico e um agrimensor, que tomaria as decisões [...]. Organizaram-se grupos para guarnecer os pontos estratégicos da cidade: as principais vias de acesso, instituições públicas, Rádio.¹¹²

O governo do Estado do Paraná estava perdendo o controle da situação e consequentemente, o prejuízo político seria de grande monta. Para a situação não ficar ainda pior, o Governador mandou, em 10 de outubro, para Pato Branco, o Major Reinaldo Machado, “emissário do Governador, o qual se juntou com os líderes do movimento na ação de fechar os escritórios da companhia e prender jagunços.”¹¹³

Igualmente ao que ocorreu na fronteira, o Governo Estadual e Federal cederam às pressões dos colonos posseiros criando a função de inspetores de polícia, ou seja, deu-se “poder” de polícia temporário aos líderes da Luta Social. Fazendo parte deste direcionamento político do Governo Estadual o Major Machado, representante do governador, nomeou Jácomo Trento e outros líderes dos posseiros como inspetores especiais de polícia. E “para comprovar aos colonos que a Polícia Militar estava com eles, determinou que Jácomo Trento e seu grupo, junto com policiais, fosse (sic) para o interior fechar os escritórios e prender os jagunços. No início o Major Machado foi junto.”¹¹⁴

¹¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 191.

¹¹¹ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.89.

¹¹² GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 91.

¹¹³ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 2003, p. 228.

¹¹⁴ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p.93.

O acordo que Jácomo Trento havia feito com o Major Machado era de que, depois de fechado os escritórios das companhias e expulsos os jagunços da região Pato Branco, a autoridade deveria ser entregue novamente à Polícia Militar, e assim o fez. Sem consultar a Junta Deliberativa, Jácomo Trento dirigiu-se para a Rádio Colmeia asseverando que os objetivos do movimento estavam atingidos. Dessa forma, “comunicou oficialmente à Comissão Deliberativa e Executiva de que havia entregado a delegacia ao Major Machado. As comissões então foram dissolvidas.”¹¹⁵

2.4 Os posseiros tomam a cidade de Francisco Beltrão

O certo é que se construiu um discurso em prol das atividades que ocorreram na cidade de Francisco Beltrão, transformando-a em epicentro da Luta Social de 1957, talvez motivado pela notícia divulgada pela imprensa nacional que anunciava a densa concentração de posseiros que tomaram a cidade sob a postura complacente do Exército. Segundo Lazier, a imprensa nacional divulgou da seguinte forma: “Quatro mil armas tomam Francisco Beltrão.”¹¹⁶

A situação em Francisco Beltrão era muito diferente daquela verificada em Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste, pois, havia dois escritórios das companhias, Comercial e CITLA. Apesar disso, a situação era mais calma em relação às outras cidades, tendo em vista a presença do quartel do Exército que fornecia certa sensação de segurança pública ao patrulhar a cidade até a madrugada no dia da Luta Social.

Uma questão importante a ser ressaltada é que o PTB local era oposição ao Governo Estadual e também controlador do maior veículo de comunicação regional, a Rádio Colmeia, sendo que um de seus acionistas sócio era o líder civil da Luta Social, o médico Walter Pecoits.¹¹⁷

A tensão que se encontrava a cidade de Francisco Beltrão fez com que o juiz de direito fosse colocado em prisão domiciliar e o promotor público sob a custódia do executivo. Em entrevista ao Jornal de Beltrão, Walter Pécoits comentou sobre a prisão domiciliar do juiz de direito. “Quando de fato resolvemos iniciar o movimento, largar a senha para os nossos

¹¹⁵ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 94.

¹¹⁶ LAZIER, Hermógenes. Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História. Curitiba: Grafite, 2005, p. 224.

¹¹⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., 1987, p. 193.

agricultores virem para a cidade, nós saímos em grupo, e já chovia, para conversar com o juiz e prendê-lo em domicílio. Nós fomos os precursores da prisão domiciliar.”¹¹⁸

A polícia local foi detida pelo Exército e aprisionada no hospital do Dr. Walter. De acordo com Zatta, tentando retomar o controle, o Governo do Estado enviou uma tropa de 180 policiais armados da capital que utilizando o bom senso de seus comandantes não entraram em confronto armado com o Exército, que estava entrincheirado nas proximidades da CANGO.¹¹⁹

Houve, assim, uma articulação entre as lideranças e os posseiros, o que é reforçado pelas palavras de Walter Pécoits:

pelos dois e pouco eu botei na rádio, chamando os colonos para Francisco Beltrão para a luta contra as Companhias de terras ... daí vim para o hospital. Quando cheguei no hospital tinha um emissário da CITLA para conversar comigo. Seu Azevedo. Olha Dr., está havendo uma coisa, uma notícia na rádio. Nós estamos muito bem preparados, temos a polícia, temos o nosso serviço de segurança e vim pedir ao Sr. para voltar atrás. Nós não queremos a luta, não queremos briga. Nós não vamos voltar atrás. A decisão está tomada e a coisa vai andar. [...] nem que eu quisesse teria condições de voltar atrás.¹²⁰



Figura 11. Militares e civis guarnecendo a sede da rádio Colmeia. **Fonte:** jornal de Beltrão. *O tempo da Revolta: lembranças de quem viveu*, 2007, p. 5.

Com a chegada dos colonos posseiros, houve uma grande concentração na praça central da cidade de Francisco Beltrão. De acordo com Pécoits,

¹¹⁸ JORNAL DE BELTRÃO, Op. cit., 10/10/2007, p. 13

¹¹⁹ ZATTA, Ronaldo. Op. cit., 2009, p. 68 -69.

¹²⁰ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 96.

ali pelas seis horas da tarde, quando já tinha na cidade de 2.500 a 3.000 pessoas, chegaram os caminhões de Jacutinga, Rio do Mato, Nova Concórdia, Seção Progresso, Sede Progresso, São Miguel, Barra Grande, eu fiquei completamente despreocupado, porque sabia que, com o volume de gente que nós tínhamos, ninguém mais nos venceria.¹²¹

No dia 11 de outubro de 1957, conforme figura 12, “começou a depredação dos escritórios das companhias. Tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os colonos”.¹²²

Nessa ocasião, o chefe do polícia do Estado do Paraná, Pinheiro Junior, deslocou-se pessoalmente para Francisco Beltrão, o mesmo fez Moisés Lupion, governador paranaense, para as cidades de Capanema e Pato Branco, constituindo um reconhecimento público da concessão das exigências dos posseiros. Entre tais exigências estava a nomeação de Walter Pécoits como delegado especial de Francisco Beltrão, além do compromisso do governo em retirar, imediatamente, as companhias da região e a demitir o promotor público e o juiz da comarca.



Figura 12. Depredação dos escritórios das companhias imobiliárias na cidade de Francisco Beltrão – PR. **Fonte:** Caderno Cultural 50 anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente, 2007, p. 9.

¹²¹ JORNAL DE BELTRÃO, Op. cit., 10/10/2007, p. 13

¹²² LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 1998, p. 59.

A exemplo de Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão, a cidade de Santo Antônio do Sudoeste não ficou isenta das manifestações, em 12 de outubro de 1957, liderados por Augusto Pereira, os posseiros tomaram a cidade. Segundo Lazier, os posseiros “organizaram uma comissão formada por 26 membros. Em Pranchita prenderam o padre José e o médico Cini que defendiam o CITLA.”¹²³ Um dos primeiros atos desta Comissão foi

destituir o delegado de polícia e colocar em seu lugar Adão Vasconcelos Vargas, que havia assumido em setembro, mas exonerado logo depois por ter se recusado a aceitar a imposição dos dirigentes das companhias de colocar soldados da polícia à disposição das mesmas.¹²⁴

Não diferente dos outros municípios, o Governo Estadual cedeu às pressões dos posseiros e confirmou, no cargo de delegado, o Sr. Adão Vasconcelos, além de anistia geral aos participantes da Luta Social e o não desarmamento dos colonos. No entanto, uma exigência não foi aceita pelo chefe de polícia Pinheiro Junior, a de cancelar a vinda de tropas policiais, porém, estas “ficariam sob a direção do Delegado Regional que foi indicado pelo movimento, Sr. Adão Vasconcelos Vargas,”¹²⁵

Em contrapartida, a comissão comprometeu-se “com a retirada dos colonos até as 12:00 horas do dia 15 de outubro.”¹²⁶ Diante disso, o chefe de polícia do Paraná, Pinheiro Junior, sentiu-se na obrigação de aderir às reivindicações dos revoltosos para acalmá-los.

2.5 A função estratégica do Exército e a construção de um imaginário integrador regional

Devido ao clima de tensão que antecedeu a Luta Social, o Governo Federal enviou para a Região Sudoeste do Paraná efetivos militares do Exército com a finalidade de inibir possíveis conflitos. Conforme registrado em Boletim Interno n. 122, confirma-se a presença de efetivos do Exército no

ano de 1954, conforme documento de inspeção às instalações da 5ªRM/DI, datada de 17 de junho de 1958 e assinada pelo então Major PAULO ERNESTO HUSS VELOSO, Adjunto da 4ª Seção do EMR/5, que descreveu em seu relatório que a cerca de quatro anos tropas do Exército substituíam-se trimestralmente, tropas essas com efetivo aproximado de pelotão, provenientes do 13º Batalhão de Caçadores da

¹²³ LAZIER, Hermógenes. Op. cit., 2003, p. 230.

¹²⁴ GOMES, Iria Zanoni. Op. cit., 1987, p. 109.

¹²⁵ Idem, p. 109.

¹²⁶ Ibidem, p. 109.

cidade de Joinville-SC e do 13º Regimento de Infantaria da cidade de Ponta Grossa-PR.¹²⁷

No resumo histórico do 13º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa, consta que, no dia primeiro de junho de 1956, por ordem do Exmo. Sr. General Comandante da 5ª RM/DI¹²⁸ - Quinta Região Militar/ Divisão de Infantaria, deslocou-se um pelotão do RI - Regimento de Infantaria, comandado pelo 2º Tenente Alvaro Benedito Di Piero e constituído por 33 praças, a fim de cumprir missão na cidade de Francisco Beltrão. Em 16 de julho de 1956 o Boletim Interno registra o deslocamento de mais um pelotão para auxiliar essas atividades de prevenção na mesma cidade, desta vez comandada pelo então 2º tenente Paulo Pestana da Silva.¹²⁹

Dessa forma, percebe-se que a presença do Exército na região fez-se presente desde o ano de 1954, apesar de não especificar detalhadamente que tipo de missão¹³⁰ o Exército iria cumprir na região, ela estava vinculada principalmente à atuação em uma área de fronteira que se achava na iminência de um conflito social interno.

É preciso esclarecer que até o presente momento não se encontrou nenhuma referência historiográfica que analise especificamente a participação militar do Exército na Luta Social de 1957, havendo, no máximo, algumas bibliografias disponíveis que esboçaram colocações, mas nunca de forma segura. Para tanto, este trabalho empenha-se em analisar alguns autores¹³¹ que, em suas pesquisas, arriscaram alguns apontamentos sobre o tema. Tais pesquisas diferenciam-se pelo objeto de análise e pela concepção teórica divergentes entre seus autores, no entanto, todos convergem na afirmação de que o Exército, durante a Revolta dos Posseiros, apoiou os revoltosos assumindo um papel preponderante no apaziguamento do conflito, direcionando entendimentos para algo que não é comum: uma (OM) Organização Militar apoiar uma luta social.

De acordo com Lazier, o “Exército foi a favor dos posseiros. Tem alguns que dizem que o Exército ficou em cima do muro [...] O Exército ficou a favor dos posseiros em todos os

¹²⁷ Boletim Interno nº 122 de 30 Jun 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada.

¹²⁸ Com a nova reestruturação do Exército na última metade do século XX, a 5ª RM/DI passou a denominar-se 5ª RM/DE (Quinta Região Militar/Divisão de Exército).

¹²⁹ ZATTA, Ronaldo. Op. cit., 2009, p. 41-42

¹³⁰ Atribui-se o termo missão, todo o objetivo real a ser executado pelo Exército, ou seja, é uma ordem imposta por um superior hierárquico a fim de ser executada pelo(s) subordinado(s).

¹³¹ Hermógenes Lazier *Paraná: Terra de todas as gentes de muita História* – 2005 em entrevista à Revista Gente do Sul nº 41, 1997, Iria Zanoni Gomes, *1957: a revolta dos posseiros*: Curitiba, 1987, Rubens de Souza Martins, *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba S/Editora, 1986 e Ronaldo Zatta, *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2009.

sentidos. Então o Governo Federal ficou a favor dos posseiros.”¹³² Analisando-se as ponderações de Lazier, tem-se a impressão de que o Exército, por ser uma Instituição Federal, sempre está em sintonia natural com o Governo Federal, porém os processos históricos mostraram se essa afirmativa fosse verídica não haveria o golpe militar em 1964 no governo constitucional João Goulart. Assim como Lazier, Martins também afirma o posicionamento do Exército a favor dos posseiros, argumentando que, “naquele dia, com a ocupação da cidade de Francisco Beltrão pelo Destacamento do Exército ali sediado, [...] imobilizou as autoridades estaduais.”¹³³

Para Gomes, o posicionamento do Exército é justificado partir da luta de classes. Segundo a autora,

do ponto de vista da classe dominante, a expectativa clássica, é de que o Exército reprima as classes subalterna e defenda os interesses do capital.[...] O Exército não se posicionou nem contra as companhias, nem a favor dos colonos.[...] os interesses do Exército coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos. E, mais do que ficar do lado desses, o Exército defendeu seus próprios interesses, em detrimento dos interesses das companhias imobiliárias e seus Aliados.¹³⁴

Conforme relatos de Gomes, não houve uma atuação direta do Exército na Luta Social, embora se posicionasse favorável ao movimento. Entende-se, dessa forma, que essa posição supostamente favorável aos posseiros caminhou ao encontro dos interesses da União. O fato do Exército não tomar partido indica que essa neutralidade foi um posicionamento favorável aos interesses estratégicos da União, que, no momento, coincidia com as aspirações dos posseiros.

Portanto, não se deve afirmar, através deste episódio, que o Exército é um defensor das causas sociais, mas a instituição governamental que possui a autorização do uso da força em nome do Estado. Em conformidade com Gomes, o

destacamento do Exército, sediado em Francisco Beltrão... foi ali instalado a pedido da administração da CANGO e dos moradores da região. Além disso, o CSN foi explicitamente contra a atuação das companhias de terra... Nesse sentido, pode-se afirmar que os interesses do Exército coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos.¹³⁵

De acordo com Zatta, o convívio local formou laços de fraternidade entre colonos e militares originando um imaginário social regional com atores bem definidos, os posseiros,

¹³² REVISTA GENTE DO SUL, Francisco Beltrão, n.41, 1997, p. 30.

¹³³ MARTINS, Rubens da Silva. . Op. cit., 1986, p. 399.

¹³⁴ GOMES, Iria Zanoni. . Op. cit., 1987, p. 104 – 105.

¹³⁵ GOMES, Iria Zanoni. . Op. cit., 1987, p.105-106.

eleitos posteriormente como “anciões”, e os militares, considerados os “guardiões” da região. O referido autor apresenta indícios que este imaginário contribuiu para a denominação histórica de “Sentinela do Sudoeste” para a unidade militar fixada na região desde a década de 1950.¹³⁶ Dentre várias formas, nota-se este imaginário social do Exército como “guardião” da sociedade regional, na cantiga popular que segue:

1	3
A polícia nada via	No meio dessa balbúrdia
Nessa cruel ocasião	Chegaram os homens de farda
Essa morte aumentou	Do nosso glorioso Exército
A tristeza no sertão	Das nossas Forças Armadas.
2	4
O pobre do posseiro	O Colono ficou alegre,
Não podia reclamar	Nessa gente ele confia.
Comprava o lote obrigado	Veio o Exército preparado
Ou se deixava matar	Para lhe dar garantia. ¹³⁷

A História Militar regional confunde-se com a história da ocupação do Sudoeste do Paraná e a cantiga popular citada anteriormente reforça a tentativa de formação dos laços de afetividade entre os militares e os civis que fizeram parte da colonização oficial promovida pela União.

2.6 O GETSOP e a consolidação de “sentinelas” regionais

Com o fim da Luta Social 1957, a vitória dos posseiros não se consolidou, pois os títulos de posses ainda não haviam sido escriturados, ou seja, a propriedade privada legal das terras não estava efetivada. De acordo com Poli, a “campanha eleitoral do ano de 1960 para eleição do Presidente da República foi um momento de negociação política na tentativa de comprometer os candidatos com a situação vivida pelos posseiros e pela região como um

¹³⁶ ZATTA, Op. cit., 2009, p. 104.

¹³⁷ A cantiga popular regional não apresenta autor, melodia ou ano de elaboração.

todo.”¹³⁸ Dentre os candidatos, o único que se comprometeu a resolver a questão foi Jânio Quadros, da coligação PTN-PDC-UDN-PR-PL, o feito angariou muitos votos na região.¹³⁹

Eleito em 1961, o presidente Jânio Quadros (1917 – 1992) desapropriou cerca de 500 mil hectares de terra, atendendo, assim, as reivindicações dos posseiros. Mas foi somente em 1962 que o presidente João Goulart (1919 – 1976) criou a GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), organismo destinado a transformar os posseiros em proprietários. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1962, o sucessor João Goulart articulou um acordo entre o Estado e União, em que ambos renunciaram as suas pretensões de posse das terras.

Em seguida, pelo Decreto 51.431, de 19 de março de 1962, foi criado o GETSOP, que estava subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República com missão de medir, demarcar e dividir os lotes; respeitando a posse e a decisão dos posseiros.¹⁴⁰

A atuação do Exército durante a Luta Social de 1957, aliada às ações desenvolvidas pelo GETSOP no cumprimento das determinações do Gabinete Militar da Presidência da República, fez com que o Exército cumprisse uma função estratégica de defesa dos interesses nacionais na região. Acredita-se que esses fatores ajudem a “explicar o motivo que a população civil aprecia com tão bons olhos a instituição militar e a incorporação de seus filhos e descendentes na Subunidade Militar de Francisco Beltrão.”¹⁴¹

Entretanto, não foi apenas o Exército que se beneficiou de alguns fatos históricos para elaborar a edificação de um sentimento de coesão grupal. A partir da década de 1960, o poder local iniciou a elaboração de atividades voltadas ao enaltecimento de alguns partícipes da Luta Social de 1957. Nota-se que este imaginário vem sendo mobilizado para a construção de uma memória coletiva e seletiva apresenta-se nos aniversários de municípios, festividades locais, comemorações da Luta Social de 1957, construção de monumentos, edição de periódicos, livros, cadernos culturais, teatros e demais atividades culturais patrocinadas pelos poderes públicos municipais.

¹³⁸ POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1662- 1973)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 126.

¹³⁹ Com a promessa feita por Jânio Quadros, as lideranças locais, apesar de não serem do mesmo partido, apoiaram-no na campanha presidencial de 1960. Cabe salientar que o General Lott, do mesmo partido do prefeito de Francisco Beltrão, não se comprometeu na resolução do problema, perdendo o apoio político local.

¹⁴⁰ Para cumprir esta função, o Gabinete Militar enviou distintos efetivos militares para a região, onde, durante o período, ficaram estabelecidos em bases militares na cidade de Francisco Beltrão a 3ª Companhia de Infantaria, a 2ª Divisão de Levantamento e o 5º Batalhão de Engenharia.

¹⁴¹ ZATTA, Ronaldo; RIPPEL, Leomar. *Tenente Camargo: os lugares de memória elegem um “herói” militar*. In: I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: Integração e desencontros, 2011 Passo Fundo. Anais eletrônicos do I Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo: Programa de Pós Graduação em História de Passo Fundo, 2011. v. II. p. 2424.

As ações políticas de representação de um passado de disputas são fortemente utilizadas na Região Sudoeste do Paraná após 1957, a partir de então a CITLA será representada como grileira de terras, fazendo com que a ordem regional fosse prejudicada. Sendo assim, os únicos capazes de livrar o Sudoeste desta “anomia social” seriam a resistência dos posseiros liderados por profissionais liberais esclarecidos, dessa forma, tirariam o “entulho” que estava travando o “progresso” sudoestino rumo a “civilização”

Começava-se a constituir o discurso base do imaginário social¹⁴² que prevaleceu no Sudoeste do Paraná, que tem como alicerce a ideia “pioneirista” do migrante colonizador. Neste sentido, o imaginário social carregou consigo um propósito político, oriundo de uma ação construtiva de embate político, ideológico, além do social. Essa relação com a temática a ser pesquisada será aprofundada na sequência deste trabalho.

¹⁴² Para este trabalho, adota-se, como compreensão de imaginário social, toda construção imagética da realidade social a qual os indivíduos estão inseridos, como sendo uma representação da realidade de uma determinada sociedade resultante de uma luta permanente entre grupos sociais. As frações dominantes que resultam dessa disputa organizam formas culturais, econômicas e políticas de perpetuar sua representação ideal do real, que legitimam o exercício de dominação. É no imaginário social que as “sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado presente e futuro [...] O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos” (CARVALHO, 1990, p. 11).

3. HERÓIS NA “TERRA DE ALGUÉM”: A CONSTRUÇÃO DO PIONEIRISMO COLONIZADOR PELO PODER PÚBLICO

Após os posseiros tornarem-se proprietários legais sobre as terras a partir de 1962, começou-se a constituir, no Sudoeste do Paraná, um imaginário social coletivo representando o migrante, proveniente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como ícone/símbolo de trabalho, progresso e prosperidade. Nos aniversários dos municípios da região e nas comemorações dos aniversários da Luta Social de 1957, principalmente no seu cinquentenário, tornou-se evidente a construção deste imaginário coletivo em torno do pioneiro colonizador.

De acordo com Houaiss (2000), pioneiro é: 1. “aquele que está entre os primeiros que penetram ou colonizam uma região, abrindo à ocupação; 2. aquele que vai adiante, que anuncia algo de novo ou se antecipa a alguém ou a algo; precursor.”¹⁴³ Partindo desses pressupostos, percebe-se um equívoco ao denominar os colonos sulistas de pioneiros, a denominação indica um jogo pelo poder simbólico que subverte a cronologia histórica, ocultando a precedência dos índios e dos caboclos no cenário histórico regional.

Os estudos de memória contribuem, de forma significativa, para elucidar o esforço por parte do poder político e econômico regional em construir, a partir das representações do passado, uma identidade regional coletiva homogênea, moderna e coesa, onde as diferenças econômicas, sociais e culturais são abarcadas dentro de uma suposta homogeneidade regional. O pioneirismo está sendo alimentado a partir da manutenção de formas tradicionais de convívio social, institucional e de controle do passado.

3.1 Pressupostos teóricos para o estudo da memória

Halbwachs, no início do século XX, evidenciou que a dimensão da memória transpõe o nível individual postulada por alguns autores do período, relacionando o termo memória coletiva. Nomes importantes como “Marcel Proust, William James e Sigmund Freud, contemporâneos de Halbwachs, estavam todos, a sua maneira, voltados para o estudo da memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente fundada em características subjetivas.”¹⁴⁴ Segundo Casadei, ao “contrário destes autores, no entanto, no campo que

¹⁴³ HOUAISS, Antônio. Dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

¹⁴⁴ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 35.

Halbwachs inaugura as memórias de um indivíduo nunca são só suas, uma vez que nenhuma lembrança pode existir apartada da sociedade.”¹⁴⁵

A manipulação deste passado serviu e está servindo como instrumento para a construção da memória coletiva pioneirista. A memória e as representações do passado estão servindo de instrumento de poder dos grupos dominantes ao presente e ao futuro, posto que, conforme Tedesco, a memória é “um instrumento de poder pelo domínio da lembrança, da tradição, da sua própria manipulação, de retorno ao passado para servir o presente e o futuro.”¹⁴⁶ De acordo com Halbwachs, a memória é “resultado do movimento do sujeito no ato da memorização como também é ação dos diversos grupos sociais em suas histórias, o passado e presente.”¹⁴⁷

Existe um grande fosso entre o passado propriamente dito e as representações que os indivíduos e grupos sociais fazem deste. A memória é dinâmica, é sempre uma tentativa de reconstrução do passado a partir das forças dos indivíduos e grupos que atuam na mediação dela, influenciadas que o são pelo presente e imaginando o futuro. A memória é também o resultado de um trabalho permanente, no qual os seus conteúdos são, de tempos em tempos, conservados ou abandonados, visto que a “memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.”¹⁴⁸ Norberto Luiz Guarinello enfatiza que:

A memória é uma reflexão sobre a mudança, como dimensão inerente do tempo das sociedades humanas [...] uma negação do mesmo pelo reconhecimento de sua inevitável transformação em outro. Ela traz em si a possibilidade de vermos o presente, não como uma realidade fixa e imutável, como algo eterno, mas como um produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro. E é para o futuro que se volta, assim, essa memória ativa, afirmando o poder e a força da ação humana sobre sua própria história.¹⁴⁹

A memória, então, não é algo fixo, ela é produzida muito mais pelo presente do que pelo passado. Por conseguinte, considera-se a memória como sendo dialética, ela dá ideia de movimento, de dinamismo, sendo “preservada” e ressignificada na temporalidade. Tedesco afirma que “cada sociedade tende, necessariamente, a conservar seu próprio patrimônio

¹⁴⁵ CASADEI, Eliza Bacheaga. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. In: *Revista Espaço Acadêmico* – nº 08 – 2010, p. 154.

¹⁴⁶ TEDESCO, *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004, p. 90.

¹⁴⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 39.

¹⁴⁸ FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004, p. 33.

¹⁴⁹ GUARINELLO, Norberto, Luiz. *Memória Coletiva e História Científica*. In: I Congresso de Ciências Humanas das Universidade Federais de Minas Gerais, São João Del Rei, maio de 1993, p. 188-189.

cultural, e a transmiti-lo de geração a geração aos seus membros.”¹⁵⁰ Em vista disso, pode-se afirmar que não há resgate de memória, mas uma reconstituição seletiva da memória. As experiências seguintes ao fato permitem reinterpretá-lo de acordo com as necessidades e as situações do presente. A “memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente.”¹⁵¹ Há uma dialética entre o que aconteceu e o que é revelado. Revelar/lembrar “algo significa colocar em evidência e/ou à parte determinados conteúdos. Essa é uma espécie de dialética da memória necessária para dar dinamismo de que tanto o esquecimento quanto a recordação necessitam.”¹⁵² Entende-se que “a passagem do tempo provoca mudanças quantitativas da memória bem como sua perda. Novas experiências alteram continuamente os esquemas mentais que moldam o que foi previamente lembrado.”¹⁵³

Trabalhar e reelaborar o passado, nesse caso, “não é somente interpretar, no presente, o já vivido; a escolha sobre o que vale ou não ser recordado, funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro.”¹⁵⁴ Assim sendo, há, nessa escolha do passado, um jogo de intencionalidade quanto ao porvir, em função de um futuro que se quer produzir. Nesse caso, a memória é entendida como um viver o presente, lembrando o futuro e imaginando/construindo o passado.

O imaginário social cumpre função de suma importância no que diz respeito ao controle do tempo e da memória, em vista disso, de acordo com Baczkó, uma das funções dos imaginários consiste,

na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro.¹⁵⁵

¹⁵⁰ TEDESCO Op. cit., 2004, p. 74.

¹⁵¹ SEIXAS, Jacy Alves de. *Os campos (in) elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica*. In: BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy Alves de. *Razão e paixão na política* – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 62.

¹⁵² TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: Introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letras & Vida, 2011, p. 106.

¹⁵³ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Projeto História*, n. 17, São Paulo, p. 63-201, 1998, p. 101.

¹⁵⁴ GONDAR, Jô. Op. cit., 2009, p. 17.

¹⁵⁵ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi – tomo 5. Anthropos-homem. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 312.

A intencionalidade de construir um imaginário coletivo em torno do pioneirismo colonizador como sinônimo de progresso não está isenta de seletividade de outros grupos, sendo que, neste sentido, Pollak afirma que:

A memória é seletiva, [...] sofre flutuações [...] é fenômeno construído [...]. se podemos dizer que, todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.¹⁵⁶

Há uma dialética entre memória e esquecimento, para que a memória possa constituir-se, assim como um trabalho constante na elaboração do esquecimento. No caso do Sudoeste do Paraná, para lembrar os pioneiros, optou-se em diminuir/silenciar os indígenas e os caboclos que habitavam a região. Dessa forma, entende-se que as comemorações e as representações dos aniversários dos municípios no Sudoeste do Paraná e da Luta Social de 1957 são mediadas pelas circunstâncias do presente ao decorrido.

O discurso sobre o pioneirismo no Sudoeste Paranaense tem como principais alegorias simbólicas o migrante pobre, procedente do Estado do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, que, através do bom cultivo da terra ou da realização de bons negócios, atingiu o enriquecimento próprio e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico regional aconteceu. Com o poder econômico dentro de um grupo que valoriza o bem material, tais atores conseguiram prestígio e reconhecimento social, sendo eleitos para fazerem parte da memória oficial regional, diminuindo a memória de qualquer um que não seja membro do arquétipo esperado. Neste particular, Kundera analisa que,

para liquidar os povos [...] se começa a privá-los da memória. Destroem-se os seus livros, a sua cultura, a sua história. E, algum outro escreve outros livros, lhe fornece uma outra cultura, inventa uma outra história; depois disso, o povo começa lentamente a esquecer aquilo que é e aquilo que foi. E o mundo ao seu redor esquece ainda mais rápido.¹⁵⁷

Dando seqüência, Thiesse considera que o processo de construção coletiva das identidades não se realiza por meio de um molde único, mas, de acordo com,

uma história que estabelece uma continuidade com os ilustres antepassados, uma série de heróis modelos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, locais eleitos e uma paisagem típica, uma determinada mentalidade,

¹⁵⁶ POLLAK, Michael. Op. cit., 1992, p. 204.

¹⁵⁷ KUNDERA Milan. apud TEDESCO, João Carlos. Op., 2011, p. 38.

representações oficiais – hino e bandeira – e identificações pitorescas – trajes, especialidades culinárias ou um animal emblemático.¹⁵⁸

É no passado que a elite regional faz as suas representações para legitimar o herói pioneiro, pois o “passado não pode ser inteiramente recordado [...] da mesma forma que foi vivido; a memória não tem essa capacidade de congelamento e cristalização, ou melhor, de ser um mero depósito, de resgate automático de tudo.”¹⁵⁹

A elite econômica e política regional estão utilizando estes eventos e signos com a finalidade de perpetuação e legitimação de sua dominação. O que chama a atenção é a tentativa de inculcar um imaginário colonizador para a região, onde não haja espaço para as pessoas que não tiveram como prioridade levar o Sudoeste rumo ao progresso econômico e à dilatação do capitalismo. Em resumo, todo este processo é elaborado pela ótica colonizatória.

Se, por um lado, a ótica colonizatória enaltece o colonizador, construindo uma identidade tanto individual quanto coletiva, como os símbolos de desbravadores aptos ao trabalho e à prosperidade, por outro, silencia a memória dos povos que, anteriormente, residiam na região. Estas ações levaram e levam a introduzir valores e moldam comportamentos tanto individuais quanto coletivos, constituindo um sentimento de identidade coletiva.

Nas palavras de Pollak,

podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si.¹⁶⁰

Percebe-se, nas páginas seguintes, uma seleção dos conteúdos *lembráveis* nos rituais coletivos, midiáticos e políticos e interesses em jogo (políticos, ideológicos econômico, étnico etc.). Nessa perspectiva, verifica-se o uso seletivo de eventos do passado. Não é incomum buscar significados diversos do passado, para o uso no presente. Nota-se, contudo, no Sudoeste do Paraná, uma tentativa de institucionalizar uma memória coletiva para manter a coesão social. Pollak segue:

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções

¹⁵⁸ THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2000, p. 18.

¹⁵⁹ TEDESCO, João Carlos. Op. cit. 2011, p. 106.

¹⁶⁰ POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, p. 204.

essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências.¹⁶¹

O pioneirismo no Sudoeste paranaense foi se constituindo de diversas formas, dentre as quais, monumentos, jornais, bibliografias, revistas, rituais, onde foi erigida uma relação intrínseca entre pioneirismo, linguagem e memória, pois o “instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem”¹⁶², que, utilizada pelas esferas públicas no Sudoeste do Paraná, serve como instrumento socializador para enfatizar o elemento aglutinador que é o pioneirismo colonizador e desbravador. De acordo com Farr, nas “sociedades modernas a linguagem é, provavelmente, quase que a única importante fonte de representações coletivas.”¹⁶³

Esse conjunto de ações, repetido constantemente durante décadas no Sudoeste do Paraná, fez com que se desenvolvesse, nos indivíduos, uma interiorização desta memória coletiva. Assim sendo, a “memória coletiva não é outra coisa que a transmissão a um grande número de indivíduos, lembranças de um homem só, ou de alguns homens, repetidas e frequentemente reprisadas.”¹⁶⁴ Para Berger e Luckmann, na relação dialética do homem e da sociedade, a interiorização torna-se o ponto inicial desse processo, pois ela exprime sentido manifestando processos subjetivos,¹⁶⁵ o que, no exemplo supracitado, contribui para formação das representações coletivas.

As crianças, desde cedo, aprenderam a interiorizar a realidade desta memória coletiva do pioneiro desbravador. Constatou-se esta interiorização, por exemplo, em 2011, no cinquentenário de emancipação política administrativa de Ampére. A prefeitura Municipal e a FAMPER – Faculdade de Ampére organizaram a primeira edição literária (conforme anexo 8), contendo ilustrações, contos, poesia e sonetos sobre a história do município. A maioria dos textos foi elaborada por estudantes das escolas do ensino fundamental II do município de Ampére, e do único colégio do ensino médio público da cidade, Cecília Meireles. Percebe-se, nestes textos, que os estudantes, ao se expressarem, já interiorizaram e estão socializando o imaginário coletivo do progresso e do pioneirismo.

¹⁶¹ POLLAK, Michael. “Memórias, esquecimento, silêncio”. In: Rev. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1989, p. 09.

¹⁶² BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A Queiroz. 1979, p.17.

¹⁶³ FARR M, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (org). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994, p.41.

¹⁶⁴ CANDAU, Joel. apud TEDESCO, João Carlos. Op., 2011, p. 173.

¹⁶⁵ BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Um livro sobre a sociologia do conhecimento. Lisboa: Editora Dinalivro. 2ª ed. 2004, p. 137.

O imaginário não é apenas interpretação, é adesão a um conjunto de valores e comportamento, que resulta no processo de interiorização pelos indivíduos, de acordo com Baczko:

Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.¹⁶⁶

Constata-se um extrato desse imaginário social presente na poesia do estudante Arthur Maronez, do 8º ano da Escola Educando, ao escrever, enaltecendo o progresso da cidade de Ampére:

Nos anos 60, estradas foram abertas e o sol resplandesceu (*sic*). Trazendo consigo, riquezas que Deus nos deu. Ampére, uma cidade muito calma, não possui muitos habitantes, mas está bem melhor do que estava antes. Esta cidade cresceu muito, trouxe várias empresas, e milhares de outras grandezas.
No dia 28 de novembro, completa 50 anos e é cada vez mais o progresso que esperamos.¹⁶⁷

Nota-se que a noção de progresso, já foi interiorizada neste estudante, sendo que a “socialização realiza-se sempre no contexto de uma estrutura social específica.”¹⁶⁸ Está presente, na poesia, a ideia de que hoje é melhor do que ontem, e o amanhã será melhor que o hoje, sendo assim, o poema evidencia a socialização objetiva em consequência da interiorização subjetiva.

Sobre a interiorização Berger; Luckmann assinalam que

só se realize na medida da identificação. A criança assume os papéis e atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus, por meio desta identificação com os outros significativos a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade coerente e plausível ao nível subjectivo. Por outras palavras, a personalidade é uma entidade reflectida, retratando as primeiras atitudes dos outros significados em relação ao indivíduo.¹⁶⁹

Ao analisar a crônica intitulada “A *chegada*” da estudante Cleonice B. Saggiorato do Colégio Cecília Meireles, verifica-se que a repetição histórica das representações do pioneirismo desbravador evidencia a interiorização no imaginário coletivo regional.

¹⁶⁶ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., 1985, p. 311.

¹⁶⁷ MARONEZ, Artur. *Ampére em Palavras*. Ampére: Gráfica Ampére, 2011, p. 05.

¹⁶⁸ BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. Op., 2011, p. 38. 2004, p. 169.

Por volta de 50 anos atrás, surge no interior do Paraná uma pequena vila, formada por desbravadores [...]. A maior parte veio do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, via Pato Branco e Francisco Beltrão. Vieram de caminhão, a cavalo e até mesmo em lombo de burros, animal esse considerado muito resistente [...]. Famílias inteiras trabalhavam na derrubada da mata local [...]. Em suma, pela coragem de valentes pioneiros, que em busca da realização de seus sonhos criaram uma vila, que cresceu e se tornou independente, conquistando em 1961 sua emancipação política, recebendo o nome da Ampére. A estes heróis desbravadores – a nossa eterna gratidão.¹⁷⁰

Assim como Berger, entende-se a sociedade como um fenômeno dialético, onde o homem é produtor da sociedade ao mesmo tempo em que é produto desta mesma sociedade. Segundo o autor, a

sociedade é um fenômeno dialético por ser um produto humano, que no entanto retroage continuamente sobre o seu produtor. Não tem outro ser exceto aquele que lhes é conferido pelas atividades e consciência humanas. Não pode haver realidade social sem o homem. Pode-se afirmar, no entanto, que o homem é um produto da sociedade [...]. O processo dialético fundamental da sociedade consiste em três momentos, ou passos, são a exteriorização, a objetivação e a interiorização. Só se poderá manter uma visão adequadamente empírica da sociedade se se entender conjuntamente esses três momentos.¹⁷¹

As representações de um passado laborioso e heróico estão influenciando na naturalização dos discursos, em que a noção de sociedade não é sempre considerada como produção humana, fazendo com que haja um processo de afastamento dessa percepção pelos sujeitos que a vêem como realidade exterior ao indivíduo. Tais representações imaginárias estão contribuindo para a formação e a construção das memórias, identidades sociais e coletivas, sofrendo mudanças permanentemente, fazendo de seu presente uma espécie de passagem com os traços escolhidos do passado.

É na dinâmica da alteração e da flutuação da memória que se percebe a sobreposição da força humana para a configuração do poder. Nesta perspectiva, segundo Le Goff, a memória é

não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição.¹⁷²

¹⁶⁹ Idem, 139 – 140.

¹⁷⁰ SAGGIORATO, Cleonice B. *Ampére em Palavras*. Ampére: Gráfica Ampére, 2011, p. 30.

¹⁷¹ BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985, 15-16.

¹⁷² LE GOF, J. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. São Paulo: Unicamp, 1990, p. 476.

De acordo com Tedesco, a “memória é o resultado de um trabalho permanente no decorrer do tempo, no qual seus conteúdos são, de tempos em tempos, conservados ou abandonados por grupos humanos concretos.”¹⁷³ A construção da memória coletiva no Sudoeste do Paraná é motivada na esfera da montagem de uma identidade idealizada, que se materializa/galvaniza mediante “símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social.”¹⁷⁴ A memória coletiva construída em torno do pioneirismo colonizador é uma luta pela dominação da recordação trabalhada permanentemente no presente com intenções futuras.

3.2 Monumentos aos pioneiros: construindo o imaginário pelo poder simbólico

As construções de monumentos públicos voltados à exaltação e à glorificação da “revolta dos posseiros” na região Sudoeste do Paraná, intensificadas nas últimas décadas por parte das autoridades regionais constituídas, vêm chamando atenção dos historiadores e estudiosos da memória. Neste sentido, a construção de monumentos de vínculos “*pioneiristas*” como consolidação e sedimentação da memória oficial é pensada como decisões políticas.

No entanto, esta memória coletiva pioneirista encontra respaldo na vida cotidiana dos indivíduos, expresso de outra forma, na experiência da vida cotidiana dos indivíduos “comuns”. Sendo assim, houve, nessa construção e consolidação do imaginário coletivo regional, uma cumplicidade tanto das facções dominantes, quanto das facções dominadas, pois, os monumentos cumpriram um recurso simbólico importante de dominação. Nesta ótica, Bourdieu afirma que as

facções dominantes, cujo poder se assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes, *por acréscimo*, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm, por delegação. A facção dominada (letrados ou intelectuais e artistas, segundo a época) tende sempre a colocar o capital específico a que ela deve a sua posição, no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização.¹⁷⁵

Ainda para o autor, o “poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos

¹⁷³ TEDESCO, Op. cit., 2004, p. 152.

¹⁷⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992, p. 02.

ou mesmo que o exercem.”¹⁷⁶ Neste sentido, o “mundo da vida é simplesmente toda a esfera das experiências quotidianas, direcções e acções através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objectos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos.”¹⁷⁷

Este imaginário é partilhado pela coletividade, uma vez que a sua sedimentação foi construída e repetida historicamente. Para Berger e Luckmann: “Toda actividade humana está sujeita a habituação. Qualquer acção repetida com frequência, acaba por se moldar num padrão que pode depois ser reproduzido com economia de esforço e que *ipso facto*, é apreendido pelo executante como esse padrão.”¹⁷⁸ Neste sentido, a sedimentação

intersubjectiva só pode ser, de facto, apelidada de social quando for objectivada num sistema de sinais de qualquer espécie, isto é, quando surge a possibilidade de se repetir a objectivação das experiências partilhadas. Só então será provável que estas experiências sejam transmitidas de uma geração à seguinte e de uma colectividade a outra.¹⁷⁹

O primeiro monumento, que será analisado, neste trabalho, referenciando o “*pioneiro*”, foi construído na ocasião do aniversário do cinquentenário da cidade de Francisco Beltrão; já o segundo faz referência aos cinquenta anos da Luta Social, ocorrida em 1957.

Segundo Le Goff, o “*monumento* tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas [...] e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.”¹⁸⁰ Para Tedesco, as “comemorações, os monumentos de memória podem auxiliar na formação de uma identidade individual no sentido coletivo do pertencimento.”¹⁸¹

Ambos os monumentos cumprem finalidades singulares, pois, não são uma exigência por parte de quem está sendo retratado, mas uma construção do grupo político constituído com a finalidade de projeção e perpetuação política regional. No entanto, tais construções não teriam significado por si só, se não houvesse receptividade por parte de um imaginário coletivo.

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989, p. 12.

¹⁷⁶ Idem, p. 07 - 08.

¹⁷⁷ WAGNER, Helmut R. *Fenomenologia e relações sociais* - Colectânea de textos de Alfred Schutz, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1970, p. 16.

¹⁷⁸ BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. Op. cit., 2004, p. 64.

¹⁷⁹ Idem, p. 78.

¹⁸⁰ LE GOFF, Jacques. Op. cit., 1990, p. 535.

¹⁸¹ TEDESCO, João Carlos Op. cit., 2004, p. 75.

3.2.1 Monumento ao *Pioneiro*, jubileu de ouro de Francisco Beltrão 1952/2002

O município de Francisco Beltrão teve a sua emancipação política e administrativa em dezembro de 1952 e, a partir de então, houve uma série de iniciativas pelo poder político e econômico do município para consolidar este imaginário pioneirista. Pode-se perceber essas evidências no monumento de comemoração dos cinquenta anos de emancipação política administrativa da cidade, intitulado “Monumento ao *Pioneiro*, jubileu do ouro de Francisco Beltrão 1952/2002.” (conforme figura 13).



Figura 13. Monumento ao *Pioneiro*, jubileu do ouro de Francisco Beltrão 1952/2002. **Fonte:** Arquivo pessoal Leomar Rippel.

Este monumento foi construído a partir de uma fotografia que retrata uma família chegando de carroça do estado do Rio Grande do Sul, na tentativa demonstrar o grande sacrifício que os “*pioneiros*” tiveram que superar até chegar a região. O local escolhido para erigi-lo em homenagem ao “*pioneiro*” não foi neutro. O monumento encontra-se em uma praça cujo nome é Praça ao Pioneiro, no bairro da Cango, na Rua General Ozório, uma das ruas mais movimentadas da cidade de Francisco Beltrão.

Ao visualizar o monumento, percebe-se que ele encontra-se no que era, e é, considerado um dos “pontos X” da cidade na época da Luta Social, em frente às antigas instalações da CANGO e muito próximo onde eram os escritórios das companhias imobiliárias que foram invadidas pelos posseiros na eclosão da Luta Social.

O monumento do “*pioneiro*” está permeado pelo imaginário do grupo político e econômico regional que o idealizou, visando a incutir entre os cidadãos de Francisco Beltrão uma visão particular do processo de colonização da área. Conforme ressalta Françoise Choay:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.¹⁸²

Assim como outros, este monumento não é uma reivindicação por parte dos colonos e posseiros, mas uma iniciativa do poder político. Dessa forma, o suposto reconhecimento aos posseiros como agentes históricos está mais voltado aos interesses de projeção política municipal e regional.

Durante décadas, o social do município e da Região Sudoeste foi dissolvido em ideologia que teve por objetivo moldar o imaginário social. Entende-se, neste sentido, a tentativa do poder político regional em transformar as diferenças regionais em um todo coletivo homogêneo, uma vez que o “poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo.”¹⁸³

Em uma placa comemorativa do monumento, consta o nome do governador Jaime Lerner (PFL), do prefeito municipal Vilmar Cordasso (PP), do vice-prefeito Wilmar Reichembach (PSDB), do Presidente da Câmara dos Vereadores Celmo Albino Salvadori (PP), do deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), do idealizador do projeto, engenheiro Valnei Ghedin, e também consta que o projeto arquitetônico é de Sônia Faust então secretária do Urbanismo. A construtora é a Montemezzo Engenharia Ltda e a escultura em concreto é de Mak’s escultor. Na referida placa está escrito:

Oriundo principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeiras e atoleiros. Aqui chegaram famílias inteiras amparadas pela CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Ozório) e deram início a efetiva colonização desta terra. Com determinação e iniciativa de **pioneiros** plantaram aqui seus sonhos que logo floresceu – singela Vila Marrecas. Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão. A eles, nossos heróis pioneiros, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão.

¹⁸² CUNHA, Claudia dos Reis e. Françoise Choay Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos. Resenha. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 29.

Está explícito, na placa, que o sulista “*pioneiro*” foi o primeiro a chegar à região, negando a presença dos indígenas e dos caboclos. Logo na sequência, a afirmação de que os “*pioneiros*” tiveram determinação e iniciativa, aos idealizadores do monumento, pode-se fazer alguns questionamentos: as pessoas que, aqui, habitavam anteriormente não tinham determinação e iniciativa? Ou exerciam outra relação com a propriedade da terra e da floresta? Neste sentido, cabe esclarecer que, em Francisco Beltrão, o “colonizador” sulista, em razão de seu predomínio político-econômico, tentou impor aos indígenas e aos caboclos os padrões culturais que trouxe consigo tentando desprezar os legados culturais, privando-os da “história”.

Trata-se de uma representação histórica que projeta os destinos da sociedade, decididos por poucos homens, onde os acontecimentos cotidianos são apagados e a participação da população é, no máximo, pano de fundo. Trata-se, pois, da famosa história dos fatos, datas e heróis. O monumento compreendido como sistema simbólico está cumprindo função de legitimação e imposição para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, Segundo Bourdieu, é

enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimentos que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribui para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica), dando o reforço de sua própria força às relações de forças que as fundamentam assim [...], para a domesticação dos dominados.¹⁸⁴

Mais a frente, a placa comemorativa enaltece o sulista como herói, modelo de fé, coragem e esperança. Assim, questiona-se o que o poder político e econômico entende por herói, por modelo de fé e esperança? Seria a visão etnocêntrica e preconceituosa em relação à diversidade cultural e religiosa dos que habitavam estas terras anteriormente, silenciando o máximo a cultura destes traços étnicos?

Os ocupantes do poder político e econômico regional lograram uma força social suficiente para impor o seu imaginário social em torno do labor do progresso e do mito pioneiro, onde os indivíduos mesmos diferentes sentem-se iguais, de forma que se conseguiu a “possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder.”¹⁸⁵ Em conformidade com Schmidt, o mito

integra os aspectos que acompanham o percurso histórico da memória dos grupos sociais. Desse modo, o ponto de associação entre memória e mito, estabelecendo em

¹⁸⁴ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1989, p. 11.

¹⁸⁵ Idem, p. 29.

circunstâncias peculiares, reside no exercício reiterativo de transmissão social da lembrança. Sendo assim, o mito deve ser entendido como um dos vários elementos que compõe a memória coletiva, onde a lembrança é caracterizada como momento que une dialogicamente estas manifestações socioculturais.¹⁸⁶

Na proposta de Peter Burke, o papel da recordação do passado é responsável para a constituição do mito na medida em que as recordações estejam aportadas em “estereótipos retirados de repertório de estereótipos presentes na memória social de uma dada cultura.”¹⁸⁷ Não se trata de subordinar a ação dos interesses políticos locais e regionais. Trata-se de mostrar que os monumentos, as revistas, os jornais, os livros e a produção historiográfica são filhos de um mesmo tempo. É, neste sentido, que a História é uma ciência do passado e também do presente, já que é a partir das interrogações do presente que o historiador lança-se ao passado, segundo Cardoso:

Se a história é ao mesmo tempo a ciência do passado e a ciência do presente, cabe ao pesquisador contemporâneo a tentativa de dialogar com esse passado, que, embora pareça distante, ganha vida e sentido com as perguntas que o presente lança para este passado com as relações que estabelecemos e com a forma com que escrevemos.¹⁸⁸

Enfatizar o legado cultural dos imigrantes sulistas descendentes principalmente de italianos, alemães e poloneses na formação social de Francisco Beltrão não significa dizer que nada sobrou das outras etnias. Entretanto, o legado cultural do índio e do caboclo foi limitado/silenciado, pelo fato de ser preciso enquadrá-lo num contexto social, em que o colonizador euro-descendente ditava normas e impunha seus valores. Dessa forma, o pesquisador tem o intuito de deixar vir à tona vozes esquecidas e marginalizadas pela historiografia oficial, mas que nem por isso deixaram de inscrever as suas marcas.

3.2.2 Monumento à Revolta dos Posseiros – 1957

Outro monumento que chama a atenção para quem visita a cidade de Francisco Beltrão é comemorativo em homenagem aos posseiros erigido na oportunidade do cinquentenário da Luta Social de 1957, (conforme figura 14). A escolha do local onde o monumento foi erguido também não é neutro, ele está localizado na praça central, em frente à Igreja Matriz, na principal avenida da cidade, Júlio Assis Cavalheiro, local das aglomerações da população no dia 10 de outubro, dia da eclosão da Luta Social de 1957.

¹⁸⁶ SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da constituição de um mito político: memória de Willy Barth – Cascavel: Edunioeste*, 2001, p. 37.

¹⁸⁷ BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudo de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992, p. 224.

¹⁸⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. Editora. Brasiliense. 4ª ed. 1984, p. 12.



Figura 14. Monumento à Revolta dos Posseiros – 50 anos 1957 a 2007. **Fonte:** Elaborada para esse estudo.

O poder político assentado no poder econômico, se, por um lado, “reconhece” os posseiros com agentes históricos, por outro, enaltece e projeta os seus nomes na cena política municipal e regional, pois o monumento é potencial de significatividade, é uma energia que transmite um ideário de progresso e felicidade, uma energia estética que catapulta o espectador a identificar-se com a construção.

O monumento não é uma reivindicação por parte dos posseiros, muito menos uma criação livre do artista que o produziu, mas uma escultura a partir de fotografia solicitada pelo poder político (conforme figura 15). A imagem demonstra uma passeata dos posseiros no dia da eclosão da Luta Social. Tal monumento é uma reprodução da fotografia tirada no mês de outubro de 1957, que foi contestada por dizer-se que ela foi pensada e teria sido confeccionada alguns dias após o término da Luta Social.



Figura 15. Revolta dos Posseiros de 1957. Esta cena foi fotografada durante a Revolta de 1957, na praça da cidade de Francisco Beltrão e tornou-se um símbolo do movimento social. Sr. Olívio Giusti (segurando a bandeira), Sr. Luis Lorenzetti e o Sr. Nelson Meca. **Fonte:** Acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão-PR

Para Félix, a “memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.”¹⁸⁹ Por conseguinte, forjou-se, por meio do imaginário social pioneirista e colonizador no Sudoeste do Paraná, uma identidade coletiva e social, produzindo valores e comportamentos. Em consonância com Baczko:

Através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súbdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.¹⁹⁰

Sob tal perspectiva, a esfera política mobilizou recurso simbólico, forjando uma representação coletiva de homogeneidade regional. Dessa forma, o poder político esforçou-se em constituir esta representação como estratégia na legitimação de seu poder, visto que

¹⁸⁹ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., 2004, p. 33.

“para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”.¹⁹¹ Partindo desse pressuposto, o Sudoeste do Paraná apresenta-se como um campo fértil para o desenvolvimento de estudos sobre as representações discursivas, considerando “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles.”¹⁹²

Os monumentos contribuíram para legitimar um imaginário social coletivo, sendo assim, aproxima-se a percepção de Bourdieu em relação ao poder simbólico e à noção de que ele implica que os dominados subjugam-se espontaneamente ao domínio porque possuem confiança neste comando. O símbolo tem

o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma ‘illocutionary force’ mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a *crença*. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.¹⁹³

As representações sociais construídas/forjadas em torno do “*pioneirismo*” colonizador são dada como universais, únicas e certas, elas são determinadas pelos interesses dos grupos políticos e econômicos que o forjaram. Segundo Chartier, as “lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”¹⁹⁴

A intensificação de obras e memoriais voltados à massificação do “*pioneiro*” sulista no Sudoeste do Paraná tem-se mostrado uma prioridade das administrações municipais. Os monumentos representam apenas uma parcela da memória ao “*pioneiro*”, utilizando-se, neste ponto, o conceito por Pierre Nora os “*lugares de memória*” abrange um campo muito maior do que monumentos. Segundo Nora,

¹⁹⁰ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., 2009, p. 309.

¹⁹¹ Idem, p. 297.

¹⁹² CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos Avançados, 1991, p. 177.

¹⁹³ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1989, p. 14 - 15.

¹⁹⁴ CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre prática e representações* 2ª edição 2002, Rio de Janeiro: Difel, p. 17.

Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade.¹⁹⁵

Diversos campos de memória, além dos monumentos, foram utilizados pelas facções dominantes no Sudoeste do Paraná para forjar uma identidade coletiva homogênea, como livros, revistas, jornais, discursos políticos, sendo alguns deles analisados a seguir.

3.3 A escolha do herói pelos administradores municipais: o pioneiro na imprensa escrita

Os administradores das esferas públicas no Sudoeste do Paraná, bem como os grupos hegemônicos associados à mídia regional, encarregaram-se a dar uma versão ao passado que priorizasse os interesses políticos. Este esforço deliberado de forjar uma memória coletiva logrou êxito na construção de uma identidade comum entre os diversos grupos existentes na região, sendo capaz de redefinir políticas, valores, vontade e principalmente interesses.

Como forma de materialização deste imaginário coletivo, as prefeituras municipais utilizaram a imprensa escrita de maior circulação diária no Sudoeste Paranaense, o Jornal de Beltrão, criado em maio de 1989. Inicialmente, este jornal era de circulação semanal, mas se tornou de circulação diária (terça a sábado), a partir de março de 1995. Atualmente, circula nos 42 municípios do Sudoeste Paranaense.

Este veículo de comunicação cumpriu uma função importante na mediação/galvanização deste imaginário. Toma-se, como ponto inicial de análise, a publicação do Jornal de Beltrão do dia 10 de outubro de 2007, o suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Luta Social intitulado “*O tempo da Revolta: Lembrança de quem viveu*”. O suplemento contém dezenas de entrevistas com posseiros(as) que viveram no período, discursos políticos e homenagens do poder público regional. Com exceção das entrevistas que foram feitas pelo próprio jornal, os discursos e as homenagens foram pagos pelos políticos e gestões municipais.

¹⁹⁵ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, 1993, n.10 p. 07 - 28, p.12-13.

Aproveitando-se da abrangência regional deste informativo diário, bem como das comemorações do episódio, diversas gestões municipais e políticos aproveitaram o espaço para saudar e parabenizar os heróis pioneiros. Em sua grande maioria, as abordagens à Luta Social de 1957 tomaram o rumo da projeção política pessoal e partidária, vinculada a uma análise histórica tradicional e excludente. Poucos foram os que abordaram a importância do evento como uma luta pela posse e pela democratização da terra ou pelo fim da especulação imobiliária.

O poder político e econômico regional conseguiu uma quantia de força social suficiente para impor o seu imaginário social em torno do labor do progresso e do mito pioneirista, dessa forma, permitiu “possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder.”¹⁹⁶ e assim, definiu e continua definindo, de forma legítima, o seu poder.

No suplemento referenciado, destinado especificamente às comemorações da Luta Social, toma-se para análise alguns dos diversos textos das prefeituras que compõem o sudoeste paranaense.¹⁹⁷

A primeira homenagem das gestões municipais, neste suplemento especial, é oferecida pela Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, conforme se vê na figura 16, contribuindo significativamente para demonstrar e materializar o sujeito que as autoridades políticas regionais escolheram como símbolo da prosperidade regional: o pioneiro colonizador.

A gestão administrativa deste município prestou a sua homenagem da seguinte forma: “A luta concluída em 1957 não foi apenas uma disputa por algo já seu, mas, sobretudo, o desejo de NOSSA GENTE em plantar cidades numa região especial capaz de frutificar o amor e a prosperidade, tal como temos hoje. Parabéns pioneiros.”¹⁹⁸

¹⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1989, p. 29.

¹⁹⁷ Dos 42 (quarenta e dois) municípios que englobam o Sudoeste do Paraná, houve um total de 20 (vinte) prefeituras que fizeram as suas homenagens ao referido movimento, assim, manifestaram e contribuíram para a galvanização/sedimentação, da memória coletiva, do “trabalho e do progresso”. As referidas prefeituras que prestaram as suas homenagens são: Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de São Jorge do Oeste, Nova Esperança do Sudoeste, Flor da Serra do Sul, Renascença, Bom Sucesso do Sul, Marmeleiro, Planalto, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Ampére, Pato Branco, Pranchita, Enéas Marques, Barracão, Nova Prata do Iguaçu, Santo Antônio do Sudoeste, Pérola D’ Oeste, São João e Francisco Beltrão.

¹⁹⁸ JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007, p. 3.



Figura 16. Cena fotografada durante a Revolta de 1957. **Fonte:** Jornal de Beltrão. *O tempo da Revolta: Lembranças de quem viveu*, 2007, p. 03.

A homenagem referida está ilustrada com uma imagem, fotografia, apresentando os colonos em atividade durante a Luta Social. No momento da ação, os posseiros retiravam a placa indicativa que se encontrava no escritório da companhia imobiliária CITLA e, em seguida, desfilaram pelas ruas ostentando-a como um troféu, simbolizando a vitória do movimento.

Percebe-se que o poder público utiliza uma imagem real de um movimento de luta pela posse da terra para massificar uma representação elitista e excludente na região. Em outras palavras, não basta apenas enaltecer a luta, é preciso demonstrá-la com uma imagem. A prefeitura, no entanto, deixou de salientar a importância do movimento compreendido como luta pela democratização da propriedade da terra no Brasil e, principalmente, que esta luta foi feita pelos posseiros e não pioneiros, além de não argumentar que os pioneiros dessas terras não formam os migrantes sulistas, mas os indígenas e os caboclos.

Mesmo com a esfera pública condicionando ao esquecimento a presença indígena e cabocla, estas etnias ainda constituem parte significativa da população regional. O “não-dito” também é compreendido como uma ação política de esquecimento da memória. Protasio, em estudo específico sobre a presença indígena no Sudoeste do Paraná, traz importantes apontamentos sobre a minimização ou até mesmo negação da presença desta etnia na região. Em conformidade com o autor:

Por um lado a presença indígena é negada, depreciada e minimizada e, por outro, impossível de ser ocultada. É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar nossa ex-casa e marcar sua presença incômoda nos alpendres e interstícios donde não o conseguimos desalojar. Com essa metáfora se pretende assinar que a história escrita pelo prisma do colonizador não conseguirá se desvinciliar das alteridades que o antecederam, muito embora queira escamoteá-las.¹⁹⁹

A memória é, antes de tudo, testemunho, porém suscetível ao esquecimento, à manipulação e à possível traição/tradução interesseira, não interesseira e deliberada. Ao mesmo tempo, a memória pode dar garantia de continuidade do tempo, do sentimento de distância entre presente e eventos atraídos pela recordação, pelos sentimentos, pelo desejo de *eternidade*, continuidade entre passado e presente²⁰⁰, ou seja, ela é seletiva. A “utilização deliberada do esquecimento manifesta o caráter seletivo da lembrança e, por isso, da instrumentalização e uso da própria memória.”²⁰¹

Percebe-se, na homenagem supracitada, a ocorrência de uma tendência em institucionalizar fatos, lugares, famílias, etnias e propiciar que se possa encontrar lembranças e reconstituir personalidades, formatos de organização de vida social tendo como bases os referenciais do passado.

A prefeitura de Dois Vizinhos, ao tratar o fato histórico da Luta Social, também reafirmou o migrante sulista como o pioneiro e principal responsável pela prosperidade regional (ver figura 17). Em sua homenagem, escreve:

Ao comemorar os 50 anos do maior evento de nossa história, o povo sudoestino tem o direito de se sentir emocionado, pois foi esta luta que se consolidou a construção de uma região próspera e acolhedora. Que neste dia 10 de outubro todos tenham orgulho do grande feito de seus pioneiros.²⁰²

¹⁹⁹ LANGER, Paulo Protasio. *Conhecimento e encobrimento: O discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense*. Diálogos, Maringá, v.11, n. 3, p. 71-93, out. 2007, p. 73.

²⁰⁰ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 37.

²⁰¹ Idem, p. 37.

²⁰² JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 3.

Nas entrelinhas deste discurso, nota-se que a prosperidade da região deveu-se ao fato de ser colonizada por pessoas laboriosas; que o sacrifício e o trabalho são a essência fundamental da prosperidade. É visível uma tentativa de representar um passado regional simbolizado pelo trabalho de seus colonizadores, para legitimar o progresso atual e futuro. Essas narrações representativas proferem a formação da região à labuta heróica do colonizador desbravador. Dessa forma, as constantes referências discursivas em torno do pioneirismo colonizador acabam por naturalizar a ideia de progresso e modernidade na região.



Figura 17. Vista parcial da cidade de Dois Vizinhos – PR, 2007. **Fonte:** Jornal de Beltrão. *O tempo da Revolta: Lembranças de quem viveu*, 2007, p. 03.

Como a memória expressa interesses diversos, como ideológicos, políticos econômicos, as gestões municipais, ao buscar vários significados ao passado, estavam imbuídas de interesses tanto do presente quanto no passado, pois a “história oficial é uma memória coletiva oficializada, ou seja, uma memória ideológica, em vez de ser uma memória criticada ou criticizada.”²⁰³

Observa-se que a imagem selecionada para acompanhar a nota de homenagem aos pioneiros pela gestão municipal de Dois Vizinhos está atrelada ao ideário de progresso e desenvolvimento econômico regional. Trata-se de uma fotografia da cidade, onde se destacam aspectos arquitetônicos modernos com construções verticais, arredondadas e vitrais, essa

²⁰³ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 38.

imagem é uma representação da construção identitária coletiva regional em torno do pioneirismo, do progresso e da modernidade. De acordo com Chartier, as

representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.²⁰⁴

Não somente esta, mas em conjunto com outras representações construídas sobre o progresso e a forma de colonização, constituíram um imaginário forjado pelos discursos locais. Sabendo que o progresso é uma construção histórica e está arraigada na mentalidade e na cultura de uma dada sociedade, percebe-se que as ações da Prefeitura de Dois Vizinhos vêm a intensificar um “modelo de pensar” vinculado à História Regional. No mesmo sentido, segue a fundamentação proposta por Diehl, em que “a ideia de progresso está profundamente ancorada na mentalidade e nas estruturas coletivas do pensamento das culturas históricas.”²⁰⁵

O imaginário social do colonizador observa as relações culturais dos povos que habitavam anteriormente esta região como estáticas, portanto, que deveriam ser ultrapassadas, e que o progresso deveria ser impulsionado pelos sulistas. A história do Sudoeste é vista como única e não nos seus diversos fatos individuais, mas “única em seu todo, como totalidade aberta par um futuro portador de progresso.”²⁰⁶

A gestão municipal de Flor da Serra do Sul também fez parte de relação de administrações públicas que prestaram homenagens exaltando os heróis pioneiros, colonizadores. Assim segue:

Ao comemorar 50 anos da Revolta dos Colonos, é hora de lembrar e enaltecer nossos heróis que, graças a sua bravura e destemor, conquistaram um direito usufruído agora pelas novas gerações. Pela vitória obtida na Revolta temos hoje uma região nobre, bem desenvolvida e acolhedora de todas as gentes. Assim, nossa homenagem e reconhecimento se dirigem aos pioneiros e participantes deste decisivo acontecimento.²⁰⁷

Ao enaltecer os heróis colonizadores, a prefeitura afirma que a bravura que levou os posseiros à vitória em 1957 também é responsável pelo desenvolvimento econômico, sentimentos e valores regionais. Tal representação que é dada ao passado bravo e heroico do colonizador colabora para a elaboração de um discurso político de progresso econômico,

²⁰⁴ CHARTIER, Roger. Op. cit., 2002, p. 17.

²⁰⁵ DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002, p. 21 – 22.

²⁰⁶ KOSELLECH, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006, p. 319.

fornecendo, além do anúncio de lugar específico, as características de um povo dado como correto, nobre e de bons valores morais.

Esses adjetivos dados para a região e os seus colonizadores atribuem sentidos à identidade coletiva regional e são alimentadas pela memória coletiva forjada pelo poder público. De acordo com Halbwachs, a “memória [...] não tem alcance sobre os estados passados e não no-los restitui em sua realidade de outrora, senão em razão de que ela não os confunde entre si, nem com outros mais antigos ou mais recentes, isto é, ela toma seu ponto de apoio nas diferenças”.²⁰⁸

Sabendo que é “o imaginário que aflora nos mais diferentes tipos de discursos é um forjador de sentidos, de identidades. O imaginário tem uma poderosa força de instauração social”²⁰⁹, ele é tomado como premissa de realidade na formação de sentidos absorvidos e normatizados pela sociedade.

É nesse sentido que Kosellech afirma que as “experiências passadas sempre contêm resultados objetivos, que passam a fazer parte de seu modo de elaboração. Isso, naturalmente, também exerce um efeito sobre as expectativas passadas”²¹⁰, no Sudoeste do Paraná, o futuro permanece atrelado ao passado, pois

toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento; apesar das recaídas e rodeios, ele teria que ser planejado e posto em prática pelos homens. Desde então os fins continuam a ser estabelecidos de geração em geração, e os efeitos previstos no plano ou no prognóstico se transformam em elementos de legitimação da ação política.²¹¹

Tal discurso serve como edificador de ideais regionais de sociedade, caracterizado por um explícito esforço de buscar, no passado, um marco no trabalho e nas conquistas, estas últimas representadas, em específico, por alguns colonizadores distintos. Paradoxalmente, esses ideais fornecem uma noção de pertencimento coletivo.

A administração pública do município de Barracão também prestou a sua homenagem aos desbravadores e aos heróis pioneiros da colonização. De acordo com a gestão municipal de Barracão: “O Sudoeste foi desbravado por verdadeiros heróis, na década de 40 e 50 e também defendido em 1957, por nobres guerreiros e guerreiras que, movidos pelo amor e pela

²⁰⁷ JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 10.

²⁰⁸ HALBWACHS, Maurice. Op. cit., 1990, p. 96.

²⁰⁹ SWAIN, Tânia Navarro. *História no Plural: Você disse Imaginário?* Brasília: Editora Universitária, 1994, p. 48.

²¹⁰ KOSELLECH, Reinhart. Op. cit., 2006, p. 314.

²¹¹ Idem, p. 317.

esperança escolheram a grandeza com destino correto desta região.”²¹² Nesta frase, está explícito que os verdadeiros heróis são os que desbravaram a região, os quais, obviamente, eram colonizadores sulistas que estavam imbuídos de um *ethos* capitalista, de que o trabalho levaria à redenção e à riqueza material. Encontra-se, aqui, o resquício do discurso religioso, já que a ocupação do Sudoeste do Paraná teve como uma de suas peculiaridades a presença de vários grupos religiosos, principalmente católicos e protestantes e, no que tange aos princípios da ética protestantes que circulam em torno do trabalho, torna-se visível a ideia de que aos olhos do Senhor quem trabalha na terra encontra-se num estado de graça, e o descanso dá-se no outro mundo, pois “na terra deve-se trabalhar o dia todo em favor do que lhe foi destinado.”²¹³ Tedesco afirma que a

memória coletiva foi sempre central para o poder público. Essa esfera busca codificar representações comuns do passado suas condições de transmissão seus processos de seleção; em geral, o poder público elege grupo, uma elite para tanto. São os ‘notáveis da memória’ que dimensionam políticas de memória, os quais produzem objetos do passado, arquivo, lugares, fatos, exigem mediações acadêmicas e visibilidade midiática.²¹⁴

Na homenagem da prefeitura de Barracão, a utilização das terminologias “guerreiros e guerreiras” é adotada para intensificar a proporção e aumentar a dimensão da Luta Social de 1957, pois se refere a indivíduos que vão à guerra, num sentido bélico, dando a interpretação de que a Luta Social foi um combate marcial que libertou a região em magnitude fabulosa.

Seguindo a tendência da grande maioria das administrações municipais do Sudoeste paranaense, a prefeitura de Pérola D’ Oeste, ao homenagear o cinquentenário da Luta Social de 1957, enalteceu o trabalho dos desbravadores na derrubada da mata. Assim, segue:

Uma terra coberta de pinheirais estava pronta pra (sic) receber seus desbravadores, mas estranhos se aventuraram a explorá-la sem respeito ao homem que nela vivia e frutificava. Foi aí que a bravura de muitos decidiu preservar o destino de uma terra acolhedora, solidária e próspera. O levante de 1957 foi o marco da independência do Sudoeste, cujo desfecho temos ainda muito a comemorar.²¹⁵

A prefeitura de Pérola D’ Oeste deixou, em sua homenagem, de forma clara, que o progresso da região fez-se por desbravadores, incumbindo-lhes a retirada dos pinheirais e da floresta, sendo que a degradação ambiental é justificada pelo desenvolvimento e pela prosperidade a qualquer custo. Dessa forma, o progresso, discurso dominante das elites

²¹² JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 34.

²¹³ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985, p. 112.

²¹⁴ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 40.

²¹⁵ JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 42.

regionais, caminha em paralelo com a exclusão social na região, de acordo com Dupas, “esse progresso, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento.”²¹⁶

Percebe-se, na homenagem analisada, referenciais de importância ao trabalho como uma virtude imprescindível dos migrantes sulistas, responsáveis pelo progresso da região. Tem-se a impressão que, nestes discursos, o trabalho enobrece e liberta todos os homens, independente de sua estratificação social, ou seja, as virtudes do trabalho resultaram na prosperidade do Sudoeste do Paraná. Em relação à construção identitária coletiva, Pesavento escreve que

a construção de uma identidade estabelece uma comunidade de sentido dotada, de uma força coersiva e transfiguradora do real. Em outras palavras, a identidade é uma construção imaginária que se apóia sobre os dados concretos do real e os representa por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido.²¹⁷

No caso presente, o trabalho e o progresso são elementos agregadores de uma identidade coletiva grupal, independente do grupo religioso estabelecido na região.

Na esteira das comemorações e homenagens ao aniversário da Luta Social, a prefeitura de São João outorgou o futuro aos pioneiros e colonizadores em relação ao destino da região Sudoeste. Segue a homenagem:

Nossos rios, nossas matas, e montanhas tinham uma destinação correta e justa outorgada aos primeiros colonizadores. Porém a ganância ofereceu-nos o risco da usurpação sem respeito aos direitos conquistados. Mas o povo do Sudoeste é especial e sobretudo conhecedor do lado certo de cada situação. Por isso lutou com ardor em 1957 e deu-nos um futuro, hoje um presente de paz, riqueza e generosidade.²¹⁸

Na homenagem da prefeitura de São João, fica explícito que os únicos a usufruir das benesses da natureza da região são os colonizadores, a justa destinação da região seria para quem usufruía com a racionalidade capitalista, sendo assim, pode-se compreender que os nativos e os caboclos com racionalidade diferente da possessiva sulista não faziam *jus* ao espaço geográfico. Percebe-se, pois, que a memória não é neutra, Tedesco sublinha que a

memória envolve sempre pessoas, as quais reinterpretem suas experiências, presentificando-as em correlação com múltiplas representações produzidas socialmente, fatos históricos, identidades e imaginários sociais cristalizados ou em processo de se solidificar. É comum no processo histórico e social, a produção do

²¹⁶ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. P. 11.

²¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995, p. 115.

²¹⁸ JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 42.

esquecimento ou do silêncio para ajustar o passado com as intenções/ressentimentos.²¹⁹

Na construção deste imaginário, o poder político teve papel de grande relevância, trabalhando com imagens, símbolos e discursos, exercendo a função de mediador entre um estágio de atraso, antes da colonização, para um estágio de “progresso”, posterior à colonização. Expresso de outra forma, os valores do herói desbravador devem ser citados, divulgados e difundidos.

Apesar da diversidade cultural presente no Sudoeste do Paraná, (conforme figura 2) as políticas memorialistas discursivas locais e regionais atuaram no sentido de construção de uma identidade pioneira, elegeram e buscaram o tipo representativo de identidade coletiva para a região. De acordo com “os discursos estabelecem uma história. A história, em nossa perspectiva discursiva, não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos.”²²⁰ Sendo assim, os discursos sobre a história do Sudoeste do Paraná confirmam que a escrita da história não é um trabalho neutro, mas, um fazer que produz sentidos, que difunde valores, que cria e sedimenta imagens que, por sua vez, expressam visões de mundo e corroboram interesses de indivíduos e grupos sociais.

3.4 Revolta dos Possesiros: alguns discursos políticos em comemoração ao cinquentenário

Também houve, neste mesmo suplemento, a homenagem da deputada estadual Luciana Rafagnin (10/09/1965) do Partido dos Trabalhadores (PT), do deputado federal Nelson Meurer (23/07/1942) do Partido Progressista (PP), do senador Alvaro Dias (07/12/1944) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do deputado federal Assis do Couto (17/10/1961) do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como da AMSOP (Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná). Com exceção do deputado federal Assis do Couto, praticamente todas as homenagens são atribuídas ao “pioneiro” como sinônimo de luta, de progresso e de prosperidade.

A deputada estadual Luciana Rafagnin, liderança regional comprometida com os movimentos sociais na região, ao fazer a sua homenagem ao 50º aniversário da Luta Social de 1957, também explicita a sua escolha pelo pioneiro colonizador, associando a colonização sulista como fruto da liberdade, ou seja, suprimindo a presença dos primeiros grupos a habitar o Sudoeste do Paraná. Ao prestar sua homenagem, escreveu:

²¹⁹ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 45.

IDEIA DE LIBERDADE Nossas crianças nascem e crescem num pedaço livre do Paraná e isto se tornou possível graças ao ímpeto, à organização e ao ideal de liberdade abraçado por nossos pioneiros, em 1957. E assim nossos netos, bisnetos e futuras gerações podem sentir o orgulho de nascer, crescer e viver numa terra abençoada por Deus e agraciada com a bravura de seus colonizadores guerreiros.²²¹

O sentido de liberdade elaborado no discurso da deputada faz parte do sentimento próprio da comunidade regional e constitui um imaginário que deve ser tomado como uma representação de liberdade após movimento social.

O processo de colonização do Sudoeste do Paraná promoveu a consolidação de um ideário em torno do termo ocupação/conquista/liberdade. Recentemente, esta representação tem sido utilizada através dos meios de comunicação, que têm repassado a ideia de que a liberdade foi conquistada através do trabalho de integrantes da colonização a partir de meados do século XX. Um discurso tradicional de que o sertão inóspito transformou-se numa região livre para o progresso.

Não somente neste discurso político, mas, nos distintos esforços de valorização do pioneirismo, os ideários tais como trabalho, progresso, modernização e civilização têm sido fortemente empreendidos, compondo projetos com intenções políticas e econômicas para a região. Após a luta pela posse da terra designado especificamente pela Luta Social de 1957, tais discursos determinaram e determinam referenciais de pertencimento coletivo para a região Sudoeste do Paraná.

O Deputado Federal Nelson Meurer, ao fazer sua homenagem ao reconhecimento da luta, enfatizou:

Nosso reconhecimento aos bravos posseiros de 57, que, além de conquistar suas propriedades desbravaram e deram o impulso para o desenvolvimento de nossa região, o Sudoeste do Paraná. E ainda transmitiram, às futuras gerações, a determinação e o desprendimento em dar o melhor de si para a conquista das melhores condições de vida para nossa gente.²²²

Novamente está explícita a representação de prosperidade, desenvolvimento, desbravador ao posseiro, sendo este considerado o único capaz de dilatar a expansão do capitalismo rumo ao progresso. É nesse sentido que o passado revisitado e mediado pelo presente possui uma finalidade futura. Pode-se entender o pioneirismo, o progresso e o desenvolvimento como campo e processo estratégico onde há um cruzamento de núcleos e

²²⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Terra à vista. São Paulo: Cortez, 1990, p. 14.

²²¹ JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p.11.

²²² JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 18.

circuitos de poder, pois, ao mesmo tempo em que se articulam, apresentam relações contraditórias internas, unindo campos antagônicos da sociedade. Em vista disso: “As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade e um mundo que, embora pertença todos, transcende a cada um individualmente.”²²³

Compreendendo o imaginário social como uma representação da realidade de uma determinada sociedade, reafirma-se que a

elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isso é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.²²⁴

Ao analisar a memória coletiva construída no sudoeste do Paraná, percebe-se a intrínseca relação da memória com o poder, pois, ao mesmo tempo em que foi construída/galvanizada uma memória coletiva, também se silenciou a memória de outros grupos. Desse modo, a memória coletiva foi e permanece sendo um elemento importante da luta das forças sociais pelo poder no sudoeste.

Torna-se relevante ressaltar que o uso político da memória tem a finalidade de exercer o poder de seleção de indivíduos e conteúdos a serem lembrados, bem como, mesmo que, num primeiro instante, se apresente de forma paradoxal, desempenhar a função de adesão de grupos e interesses diversos. Para Chagas:

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para afirmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.²²⁵

É importante perceber que várias expressões como trabalho, progresso, pioneiro, colonizador ou desbravador que estão vinculadas, mesmo que indiretamente, ao discurso do deputado supracitado, são representações utilizadas com fins políticos e têm objetivo de unir

²²³ JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 81.

²²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

²²⁵ CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141.

grupos sociais e culturais heterogêneos numa identidade coletiva e num projeto regional de “prosperidade”.

O Senador Alvaro Dias (PSDB) do Paraná também fez a sua homenagem ao aniversário dos cinquenta anos da Luta Social. No dia três de outubro de 2007, o Senador utilizou a tribuna do Senado Federal para fazer o seu pronunciamento enaltecendo, segundo ele, o grande fato social da luta pela posse da terra. (ver anexo 4). Mas o que se destaca na postura deste político é a sua concepção antimovimentos sociais populares, constituindo um dos principais representantes do agronegócio e do latifúndio paranaense. Dessa forma, homenagear um movimento social de luta pela posse da terra no sudoeste torna-se um paradoxo com as suas ações políticas partidárias no senado. Por isso, é necessário relacionar o discurso do Senador com a sua exterioridade. Em conformidade com Orlandi,

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade²²⁶

Na tentativa de problematizar o discurso político deste Senador, ancorado nos estudos da Análise do Discurso e de memória política, recorre-se à afirmação de Tedesco que explica que “permanência no poder por dezenas de anos pelo mesmo chefe e grupos políticos se alimenta da manutenção de formas tradicionais de convívio social, institucional e de controle do passado.”²²⁷

Ao pensar nas comemorações do cinquentenário da Luta Social de 1957, nos processos de seleção dos conteúdos a serem lembrados, nos rituais coletivos, midiáticos, políticos, dentre outros, nota-se que a memória expressa interesses diversos em jogo, podendo ser ideológico, político ou econômico. Houve uma seleção da memória coletiva, ou seja, foram buscados significados diversos no passado para o uso no presente.

Para melhor compreender a homenagem do Senador, faz-se necessário situar o leitor no cenário político regional e estadual. Como governador do Estado do Paraná, encontrava-se Roberto Requião (05/03/1941) do partido PMDB, aliado do governo Lula e adversário político histórico do PSDB de Alvaro Dias. À frente do executivo de Francisco Beltrão, estava o prefeito Vilmar Cordasso (PP), tendo com vice-prefeito Wilmar Reichembach

²²⁶ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 16.

²²⁷ TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 37.

(PSDB), portanto, aliados políticos do Senador Alvaro Dias. Para o Senador Alvaro Dias, é certo que o fato histórico não alteraria em nada as suas relações políticas com o agronegócio paranaense, muito menos o curso do desenvolvimento histórico regional. No entanto, tal ação render-lhe-ia prestígio político na região, uma vez que intensificava as comemorações em torno do cinquentenário da Luta Social de 1957. Ao analisar o discurso do Senador, percebe-se que o mesmo não é apenas ilustração, é nesse sentido que Orlandi afirma que a Análise do Discurso é “uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade.”²²⁸ Deve-se frisar também que o prefeito de Francisco Beltrão, Vilmar Cordasso fazia-se presente em comitiva na capital federal para acompanhar o discurso do Senador, o que proporcionou um destaque eleitoral na região. Em seu pronunciamento, que foi impresso pela editora do Senado, e distribuído em toda a região, o Senador deixa explícito o seu apoio Luta Social de 1957, conforme segue:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Prefeitos, Vereadores, profissionais da imprensa aqui presentes, autoridades que compõem a Mesa, já nominadas, a Revolta dos Posseiros, ocorrida na região sudoeste do Paraná em outubro de 1957, foi o primeiro movimento social relacionado à luta pela terra que obteve êxito no Brasil contemporâneo. Lamentavelmente, a Revolta dos Posseiros é de pouco alcance público se considerada a envergadura histórica do movimento. Uma seqüência de lutas, de dor e de posturas heróicas moldura um dos movimentos sociais da segunda metade do século de maior impacto na vida nacional.

Independente da perspectiva histórica ou até mesmo do ponto de vista de que se faça uso, julgamos de suma importância para as gerações futuras que seja feito o devido resgate desse acontecimento tão relevante para o Paraná e para o País. Comungo plenamente da visão do estadista inglês Winston Churchill: ‘Quanto mais longe você consegue olhar para trás, tão mais longe você está apto para ver à frente’.²²⁹

Fica evidente o seu apoio à Luta Social de 1957, segundo ele, uma postura heroica. Tendo em vista o seu posicionamento de criminalização aos movimentos populares, alguns questionamentos podem ser levantados ao discurso do Senador. Por que este político enaltece um movimento social, em específico a Luta Social de 1957? Por que utiliza a tribuna do Senado Federal para tal discurso? É certo que já se passaram 50 anos do fato, portanto, um fato irreversível. O uso político do passado é imprescindível para constituição de uma plataforma política atual, tanto no âmbito federal, quanto para o grupo político regional. Na Análise do Discurso, conforme Orlandi,

não se trata de transmissão de informações apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de

²²⁸ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Op. cit., 2001, p. 18.

²²⁹ DIAS, Alvaro. *50 anos da revolta dos posseiros*. Senado Federal – Brasília, 2008, p. 5.

sentidos e não meramente transmissão de informação [...]. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores.²³⁰

Dias deixa evidente, em seu discurso, que os direitos do povo devem ser conquistados e não concedidos, para ele, “um povo que não luta por seus direitos não é digno de direito algum.”²³¹ As autoras Orrico e Oliveira, ao analisarem a relação que o discurso estabelece com a memória política, afirmam que:

Entende-se, dessa forma, que o discurso, mesmo que pronunciado por um único orador, é monológico apenas em sua forma externa, já que, em sua estrutura interna (semântica e estilística), é dialógico: ele mantém necessariamente uma interação viva com outros discursos. Dito de outro modo, tanto o dialogismo quanto a polifonia seguiram trajetórias que redimensionaram definições na lingüística.²³²

Uma vez que a “Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido.”²³³ Não obstante, é necessário compreender como os objetos produzem sentido, pois, fica evidente, na fala do Senador, a tentativa de criar um “curral eleitoral” via lideranças políticas regionais, fazendo menção não apenas ao fato histórico em si, mas também às lideranças políticas que, conforme o Senador, estão à frente da região e, por isso,

o sudoeste do Paraná se diferencia exatamente pela politização da sua gente. Lideranças políticas representativas e respeitadas pela sociedade e prefeitos extraordinariamente bem avaliados em seus municípios pela população, certamente, miram-se nos exemplos desses antepassados que lutaram com valentia na defesa dos seus próprios direitos.²³⁴

O Senador elege os políticos regionais como os seguidores dos pioneiros heróicos, é em busca de uma identidade moderna para o Sudoeste do Paraná, de uma batalha para a construção da memória coletiva, que as autoridades referenciam o fato. No caso do Senador Alvaro Dias, a sua homenagem ao fato histórico torna-se meramente uma ação de interesse político; já que a sua postura ideológica e política é antagônica aos movimentos sociais

²³⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Op. cit., 2001, p. 21.

²³¹ DIAS, Alvaro. Op. cit. 2008, p. 12

²³² OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. *Memória e discurso: um diálogo promissor* In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005, p. 77.

²³³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Op. cit., 2001, p. 26.

²³⁴ DIAS, Alvaro. Op. cit. 2008, p. 12

populares, especialmente àqueles movimentos que lutam para a democratização da terra, em vista disso, os “textos, para nós, não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leitura.”²³⁵

As ritualizações que envolveram o cinquentenário da Luta Social de 1957 serviram para o poder político tentar “governar a memória pública” e atribuir o que, quando e como o passado deve ser lembrado. Uma tentativa de ordenar o passado irreversível em função do presente, por um viés oportuno e eleitoreiro, sendo que, os “sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.”²³⁶

Em seus estudos sobre história e memória, Félix alerta sobre as “*zonas de sombras*”, ou seja, os silêncios e não-ditos, originados pelos discursos que são decorrentes da angústia de não encontrar escuta, demonstrando o medo dos indivíduos ou dos grupos sociais de serem punidos ou de se exporem a mal entendidos. Por isso, o historiador deve estar vigilante quanto ao “uso do esquecimento com a possibilidade de manipulação da memória e suas apropriações por interesses políticos.”²³⁷ Por conseguinte, a memória pode ser passível de manipulação, uma vez utilizada com finalidade política.

Dentre todas as homenagens sobre o cinquentenário da Luta Social, o Deputado Federal Assis do Couto (PT), um dos líderes do movimento cooperativado da agricultura familiar sustentável, é o único a enfatizar a importância da agricultura familiar e a dissociar a Luta Social ao pioneirismo, e ainda relacionar o fato com a luta pela posse da terra. Ao realizar sua homenagem, ele registrou:

Comemorar os 50 anos da Revolta dos Colonos é reviver o sonho da conquista da terra, tão desejada pela agricultura familiar. Sonho que continua presente e se inspira na luta dos agricultores e agricultoras que enfrentaram a corrupção e a violência para defender seu pedaço de chão e para garantir a sobrevivência de suas famílias. Esta história de luta, de resistência e de enfrentamento é a marca dos colonos do Sudoeste, que ostentamos com orgulho, e que ainda temos o privilégio de ter entre nós a Memória Viva da Revolta.²³⁸

Assis do Couto não faz relação entre a luta pela posse da terra com o pioneirismo, procura deixar evidente que este embate de resistência na Luta Social de 1957 foi uma forma de buscar a legalização da posse da terra, com finalidade social e não econômica na região. Este sentido social desvinculado do setor economicista compreendido por muitos historiadores e políticos é o diferencial do discurso político deste deputado. No entanto, o

²³⁵ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Op. cit., 2001, p. 64.

²³⁶ Idem, p. 30.

²³⁷ FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., 2004, p. 45.

conceito de “colonos”, utilizado no mesmo discurso, encontra-se em desuso pela historiografia atual, pois, além dos habitantes rurais que buscavam a propriedade legal, também havia os terrenos urbanos em litígio. Dessa forma, o conceito mais utilizado para designar os integrantes da Luta Social de 1957 seria o termo “posseiro”.

3.5 A construção do imaginário coletivo pela literatura regional

A discussão sobre os elementos forjadores de uma identidade para o Sudoeste do Paraná vista até o momento confirma a ideia de projetar a região rumo ao progresso, geralmente relacionada com a riqueza da terra e o labor do migrante sulista. Com o processo de urbanização que se dá no sudoeste do Paraná, principalmente a partir da década de 1970, o poder político cristalizou, nos espaços urbanos, a memória oficial do pioneirismo, de modo que diversas iniciativas foram tomadas a fim de angariar respaldo e projeção política.

Todos estes esforços apresentados pelo poder público regional foram pautados em reinterpretar o passado, diagnosticar o presente e projetar o futuro. A memória é instrumento e objeto de poder, produto da atividade social, controle do passado histórico, de forma que os “esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”²³⁹ Sendo assim, percebe-se que o poder político e econômico regional forjou a memória na defesa de seus interesses.

Fazendo parte destes direcionamentos, segue-se uma tendência literária que busca ressaltar o processo de colonização reafirmando o mito do herói pioneiro-colonizador e do sertão inóspito que, pelo trabalho árduo, atingiu um índice de desenvolvimento econômico. Essas publicações financiadas pelo poder público intensificam-se nas ocasiões de aniversário dos municípios, comemorações ou festividades regionais.

Dentre as fontes que se selecionou para análise e elaboração desta pesquisa, nota-se que a administração pública do município de Francisco Beltrão – PR foi a primeira a conduzir ações políticas que enaltecem o pioneiro colonizador como herói regional em período da colonização, em específico no que tange às comemorações referentes ao 25º aniversário do município no ano de 1977. Financiado pelo poder público, em conjunto com empresas privadas, foi publicada a obra “FRANCISCO BELTRÃO: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso”, do autor Hermógenes Lazier,²⁴⁰ a qual ganhou *status* de verdade histórica.

²³⁸ JORNAL DE BELTRÃO. Op. cit., 10/10/2007, p. 42.

²³⁹ LE GOFF, Jaques, Op. cit., 1990, p. 426.

²⁴⁰ Professor de História Geral e do Brasil da FACIBEL - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Observa-se que há um trabalho na reelaboração/articulação do passado com a finalidade de transmitir valores a fim de cristalizar representações coletivas. A noção de representação coletiva permite articular, em consonância com Roger Chartier:

três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais e múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.²⁴¹

Assim posto, as políticas do passado e do presente no Sudoeste do Paraná articularam e articulam a produção, a conservação e a transmissão da lembrança, de valores, de cognições e de representações da comunidade regional. Essas memórias sociais e memórias coletivas passarão a ter uma incidência direta sobre a matriz simbólica da comunidade regional em relação aos tempos de colonização, produzindo uma “instituição imaginária de identidades coletivas.”²⁴² Para Pierre Nora, se

passarmos a compreender que nossas lembranças relacionam-se a quadros sociais mais amplos, compreendemos também que o passado só aparece a nós a partir de estruturas ou configurações sociais do presente, e que memórias, embora pareçam ser exclusivamente individuais, são peças de um contexto social que não só nos contém como é anterior a nós mesmos.²⁴³

Conforme expresso anteriormente, esta publicação contou com o apoio financeiro de empresas privadas tais como a Paraná Refrigerantes S/A, representante da marca Coca-Cola na região, que, além de patrocinar a obra, cortejou os beltronenses com a seguinte mensagem: “Saudamos o povo de FRANCISCO BELTRÃO por ocasião dos 25 anos de sua cidade e neste momento, sentimo-nos orgulhosos por estarmos presentes em colaboração com seu progresso.”²⁴⁴

O imaginário social regional concebe as relações culturais dos povos que habitavam anteriormente esta região como estáticas, portanto, deveria ser ultrapassada, e que o progresso deveria ser impulsionado pelos sulistas. A história do Sudoeste é vista como única e não nos

²⁴¹ CHARTIER, Roger. Op. cit., 2002, p. 73.

²⁴² MICHEL, J, apud TEDESCO, João Carlos. Op. cit., 2011, p. 40.

²⁴³ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, 1993, n.10, p.9.

²⁴⁴ LAZIER, Hermógenes. *Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso*. Editora Folha do Sudoeste Ltda: Francisco Beltrão, 1977, n/p.

seus diversos fatos individuais, por isso, “única em seu todo, como totalidade aberta para um futuro portador de progresso”.²⁴⁵

Esses discursos colocaram em marcha o progresso que se projeta para o futuro. O velho e o novo não são realidades opostas, mas integrantes, sempre há, no presente, um momento de transição, o amanhã será melhor que o hoje que foi melhor que o ontem, ou seja, o futuro, mesmo não podendo ser experimentado, trouxe a certeza de um futuro sociopolítico melhor, é um alimentar-se do passado presente. Mas estes clichês de progresso têm como objetivo manter determinada forma de organização sociopolítica arcaica de dominação. A busca pelo passado, pelo veio da lembrança, não é a sua reconstrução, mas a escolha pelos homens do que deve e não deve ser lembrado, neste sentido, “a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sócias – e não a verdade do que se passou ou do que é.”²⁴⁶

Em 2002, a Prefeitura Municipal de Planalto elaborou uma obra literária no sentido de realizar um “resgate” histórico da colonização do município, onde pudessem ser constadas na mensagem inicial as análises supracitadas. Trata-se de uma mensagem do Prefeito Municipal de Planalto, Nelson Lauro Lüersen (01/06/1962), hoje, Deputado Estadual pelo PDT. Assim segue:

Agradecemos aos pioneiros que desbravaram o município de Planalto muitos deles, entes queridos que não estão mais conosco. Agradecemos àqueles que não mediram esforços. Criando as condições para que o município se desenvolvesse e possibilitasse o crescimento de todos nós. Planalto vive hoje um momento de união e desenvolvimento. Em todo município vemos o esforço de seus filhos. Mentes criam e mãos executam as obras que fazem o bem estar de nossa população. Com muito trabalho e determinação, unidos e com humildade, sabendo que todos somos importantes, e seguindo os mandamentos de Deus, com certeza teremos um futuro melhor.²⁴⁷

Segundo esta homenagem, as recompensas futuras derivaram do labor e sacrifício dos colonizadores, eleitos pioneiros. Os aspectos relevantes encontrados nessa narrativa mostram que “essas recompensas funcionam na forma e na condição dos respectivos bens de salvação”.²⁴⁸ Não há nenhuma ingenuidade das gestões públicas municipais em olharem para o passado e atribuir-lhe valores.

²⁴⁵ KOSELLECH, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006, p. 319.

²⁴⁶ GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009, p. 18.

²⁴⁷ SALVADORI, Op. cit., 2002, n/p.

²⁴⁸ WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 70.

Deve ser considerado o fato de que a mensagem publicada pelo Prefeito de Planalto não se destaca individualmente, mas faz parte de um conjunto que pode ser definido como memória coletiva regional, porque:

Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. Mas, embora todo discurso seja proferido por alguém – um indivíduo (ou vários) –, esse sujeito (pode ser o autor de um texto, por exemplo) não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte de uma mesma memória coletiva.²⁴⁹

No entanto, o discurso do Prefeito está inserido num imaginário social que visa à generalização de conceitos coletivos na produção de uma identidade regional que utiliza a memória como ferramenta de poder, desconsiderando a importância das etnias que antecederam os colonizadores considerados oficiais na região. Ao mesmo tempo em que houve o esquecimento e o silenciamento de outros grupos étnico, o pioneirismo tornou-se o senhor da memória coletiva no Sudoeste do Paraná, assim como Le Goff, entende-se que

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁵⁰

Algumas dessas literaturas recentes vinculadas à história da posse da terra na região possuem objetivos que visam, através da repetição de alguns chavões tradicionais, a construir uma memória oficial acerca do levante e, também, escolher/eleger alguns integrantes como figuras indispensáveis, ou quase heróicas, da Luta Social de 1957. Constatase tal concepção nas palavras de Voltolini, nas quais enfatiza que o

Dr. Walter Alberto Pécoits, que figura entre as mais brilhantes bandeiras que vanguardearam a vitória do colono sudoestino em 57 (...) bateu firme e pesado em Lupion, como se ainda estivesse sentindo na carne todo o sofrimento por que passou ele e todos quantos o ladearam naqueles momentos de dor e de grande angústia.²⁵¹

Além disso, o mesmo autor afirma a incapacidade de organização coletiva por parte dos posseiros, realçando a intervenção dos líderes políticos do movimento como figuras especiais que promoveram a vitória da Luta Social de 1957. Voltolini expressa que

²⁴⁹ SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p. 101.

²⁵⁰ LE GOFF, Jaques. Op. cit., p. 426.

[...] o posseiro-agricultor, de forma imprudente, desorganizada, e até suicida, lançava-se à luta, executando ataques ao opressor, de conseqüências desastrosas para ele mesmo. (...) Só o compromisso dos maiores líderes, assumido perante ele, de que haveriam de apoiá-lo a organizar-se para uma batalha total e definitiva contra o prepotente invasor é que o manteve em compasso de espera.²⁵²

O discurso épico de conquista regional servia de base para representações discursivas que vislumbravam a região como um celeiro de progresso. Essas ideias justificam a lógica do capital, uma vez que olham para o passado da região com o intuito de legitimar interesses presentes e vislumbrar um futuro economicamente promissor.

Os referenciais que promovem uma identidade regional são amplamente disseminados pela imprensa periódica e serviram, dentro de certos limites, como explicadores dessa história regional, entendendo “as representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social.”²⁵³

No ano de 2011, o município de Ampére não se tornou exceção à regra no que diz respeito às comemorações destinadas a eleger o pioneiro colonizador como herói regional. Fazendo parte das ações políticas em comemoração ao cinquentenário do município, elaborou-se um Caderno Histórico do Poder Legislativo de Ampére. Nesta obra literária e histórica, consta uma homenagem do presidente da Câmara de Vereadores Hélio Manoel Alves, na qual se reafirma que o progresso e o desenvolvimento regional deram-se pelo processo pioneirista de colonização, salientando o conceito de vazio demográfico na região que antecedia à ocupação oficial. Tem-se a seguinte homenagem:

Nosso município está completando 50 anos de sua existência. É claro que devemos comemorar e muito o progresso e o desenvolvimento que ele atingiu ao longo deste período. Mas também com certeza devemos lembrar-nos daqueles que aqui chegaram quando nada existia, além da esperança de dias melhores, e que com força, garra e determinação deram os primeiros passos desbravando com muitas dificuldades esta terra abençoada por Deus e pela natureza. Aos pioneiros a gratidão eterna do poder legislativo, pois somente através da perseverança e do enfrentamento de todas as dificuldades daqueles tempos foi construída uma base forte e sólida responsável pelo processo de desenvolvimento que faz com que Ampére seja olhada com carinho e respeito por todos os demais municípios não só da região sudoeste como de todo o Paraná. A todos os administradores e vereadores que nestes 50 anos trabalharam em prol do município na criação e aprovação de leis também neste momento o nosso reconhecimento. Gostaria em nome do Poder legislativo Municipal agradecer aos empresários da indústria, comércio aos prestadores de serviço, profissionais liberais, professores, agricultores enfim a todas as classes profissionais que não medem esforços para dar a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento de nosso município. E é claro que à população de Ampére vai uma homenagem muito especial de agradecimento por acreditar e

²⁵¹ VOLTOLINI, S. *Retorno 2*. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003, p. 326.

²⁵² Idem, p. 142.

²⁵³ CHARTIER, Roger. Op. cit., 1991, p. 183.

fazer a sua arte para que possamos viver em um município de paz, ordem e prosperidade. Feliz é o povo que sabe honrar e respeitar seus antepassados porque se hoje existe uma história de 50 anos para ser contada é porque alguém um dia a começou. E nós queremos deixar para as futuras gerações este pequeno legado em homenagem ao povo desta terra que tanto amamos.²⁵⁴

Assim, o antagonismo moderno/antigo é constituído pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado. Se, por um lado, a consciência da modernidade nasce de um sentimento de ruptura com o passado, por outro, especificamente, no caso estudado, pode-se considerar que o passado serve de referência às representações da modernidade. O “presente é exaltado através do passado. Passado e presente reenviam-se mutuamente, havendo uma interação recíproca e constante, onde a idéia de um progresso linear privilegia sistematicamente o moderno.”²⁵⁵

Verifica-se que o poder público regional entende que a entrada dos colonos descendentes de etnias europeias conduziu a região ao progresso econômico. O pioneirismo incentivou a disseminação de uma identidade regional, centrada na crença do trabalho, do progresso, do desenvolvimento e da modernização.

Através da elaboração de um Caderno Histórico do Poder intitulado “*Município de Ampére 50 anos 1961 – 2011: Desenvolvimento com responsabilidade*”, o Poder Executivo de Ampére, assim como o Legislativo, também aproveitou para enaltecer os pioneiros do município, conforme se pode observar:

Nosso povo não vive de passado, contudo não esquece suas raízes. Os primeiros valentes colonizadores que chegaram a esta região era, em grande parte, descendentes de europeus que habitavam parte de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que motivados pelo idealismo de construir uma cidade em que pudessem criara sua família, com paz e prosperidade, aqui se estabeleceram.²⁵⁶

A busca identitária marcada por tensões e conflitos que assinalaram os diversos episódios da história do Sudoeste do Paraná, analisados até então, encontrou espaço para a sua consolidação, porém, atingiu o seu apogeu no ano de 2007, quando foi articulada uma série de eventos artísticos e culturais capaz de materializar, no Sudoeste do Paraná, o mito pioneiro. Esse movimento que se desenvolveu, principalmente, em Francisco Beltrão e Pato Branco, atingiu a todas as cidades na região.

Entre as obras artísticas mais relevantes voltadas para a comemoração do cinquentenário da Luta Social de 1957, registra-se a peça teatral de Ivo Pegoraro, intitulada

²⁵⁴ HISTÓRICO DO PODER LEGISLATIVO. *50 anos*: Câmara de Vereadores de Ampére – PR, 2011, p. 01.

²⁵⁵ LACHESKI Edilane. *Guarapuava no Paraná: Discurso Memória e Identidade (1950-2000)* Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009, p. 89.

“A Revolta dos Posseiros: sudoeste do Paraná, 1957”. Esta obra trata, em tom de humor, dos principais acontecimentos da Luta Social no município de Francisco Beltrão – PR. O que chama atenção, numa análise histórica, sobre esta peça é a estigmatização da etnia cabocla tratada de forma pejorativa, associada a defeitos morais como mentiroso, medroso e assustado. Estas são as características do personagem “Zé Matador”, indivíduo de origem cabocla que não é capaz de desempenhar atividades simples durante a peça. Os adjetivos morais de coragem, organização e justiça são dados, novamente, aos posseiros de descendência europeia. Segue um pequeno extrato da peça, que relata um diálogo do personagem mencionado:

ZÉ MATADOR: Foi ali, Santolin, que eu matei o jagunço, bem perto de onde eu já tinha matado mais dois uma semana antes. Eu dormi na pontaria, quando ele chegou no alcance do tiro...

SANTOLIN: Tá bom, Zé, depois você conta. Tá aqui, oh – indica a placa da “Barra Grande” – o lugar onde o Balduino Daros disse que era para gente ficar.

ZÉ MATADOR: (entre espanto e desconfiado) – Ficar aqui fazendo o que?

SANTOLIN: Para começar.

ZÉ MATADOR: Peraí, você acha que os jagunços das companhias vão atender uma ordem de ‘alto lá’ de dois... dois caras que nem nós, só com essas espingardinhas? Eles têm metralhadoras.

SANTOLIN: O que foi, tá com medo? Você não é o grande matador de jagunços?

ZÉ MATADOR: É, modéstia à parte, sou mais temido que o Pedro Santin lá da fronteira, mas...²⁵⁷

De forma indireta, o personagem “Zé Matador” representa toda uma etnia subjugada ao desenvolvimento econômico regional, que, em alguns momentos, é condenada ao esquecimento histórico ou à negação da própria existência na região, no caso dessa peça teatral, vista de forma degradante para divertir, através de um humor negro, os cidadãos regionais.

Outro exemplo da construção deste imaginário coletivo em torno do desbravador, do mito pioneiro, na crença do progresso e do desenvolvimento proporcionado pelos migrantes sulistas é apresentado na letra do Hino do município de Ampére – PR. As construções discursivas presentes no hino de Ampére são construídas e disseminadas sob o conceito de pioneiro colonizador, tendo uma influência ativa de tendências ideológicas já compreendidas pela História. Esta ideologia dominante do pioneirismo tornou-se uma interpretação da realidade na região, onde esses “debates ideológicos põem em destaque as relações tão

²⁵⁶ CADERNO HISTÓRICO. *Município de Ampére 50 anos 1961 – 2011: Desenvolvimento com responsabilidade*. 2011, s/p.

²⁵⁷ PEGORARO, Ivo Antônio. *A Revolta dos Posseiros: Sudoeste do Paraná, 1957*. Peça Teatral. Gráfica da Editora Jornal de Beltrão S/A, 2007, p. 3.

íntimas quanto complexas que ligam os imaginários aos interesses e reivindicações de grupos sociais antagônicos.”²⁵⁸

As várias formas de construção do “herói pioneiro”, conforme visto nesse capítulo, representadas na figura do migrante sulista, fizeram parte da política de memória do poder instituído, que visava, através deste imaginário social coletivo, à projeção e à perpetuação política. No entanto, para constituir tais representações coletivas, houve a necessidade de controlar o passado e representá-lo de acordo com os interesses do presente. Silenciou-se a memória dos primeiros habitantes da região, consolidou-se um estereótipo do indígena e do caboclo como sendo indolentes, incapazes de conduzir o Sudoeste do Paraná à dilatação capitalista.

²⁵⁸ BACZKO, Bronislaw. Op. cit., 2009, p. 302.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a construção do imaginário social pioneirista no Sudoeste do Paraná, pela perspectiva da memória coletiva e das representações sociais, fez necessário interrogar e problematizar muitas questões históricas, adentrando em aspectos ou zonas de sombra que, até então, poucos ou ninguém havia feito na região.

Houve uma busca desenfreada da alteridade do outro para legitimar a continuidade heróica representada pela identidade coletiva sulista. Esse discurso reforça uma fronteira de exclusão do outro coletivo (no caso, inicialmente, indígenas e, posteriormente, caboclos). Ao mesmo tempo em que nega o outro, corrobora na construção identitária sudoestina. Portanto, a questão de disputas por limite fronteiro envolvendo o Sudoeste do Paraná foi um elemento agregador na construção identitária regional. Neste sentido, a partir da década de 1970, houve a busca deliberada por elementos que corroborassem a construção de um imaginário coletivo pioneirista. O poder público constituído percebeu e percebe a necessidade da elaboração de um discurso que pudesse melhor consolidar a “nova” região como próspera e moderna.

As comemorações de emancipação política dos municípios do Sudoeste do Paraná figuram como um dos principais elementos na construção de uma identidade coletiva regional. Dessa forma, há uma produção contínua com demarcações claras de fronteiras condicionando o espaço étnico para o desenvolvimento de uma cultura singular europeizada. Para legitimar as marcas fronteiriças culturais, há uma necessidade de silenciar o outro para a construção em torno de si mesmo, ou seja, para construir o imaginário pioneiro símbolo do labor e da prosperidade, há a necessidade de negação da cultura indígena e cabocla. Portanto, o processo de construção de uma identidade coletiva dá-se pela negação do outro, visando a menosprezar e estigmatizar este outro.

Essa construção é elemento característico de um discurso que visa a um projeto identitário coletivo. Sendo assim, esse projeto procura a negação do outro, esse outro configura-se na imagem estereotipada e forjada do indígena e do caboclo, de modo que se tem um discurso que pretende tornar aparente e vulgar a imagem desse Outro.

Assim sendo, a insistência nos argumentos contribui para galvanizar entre o nós cultural representado pelo povo migrante e o outro, retratado na figura do caboclo, preguiçoso, não apto ao trabalho e sem futuro. A reafirmação constante na superioridade tanto cultural quanto moral, acaba por propiciar uma representação imagética forte da alteridade, elemento chave para forjar uma identidade sudoestina.

A ideologia dominante, que foi e continua sendo reproduzida, tem por função sedimentar uma unidade grupal interna, dessa forma, o poder político mostra-se de modo supostamente neutro, representante dos interesses de todos, porém de forma não visível, mas perceptível, é defensor dos interesses de uma elite. Todas as atividades desenvolvidas a fim de constituir um patrimônio cultural voltada à exaltação do pioneirismo são, com efeito, a demarcação de um domínio subjetivo em oposição ao outro.

A Luta Social ocorrida em 1957 é um elemento agregador da memória coletiva no Sudoeste do Paraná, pois as ações políticas de comemorações voltadas à exaltação do trabalho, progresso e desenvolvimento, estão sedimentando um imaginário coletivo, porém tal fato histórico está mais voltado aos interesses políticos em detrimento do fato histórico propriamente dito.

As representações sociais construídas/forjadas em torno do “*pioneirismo*” desbravador, ícone do trabalho e de prosperidade são dadas como universais, sendo determinadas pelos interesses dos grupos dominantes que o forjaram. Dessa forma, as lutas pelas representações do passado são movidas pelos interesses do presente e do futuro, e são tão importantes quanto às lutas econômicas, pois é nessas representações que os grupos tentam mobilizar diversos recursos para impor a sua visão de mundo.

As políticas de memória no Sudoeste do Paraná, apoiadas nos discursos voltados à constituição do “herói” pioneiro, construíram representações e significados diversos no passado. Por outro lado, forjaram unidade de referências identitárias através de construções simbólicas e discursivas. Essas produções elaboraram uma discursividade do imaginário social pioneirista contribuindo para instituir um conjunto de valores e comportamentos regional. Ao realizar a análise destas discursividades, foi necessário adentrar em um campo teórico, exigindo um grande trabalho de interpretação. Assim também, foi preciso adentrar no mundo das ideias dos poderes instituídos para compreender como o passado está servindo para a manutenção das diversas formas de dominação.

Ao analisar o que foi produzido sobre a Região Sudoeste do Paraná, relacionado à construção do imaginário coletivo regional, constata-se que essas políticas de memória tiveram as suas formas de demonstrar e representar este passado. No entanto, esta dissertação não deixa de ser também uma interpretação do passado, pois é um trabalho que tem a intenção de mostrar que um mesmo fato histórico e social possibilita múltiplas interpretações.

Ao finalizar esta dissertação, não se pretende acreditar que se esgotaram todas as possibilidades de análises da Região Sudoeste do Paraná, que não só possibilita, como necessita, diversas outras pesquisas em diferentes perspectivas de interpretação. Há ciência,

portanto, que seria possível para avançar ainda mais sobre a presença do exército na região e a sua atuação durante a Luta Social de 1957, também poderia tratar sobre a trajetória política de Walter Pécoits e Ivo Thomazoni, considerados os principais líderes da Luta Social de 1957, que, coincidentemente, logo após este episódio, tiveram uma grande ascensão política municipal e estadual.

Acredita-se destacar que futuras pesquisas poderiam avançar no sentido de analisar o hibridismo cultural entre o indígena, o caboclo e o migrante sulista, pois, apesar da construção do imaginário coletivo regional pioneirista negar ou silenciar a memória daqueles, percebe-se que vários hábitos da cultura cabocla foram assimilados pelos migrantes, como a prática de realizar o batismo em casa antes de fazê-lo na igreja, a benzedura é outro aspecto da cultura cabocla que também se faz presente na cultura sulista no Sudoeste do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1981.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Enciclopédia Einaudi – tomo 5. Antropos-homem. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, Peter Ludwig; LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Editora Dinalivro. 2ª ed. 2004.
- BERNARDI, Lunalva Edméa. *Santo Antonio do Sudoeste (PR): Memórias de um Povo de Fronteira*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2007.
- BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998, p 81 - 119.
- BONETI, Lindomar Wessler. Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *Forma de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: Concepções de justiça resistência nas repúblicas do passado (1920-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento agrário, NEAD, 2009, p. 143 – 157.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade: lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A Queiroz. 1979.
- BOSI, Alfredo. *A dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudo de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.
- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. Ed. Brasiliense. 4ª ed. 1984.
- CARINI, Joel João; TEDESCO, João Carlos. *Conflitos Agrários no Norte Gaúcho: 1960 - 1980*. Porto Alegre: 2007.
- CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formos e Trombas*. Goiânia. 1981. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV/Fundação FORD.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASADEI, Eliza Bachega. *Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva*. In: Revista espaço acadêmico – nº 08 – 2010, p. 153 – 161.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141 – 171.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos Avançados, 1991, p. 173-189.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: Entre prática e representações* 2ª edição. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia. A história entre certezas e inquietações*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CORRÊA, L. R. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano 32, n. 01, jan./mar.1970, p.87-98.

DIEHL, Astor Antonio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DODEBEI, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia e patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1987.

GONDAR, Jô. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009, p 11 - 26.

FARR M, Robert. Representações sociais: a teoria e sua história. In GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra. (org). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONSALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABERU, Regina.; CHAGAS, Mário. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 21- 29.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o Espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940- 1970)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GUARINELLO, Norberto, Luiz. *Memória Coletiva e História Científica*. In: Anais do I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, São João Del Rei, maio de 1993, p. 180 – 193.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEINST, Andréia de Cássia. Memória e Pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso. *História, Imagem e Narrativas*. N. 5, Ano 3, Setembro 2007.

HEINSFELD, Adelar. *Fronteira Brasil/Argentina: a questão de Palmas de Alexandre Gusmão à Rio Branco*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa: dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JUNIOR, Hor-Meyll Teixeira Leite; ESCABEDO, Marcel Luiz. *Moysés Lupion: Civilizador do Paraná, Volume II*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

KOSELLECH, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC.

LANGER, Protasio Paulo. *Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950: os indígenas na memória dos colonos Tellus / Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPII*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009. Campo Grande : UCDB, 2001, p. 33 – 60.

LANGER, Protasio Paulo. *Conhecimento e encobrimento: O discurso historiográfica sobre a colonização euro brasileiro e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, 2007, p. 71 - 93.

LAZIER, Hermógenes. *Francisco Beltrão: 25 anos de Luta, de Trabalho e de Progresso*. Curitiba: Dany Gráfica LTDA. 1977.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da posse de terras no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafite, 1998.

LAZIER, Hermógenes. *Paraná: Terra de todas as gentes e de muita História*. Curitiba: Grafit, 2005.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1990.

LACHESKI, Edilane. *Guarapuava no Paraná: Discurso Memória e Identidade (1950-2000)* Dissertação de mestrado em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, n. 17, São Paulo, 1998, p. 63-201.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, nativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. STEDILE, J. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 217 – 275.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre Jagunços e Possiões*. 1 ed. Curitiba:S/Editora, 1986.

MOTTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Trad. Yara Aunkhoury. *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História/PUC-SP. São Paulo, 1993, p. 07 – 28.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e discurso: um diálogo promissor In: GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PASSOS, A. A. *História de sangue e dor: Crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909 – 1939)*. 2009. (Dissertação de mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995, p. 115 – 127.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*, 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Rev. Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1989, p. 3 – 15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992, 200 – 212.

POLI, Jaci. *Da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1662- 1973)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mário. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46 – 55.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHMIDT, Róbi J. *Cenas da constituição de um mito político: memória de Willy Barth – Cascavel*: Edunioeste, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in) elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy Alves de. *Razão e paixão na política – Brasília*: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 61 – 76.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

SWAIN, Tânia Navarro. *História no Plural: Você disse Imaginário?* Brasília: Editora Universitária, 1994.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF Editora, 2004.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: Introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letras & Vida, 2011.

THIESSE, Anne-Marie. *A criação das identidades nacionais*. 1 ed. Lisboa: Temas e Debates, 2000.

VANNINI, I. A. A Ocupação da (RCI), Região colonial Italiana do Rio Grande do sul e as Correntes Migratórias para o Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná. In BONAMIGO, Carlos Antônio; SCHNEIDER, Cláides Rejane (Org.). *Revisitando a História: A Revolta dos Posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. 1. ed. Francisco Beltrão: Editora Grafisul, 2007, p. 11 – 34.

VOLTOLINI, Sitillo. *Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

VOLTOLINI, Anderson Francisco Floriani. *A questão de limites de terras entre Santa Catarina e Paraná: uma análise das mensagens de governadores de 1900 a 1916*. Revista

Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.2, 2009, p. 31 – 38.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2ª ed; Curitiba: Ed. Vecentina, 198.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense*. Dissertação de Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2009.

ZATTA, Ronaldo. ; RIPPEL, Leomar. Tenente Camargo: os lugares de memória elegem um “herói” militar. In: *I Congresso Internacional de História Regional Mercosul: Integração e desencontros*, 2011.

FONTES

Acervo do Departamento de Cultura Memorial de Francisco Beltrão-PR.

AMPÉRE EM PALAVRAS. Ampére: Gráfica Ampére, 2011.

Boletim Interno nº 122 de 30 Jun 2000, da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada.

CADERNO HISTÓRICO. *Município de Ampére 50 anos 1961 – 2011: Desenvolvimento com responsabilidade*, 2011.

DIAS, Alvaro. *50 anos da revolta dos posseiros*. Senado Federal – Brasília, 2008.

HISTÓRICO DO PODER LEGISLATIVO. *50 anos: Câmara de Vereadores de Ampére – PR*, 2011.

JORNAL DE BELTRÃO, 10/10/2007. *O tempo da Revolta: Lembranças de quem viveu*.

PEGORARO, Ivo Antônio. *A Revolta dos Posseiros: Sudoeste do Paraná, 1957*. Peça Teatral. Gráfica da Editora Jornal de Beltrão S/A, 2007.

Projeto Memória Cultural da Secretaria de Cultura do Município de Francisco Beltrão, Entrevista nº 02 da senhora Izaura Cordeiro da Silva.

SALVADORI, Francisco Carlos. *História do Município de Planalto*, 2002.

ANEXOS

Anexo 1

Relatório da Revolta dos Possesiros

(01)

RELATÓRIO DA REVOLTA DOS COLONOS DE ACONTECEU EM 1.957
~~RELATÓRIO DA REVOLTA DOS COLONOS DE ACONTECEU EM 1.957~~

Os Gachos e Catarinenses, que vieram de mudança para Francisco Beltrão, anticamente chamada de Marrecas chegaram aqui, atraídos pelo assentamento de colonos realizado pela Colônia Agrícola denominada por Colônia Agrícola Nacional General Ocério Congo. A pedição parou na Congo. O colono que vinha de mudança, começaram a comprar direito de posse, esperando uma medição legal, para obter a escritura. Começou então surgir Companhias que se dizia a ser donos das Terras. A Companhia CITLA, mas os possesiros não acreditaram na legalidade. Não aceitavam a fazer contratos para um dia receber as Escrituras definitivas; Porém muitos colonos fizeram contratos, perderam o dinheiro que deram de entrada. A Companhia, vende que a maioria eram contra, requereu junto ao Governo do Estado Lupion, todos os presos mais perigosos, como o tal Chapéu de Couro, Haringá, Pé de Chumbo e outros, para trabalhar junto a Companhia, nos diversos Municípios.

Saiu para o interior, um dos Chefes da Companhia mais os Jagunços, chegaram na casa dos Possesiros ameaçando de morte, faziam assinar contratos na base do cano do revólver, e o colono tinha que dar uma entrada. Um certo dia três Jagunços entraram na casa de um colono, ele fugiu pela porta dos fundos e a mulher e duas crianças, uma de 7 anos e outra de 11 anos, acabaram matando a mulher e as duas crianças.

Muitas outras barbaridades aconteceram.

Os possesiros da localidade do Município do Varê junto com seu Líder Pedrinho Barbeiro, fizeram um abaixo assinado, para enviar para o Presidente da República; pedindo uma medição legal ou seja Federal. Eles não queriam as terras de graça. Os Jagunços sabendo do acontecido mataram "O Pedrinho Barbeiro". Duzentos colonos se reuniram revoltados com o acontecimento, a cavalo marcharam em direção à Francisco Beltrão, para fechar o Escritório da Companhia. Mas a Companhia sobrevoava a Região, com Helicóptero para passar informações ao chefe; ele mandou o Delegado, Soldados e Jagunços esperar a Caravana no Alto Varê para desarmar os Colonos. Nesta tocaia morreram três colonos na frente, levando a Bandeira Brasileira, um alemão expedicionário tomou enrolado na bandeira. Com este acontecimento toda a Caravana voltaram. Um tal de João Sardanha amigo de Pedro Santin foi assassinado pelos Jagunços e mais a mulher e duas crianças e ainda no Varê espancamento de três crianças - muitos encontrados no Rio Santa Rosa; muitas mortes e nenhum preso ou criminoso,

Santin

Anexo 2
Contrato de Compromisso de Compra e Venda da Fazenda São Francisco – 8 de Agosto
1957

FAZENDA SÃO FRANCISCO
PROPRIEDADE DA

COLONIZADORA APUCARANA LTDA.

ESCRITORIO CENTRAL Praça Rui Barbosa, 595 - C. Postal 227 - FONE 39 APUCARANA - PARANA'	VENDAS E ADMINISTRAÇÃO KILOMETRO 35 CAPANEMA - PARANA'
---	--

2ª Via

CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

Comprador (es) Alberto Spert. digo Elbert.

Lote(s) N. 1.

Local Sageado Grande, Gleba. H.

Data _____

Contrato de compromisso de compra e venda de terreno loteado, que entre si fazem, de uma parte COLONIZADORA APUCARANA LTDA., neste ato representada por seu bastante procurador, GASPAR CREMER, aqui denominado compromitente-vendedor e de outra parte _____

Alberto Spert. digo. Elvrit.
de nacionalidade Brasileira, Estado Civil casado, de profissão Agricultor
residente à rua Legenda, grande N.º Município na cidade de Capaneva
Estado Paraná, Caixa Postal N.º _____, aqui denominada Compro-
missário-comprador, nas condições certas e ajustadas d'este contrato particular como segue:

1.º — A compromitente-vendedora é legítima possuidora do lote de terreno N.º 1 com a área de Quatro Alg. trinta e oito centesimos metros quadrados, terreno este situada na GLEBA D. Fazenda São Francisco deste Estado, conforme planta devidamente aprovada pelo Governo do Estado.

2.º — A compromitente-vendedora por esse instrumento particular de compromisso, se compromete a vender o lote descrito na cláusula anterior, ao compromissário-comprador, pelo preço certo e ajustado de Cr\$ 35000,00 (Trinta e cinco mil Cruzados) que será pago da seguinte forma: Cr\$ 17.500,00 (Dezessete mil Quinhentos Cruzados) neste ato e o restante em duas notas promissórias de Cr\$ 17.500,00 (Dezessete mil Quinhentos Cruzados) cada uma, sendo a primeira vencível em 30 do mês de junho de 1958 e as demais em igual dia dos meses subsequentes, cobrando-se os juros de um por cento ao mês pelo retardamento que for concedido, por escrito, pela Compromitente-vendedora.

3.º — O Compromissário-comprador fará comunicação, por escrito, ao escritório da compromitente-vendedora de qualquer mudança em seu endereço, por carta registrada.

4.º — As quantias referentes a impostos e taxas, inclusive multas, sobre este imóvel, que forem pagas pela Compromitente-vendedora por falta de pagamento nos prazos, pelo Compromissário-comprador, serão acrescidas de dez por cento a título de serviços daquela, devendo as mesmas quantias serem reembolsadas e pagas dentro dos trinta dias após os pagamentos.

5.º — O presente contrato obriga, em todos os seus termos, aos herdeiros e sucessores de ambas as partes.

6.º — Em caso de intervenção judicial será exigível pela parte prejudicada, da parte faltosa por efeito de mora contratual, a multa de dez por cento sobre o valor do débito, além das custas e demais despesas judiciais.

7.º — A Compromitente-vendedora se compromete a fazer o presente compromisso bom, firme e valioso, em qualquer tempo, por si e por seus herdeiros ou sucessores, e se obriga a outorgar a escritura do imóvel, livre e desembaraçado de qualquer onus reais, servidões ativas ou passivas ou quaisquer outra restrições ao direito de propriedade, um vez assente o pagamento pelo Compromissário-comprador, do total do preço ajustado e demais dívidas a seu cargo, correndo por conta do comprador todas as despesas de alienação inclusive a d'este contrato, selos, ciza, escritura, registros, averbações e impostos.

8.º — Qualquer diferença a mais ou a menos que for verificada até o ato da escritura definitiva na medida do terreno, será compensada em dinheiro na base do preço estipulado neste compromisso.

9.º — O Compromissário-comprador entra desde já na posse condicional do imóvel, ficando desde logo a seu cargo o pagamento dos impostos e taxas, que ambora em nome da compromitente-vendedora, recaírem sobre o imóvel e as benfeitorias que nele forem feitas, pagando-se pontualmente.

10.º — O Compromissário-comprador se obriga a receber a escritura definitiva de compra e venda dentro do prazo de noventa dias após o aviso para tal fim, da compromitente-vendedora, apresentando nessa ocasião todos os recibos.

11.º — Em caso de transferência do presente contrato o Compromissário-comprador, pagará todas as despesas e mais a quantia de vinte cruzeiros a título de taxa de transferência.

12.º — O atraso por mais de três meses dos pagamentos das prestações, assim como o não cumprimento do estipulado nas cláusulas quarta, nona e décima, faculta a Compromitente-vendedora a rescisão do presente contrato, perdendo o compromissário-comprador o direito a restituição de quaisquer quantias pagas pelo mesmo, assim como o direito sobre quaisquer benfitorias que houver feito no terreno, incluindo-se onus ou compromissos que tenham assumido sobre construções ou melhoramentos, ou outros pelo Compromissário-comprador, sobre o dito imóvel.

13.º — Ao Compromissário-comprador é facultado efetuar o pagamento em qualquer tempo, parcial ou total, das prestações a vencerem-se, podendo nesse caso ser concedido pela Compromitente-vendedora um abatimento que será deduzido na escritura definitiva de compra e venda.

14.º — Aplicam-se a este contrato, na que fôr omissa, os dispositivos do decreto-Lei N. 58, de 10 de dezembro de 1937.

E por se acharem justos e contratados, assinam em duas vias o presente contrato, devidamente selado, com as testemunhas abaixo.

Feito em 2 de outubro de 1957

A Compromitente-Vendedora

O Compromissário-Comprador

Selado com Cr\$

Testemunha

RECONHECIDA

Os pagamentos pelo Compromissário-comprador, salvo novo aviso, deverão ser feitos a:

Pr. Ruy Barbosa, 596

Endereço

Apucarana :—: Paraná



CERTIFICO que, nos termos do art.º das normas gerais do Decreto nr.º 32.392 de 9/3/55, foram aplicados CR\$ 240,00 em selos nas Notas Promissórias que fazem parte deste contrato.

COLETORIA FEDERAL de São Antonio, em

2 de outubro de 1957

Escrivão resp. p/expediente.-



TRANSFERÊNCIA

No dia _____ de _____ de 195____ compareceu _____ Sr. _____
e declarou _____ que cedia _____ e transferência _____ no sr.

de nacionalidade _____ estado civil _____ profissão _____ identidade _____

residente e domiciliado em _____ os seus direitos e
obrigações decorrentes do presente contrato de compromisso de compra e venda pela importância de
Cr.\$ _____
que recebeu _____ e da qual dá _____ plena quitação. Assume o cessionário o saldo devedor de
Cr.\$ _____

Anexo 3
Ato de encerramento da Getsop (1974).

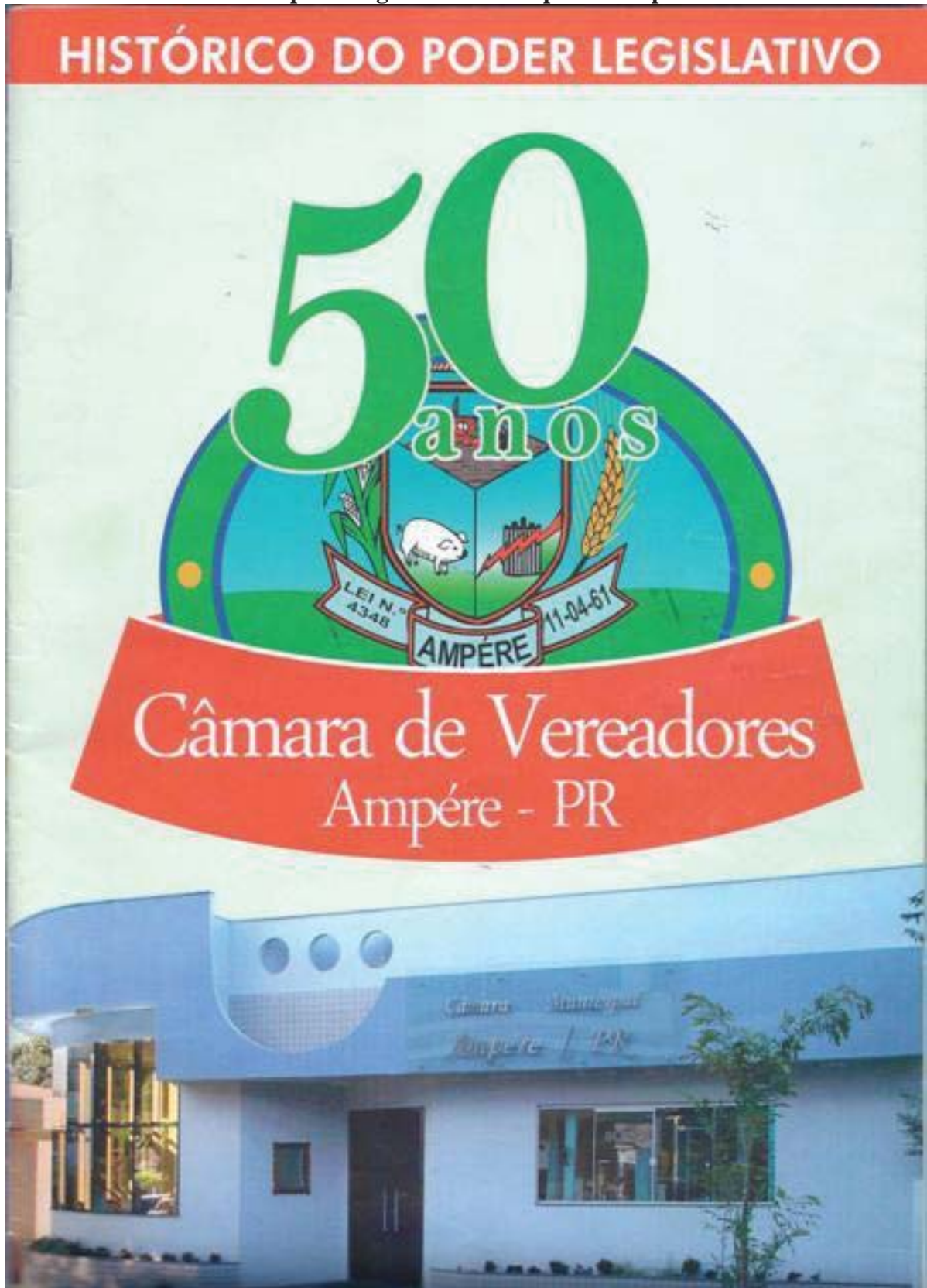


Anexo 4

Discurso do Senador Alvaro Dias no Senado Federal. Fonte: DIAS, Alvaro. *50 anos da revolta dos posseiros*. Senado Federal – Brasília, 2008

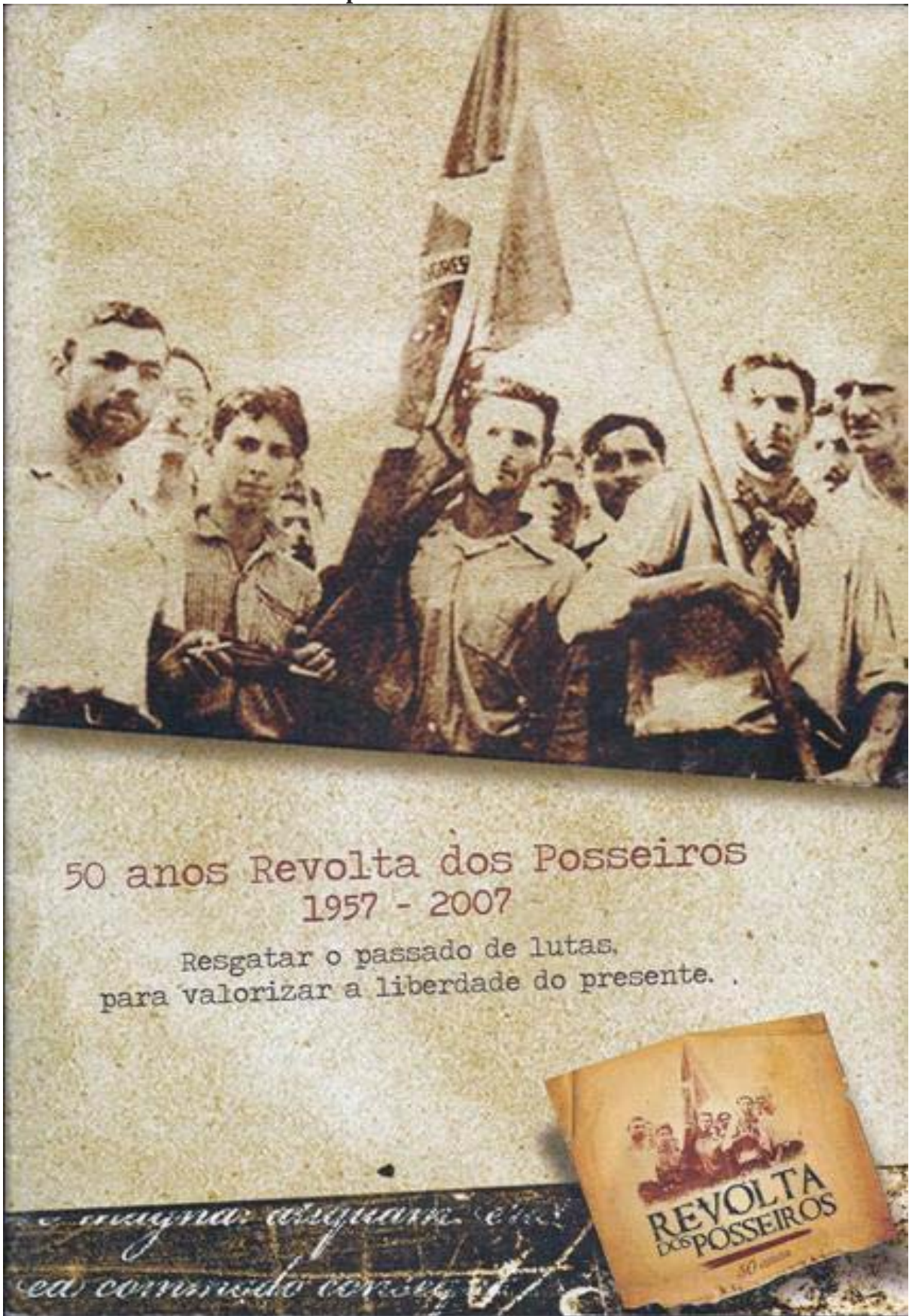


Anexo 5
Histórico poder legislativo município de Ampére-PR.



Anexo 6.

Caderno Cultural nº 1. – Departamento de Cultura de Francisco Beltrão –PR.



Anexo 7.

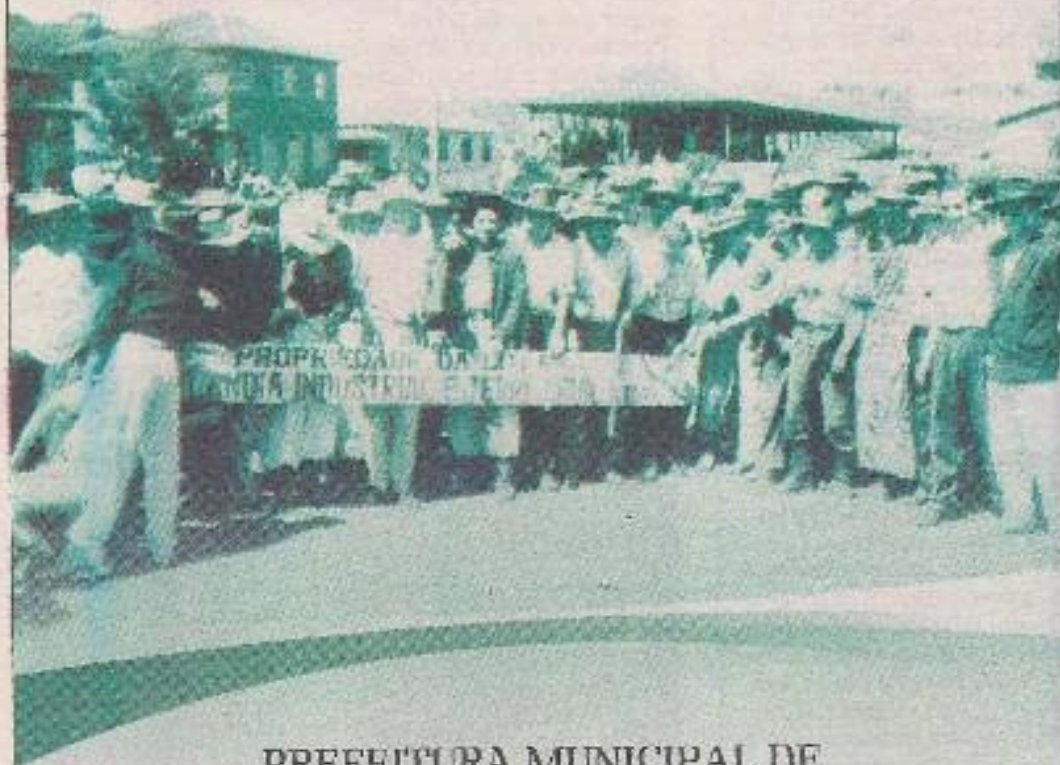
Suplemento Especial do Jornal de Beltrão – *O tempo da Revolta: lembranças de quem viveu*

Uma terra coberta de pinheirais

estava pronta pra receber seus desbravadores, mas estranhos se aventuraram a explorá-la sem respeito ao homem que nela vivia e frutificava.

Foi aí que a bravura de muitos decidiu preservar o destino de uma terra acolhedora, solidária e próspera. O levante de 1957 foi o marco da independência do Sudoeste, cujo desfecho temos ainda

muito a comemorar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

PÉROLA DOESTE



Nossos rios, nossas matas e montanhas tinham uma destinação correta e justa outorgada aos primeiros colonizadores. Porém, a ganância ofereceu-nos o risco da usurpação sem respeito aos direitos conquistados.

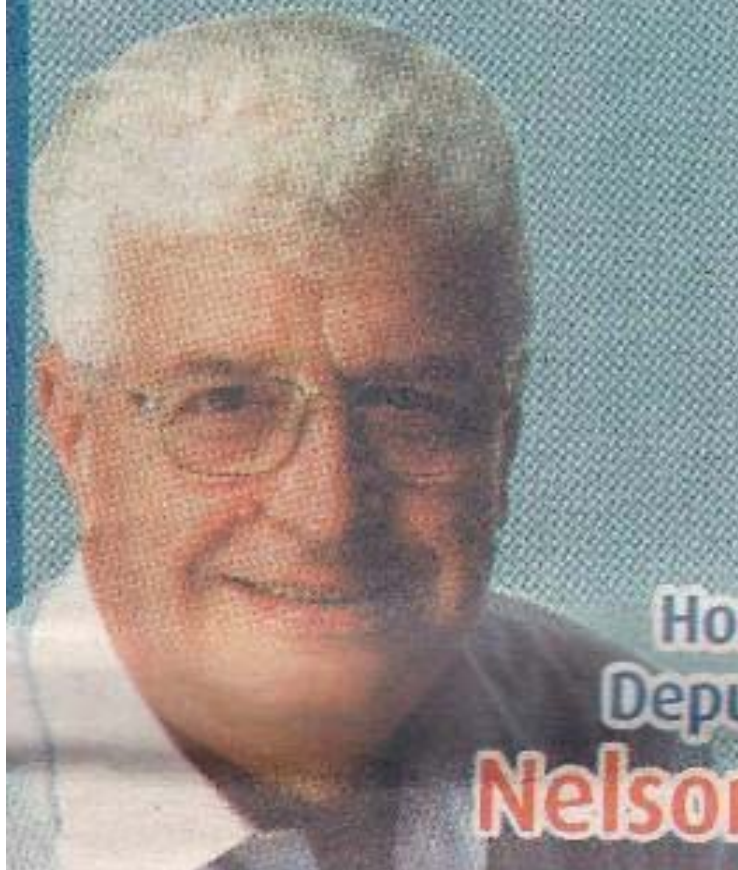
Mas o povo do Sudoeste é especial e sobretudo conhecedor do lado certo de cada situação. Por isso lutou com ardor em 1957 e deu-nos um futuro, hoje um presente de paz, riqueza e generosidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

Nosso reconhecimento aos bravos
posseiros de 57 que, além de
conquistar suas propriedades,
desbravaram e deram o impulso para o
desenvolvimento de nossa região, o
Sudoeste do Paraná.

E ainda transmitiram, às futuras
gerações, a determinação e o
desprendimento em dar o melhor de si
para a conquista das melhores condições
de vida para nossa gente.



Homenagem do
Deputado Federal
Nelson Meurer



Comemorar os 50 anos da Revolta dos Colonos é reviver o sonho da conquista da terra, tão desejada pela agricultura familiar. Sonho que continua presente e se inspira na luta dos agricultores e agricultoras que enfrentaram a corrupção e a violência para defender seu pedaço de chão e para garantir a sobrevivência de suas famílias. Esta história de luta, de resistência e de enfrentamento é a marca dos colonos da Sudoeste, que ostentamos com orgulho, e que ainda temos o privilégio de ter entre nós a Memória Viva da Revolta.



Revolta Das Possíveis

50 Anos de luta por um país mais justo e democrático



Ao comemorar 50 anos da Revolta dos Colonos, é hora de lembrar e enaltecer nossos heróis que, graças a sua bravura e destemor, conquistaram um direito usufruído agora pelas novas gerações.

Pela vitória obtida na Revolta temos hoje uma região nobre, bem desenvolvida e acolhedora de todas as gentes. Assim, nossa homenagem e reconhecimento se dirigem aos pioneiros e participantes deste decisivo acontecimento.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
FLOR DA SERRA DO SUL**





Dr. Edu Potiguara Bublitz abraçando o Presidente João Goulart em 17/3/1962, quando o Presidente esteve em Pato Branco para iniciar a medição e a titulação das terras do Sudoeste.

O Sudoeste foi desbravado por verdadeiros heróis, nas décadas de 40 e 50 e também defendido em 1957, por nobres guerreiros e guerreiras que, movidos pelo amor e pela esperança, escolheram a grandeza como destino correto desta região.



Prefeitura de
Barracão

Nas mãos rudes e nos rostos suados dos primeiros colonizadores, na coragem e determinação dos defensores desta terra em 1957, o Sudoeste foi construído para ser exatamente o que é hoje: uma terra de gente boa, trabalhadora e hospitaleira.

Parabéns sudoestinos.



Prefeitura Municipal de **Nova Prata do Iguaçu**

Anexo 8.
Caderno de Poesia – Ampére em Palavras.

